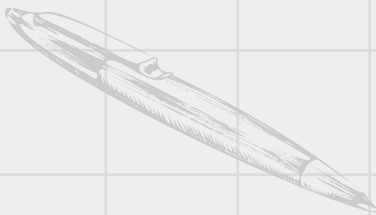


PROFISSIONAIS DA SOCIOEDUCAÇÃO

um estudo exploratório sobre
trabalhadores que atuam em
medidas socioeducativas
em meio aberto e meio
fechado no estado do
Rio de Janeiro



GOVERNO FEDERAL

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministra dos Direitos Humanos e da Cidadania

Macaé Maria Evaristo dos Santos

Secretária Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

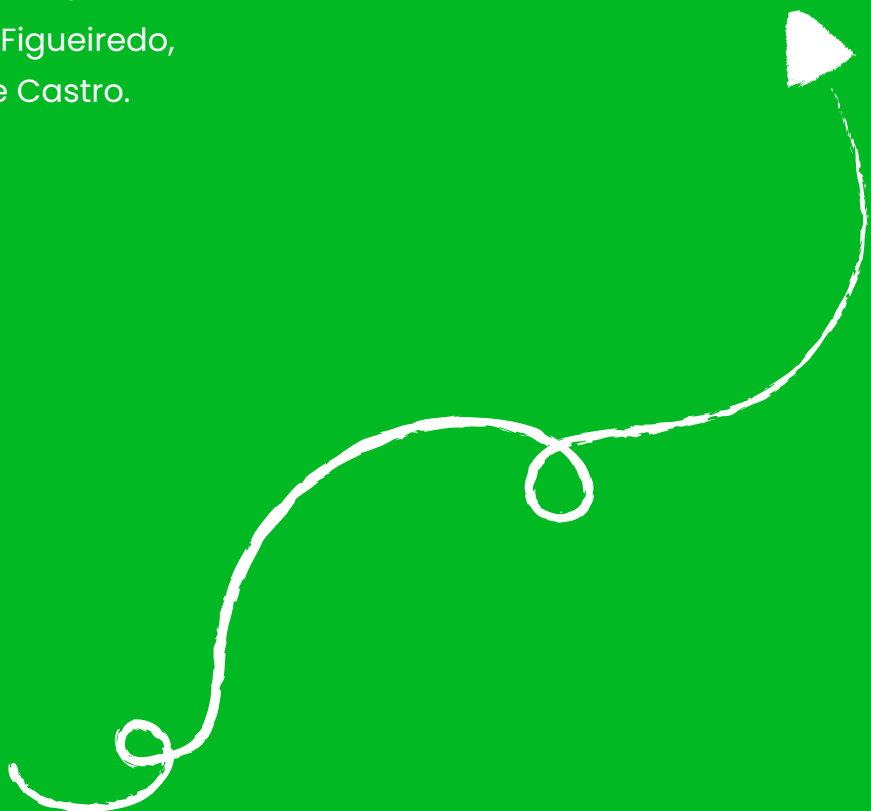
Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva

Coordenação Geral do SINASE

Livia de Souza Vidal

Equipe Técnica do CG. SINASE

Jamyle Gonzaga, Maria Figueiredo,
Gabriel Lacerda e Cibele Castro.



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Reitor

Antonio Claudio Lucas da Nóbrega

Vice-reitor

Fábio Barboza Passos

Diretora do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense

Renata de Sá Gonçalves

Equipe de pesquisa da Universidade Federal Fluminense

Coordenadora Geral da Escola Estadual de

Socioeducação do Rio de Janeiro: Juliana Vinuto

Coordenadora de Pesquisa da Escola Estadual de

Socioeducação do Rio de Janeiro: Luana Martins

Assistentes de Pesquisa: Isabelle Varanda, João Vitor

Duarte, Rodrigo Reduzino, Yuri Motta

Iniciação Científica: Davi Rodrigues. João Luiz Rodrigues

Consultoria Estatística

Ana Paula Vasconcelos Gonçalves

Revisão textual

Vanusa de Melo

Arte e diagramação

Henrique Coutinho



Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

P962

Os profissionais da socioeducação : um estudo exploratório sobre trabalhadores que atuam em medidas socioeducativas em meio aberto e meio fechado no Estado do Rio de Janeiro / coordenação : Luana Martins, Juliana Vinuto. – Brasília, DF : Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania ; Niterói, RJ : UFF, 2026.

122 p. : il. color.

Inclui bibliografia.

1. Profissionais. 2. Sistema socioeducativo. 3. Medidas socioeducativas. 4. Adolescentes. I. Martins, Luana. II. Vinuto, Juliana. III. Título.

CDD 364.360981

Bibliotecário: Thalles Siciliano CRB7/7189

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações UTILIZADAS

AMAR – Movimento de Mães de vítimas da violência de Estado

CAI-Baixada – Centro de Atendimento Intensivo Belford Roxo

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEDCA – Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente

CENSE AEDAB – Centro de Socioeducação Nova Friburgo Dr. Antônio Elias Dorea de Araújo Bastos

CENSE DB – Centro de Socioeducação Aeroporto Dom Bosco

CENSE GCA – Centro de Socioeducação Gelso de Carvalho Amaral

CENSE IALGU – Centro de Socioeducação Volta Redonda Irmã Asunción de La Gándara Ustara

CENSE ILHA – Centro de Socioeducação Ilha do Governador

CENSE IPVR – Centro de Socioeducação Internação Provisória de Volta Redonda

CENSE JLA – Centro de Socioeducação Canárias João Luiz Alves

CENSE MLMR – Centro de Socioeducação Maria Luiza Marcate Ramos

CENSE PACGC – Centro de Socioeducação Professor Antônio Carlos Gomes da Costa

CENSE PMHA – Centro de Socioeducação Campos dos Goytacazes Professora Marlene Henrique Alves

CGEE – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos

CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CRIAAD – Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EES-RJ – Escola Estadual de Socioeducação do Estado do Rio de Janeiro

ESGSE-DEGASE – Escola de Gestão Socioeducativa Paulo Freire do Departamento Geral de Ações Socioeducativas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LA – Liberdade Assistida

LAI – Lei de Acesso à Informação

LGBTQIAPN+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans, Queer, Intersexo, Assexual, Pansexual, Não Binário e Outros

MBA – Master of Business Administration

MDHC – Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania

MSE – Medida Socioeducativa

PIA – Plano Individual de Atendimento

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNAS – Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo

PNDH – Programa Nacional de Direitos Humanos

PNEHDH – Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos

PSC – Prestação de Serviços à Comunidade

SEDSODH – Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos

SEEDUC – Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro

SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

UFF – Universidade Federal Fluminense

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Total de trabalhadores da socioeducação do estado do Rio de Janeiro, por modalidade de medida socioeducativa (2025) -----	16
Tabela 2 - Proporção de respondentes do meio aberto e fechado em relação ao total de trabalhadoras/es de ambas as modalidades de medida socioeducativa -----	17
Tabela 3 - Área de atuação dos respondentes da pesquisa por modalidade de medida socioeducativa (2025) -----	18
Tabela 4 - Relação entre raça/cor e modalidade de medida socioeducativa (2025) -----	32
Tabela 5: Relação entre gênero e modalidade de medida socioeducativa (2025) -----	34
Tabela 6 - Distribuição raça/cor dos profissionais de socioeducação por modalidade de medida socioeducativa -----	36
Tabela 7: Relação entre renda e modalidade de medida socioeducativa -----	39
Tabela 8: Relação entre modalidade de medida socioeducação e relação com “salário” e “renda complementar” recebidos pelos profissionais de socioeducação no estado do Rio de Janeiro (2025). -----	42
Tabela 9: Relação entre modalidade de medida socioeducativa e idade dos profissionais da socioeducação do estado do Rio de Janeiro (2025) -----	45
Tabela 10: Relação entre modalidade de medida socioeducativa e idade dos profissionais da socioeducação do estado do Rio de Janeiro (2025) -----	47
Tabela 11 - Regime de trabalho-----	48
Tabela 12: Relação entre regimes de trabalho e raça/cor entre profissionais da socioeducação do estado do Rio de Janeiro (2025)-----	49
Tabela 13: Relação entre regime de trabalho e modalidade de medida socioeducativa entre profissionais que atuam no estado do Rio de Janeiro (2025) -----	50
Tabela 14: Deslocamento para o trabalho por parte das/os profissionais de socioeducação no estado do Rio de Janeiro (2025)-----	60
Tabela 15 - Sofreu violência durante sua atuação profissional por cor/ raça -----	63
Tabela 16 - Sofreu violência durante sua atuação profissional por sexo -----	63
Tabela 17: Área da pós-graduação <i>lato sensu</i> concluída pelas/os profissionais de socioeducação do estado do Rio de Janeiro-----	74
Tabela 18: Quantidade de pós-graduações <i>lato sensu</i> cursadas pelos profissionais de socioeducação no estado do Rio de Janeiro-----	76
Tabela 19: Pós-graduação <i>stricto sensu</i> que está cursando ou já cursou-----	78
Tabela 20: Temas de cursos de formação continuadas mais citados pelas/os profissionais de socioeducação do estado do Rio de Janeiro (2025) -----	83

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Raça/cor das/os profissionais de socioeducação no estado do Rio de Janeiro (2025) -----	31
Gráfico 2 - Gênero e raça/cor dos profissionais de socioeducação no estado do Rio de Janeiro (2025) -----	35
Gráfico 3 - Estado civil das/os profissionais de socioeducação no estado do Rio de Janeiro (2025) -----	36
Gráfico 4 - Quantidade de filhas/os das/os profissionais de socioeducação no estado do Rio de Janeiro (2025) -----	37
Gráfico 5 - Renda familiar das/os profissionais de socioeducação no estado do Rio de Janeiro (2025) -----	38
Gráfico 6 - Profissionais de socioeducação no estado do Rio de Janeiro que possuem mais de uma fonte de renda (2025) -----	40
Gráfico 7 - Tipos de renda complementar dos profissionais de socioeducação no estado do Rio de Janeiro (2025) -----	41
Gráfico 8 - Recebimento de renda complementar dos profissionais de socioeducação no estado do Rio de Janeiro (2025)-----	42
Gráfico 9 - Religião das/os profissionais de socioeducação no estado do Rio de Janeiro (2025) -----	43
Gráfico 10 - Idade dos profissionais de socioeducação no estado do Rio de Janeiro (2025) ---	45
Gráfico 11: Tempo de atuação das/os respondentes da pesquisa (2025) -----	46
Gráfico 12: O trabalho na socioeducação como primeiro emprego das/os profissionais que atuam no sistema socioeducativo (2025) -----	48
Gráfico 13 - Distribuição de frequências percentuais das/os profissionais de socioeducação do estado do Rio de Janeiro segundo maiores adversidades no trabalho por meio aberto ou fechado (2025) -----	51
Gráfico 14 - Distribuição de frequências percentuais das/os profissionais de socioeducação do estado do Rio de Janeiro segundo maiores adversidades no trabalho por gênero e sexo -----	54
Gráfico 15: Distribuição de frequências percentuais dos profissionais de socioeducação do estado do Rio de Janeiro segundo pontos positivos no trabalho por modalidade de medida socioeducativa (2025) -----	57
Gráfico 16: Profissionais da socioeducação que desejam mudar de emprego: -----	59
Gráfico 17: Motivos mencionados por profissionais da socioeducação para almejem mudar de emprego: -----	59
Gráfico 18 - Percepção de segurança no local de moradia por parte das/os profissionais de socioeducação do estado do Rio de Janeiro (2025) -----	61
Gráfico 19 - Sofreu algum tipo de violência durante sua atuação profissional -----	62
Gráfico 20 - Tipo de violência sofrida -----	64

Gráfico 21 – Tipo de Agressor -----	64
Gráfico 22 - Motivação para decisão em relação ao procedimento administrativo -----	65
Gráfico 23 - Distribuição de frequências percentuais das/os profissionais de socioeducação do estado do Rio de Janeiro segundo os cursos de graduação concluídos (n=243)-----	69
Gráfico 24 - Distribuição de frequências percentuais dos profissionais de socioeducação do estado do Rio de Janeiro segundo o tipo de instituição que cursaram ensino superior (n=243) -----	71
Gráfico 25 - Distribuição de frequências percentuais das/os profissionais de socioeducação do estado do Rio de Janeiro segundo o tipo de curso de ensino superior (n=243) -----	72
Gráfico 26 - Distribuição de frequências percentuais dos profissionais de socioeducação do estado do RJ segundo formação de pós-graduação stricto ou lato sensu -----	73
Gráfico 27 - Distribuição de frequências percentuais dos profissionais de socioeducação do estado do RJ segundo formação de pós-graduação lato sensu -----	74
Gráfico 28 - Distribuição de frequências percentuais dos profissionais de socioeducação do estado do Rio de Janeiro segundo formação de pós-graduação stricto sensu -----	76
Gráfico 29 - Profissionais da socioeducação que estudaram de forma específica o sistema socioeducativo na sua formação escolar/universitária -----	79
Gráfico 30 - Profissionais da socioeducação que se sentiram aptas/os a exercer suas atividades ao ingressar no trabalho (2025)-----	79
Gráfico 31 - Contribuição de cursos de formação para a atuação profissional das/os trabalhadoras/es da socioeducação no estado do Rio de Janeiro (2025)-----	80
Gráfico 32 - Quantidade de cursos de formação realizados pelas/os profissionais de socioeducação do estado do Rio de Janeiro-----	81
Gráfico 33 - Financiamento de cursos de capacitação ou formação continuada realizados pelas/os profissionais de socioeducação no estado do RJ (2025)-----	81

SU- MÁ- RIO

INTRODUÇÃO	10
Coleta e análise de dados	14
Capítulo 1 – A implementação das medidas socioeducativas....	20
1.1 – Legislações e atribuições de competências	24
Capítulo 2 – Os profissionais da socioeducação no estado do Rio de Janeiro	29
2.1 – Perfil geral	30
2.2 – Raça/Cor	30
2.3 – Gênero e sexualidade	33
2.4 – Raça/cor e gênero	34
2.5 – Perfil sociofamiliar	36
2.6 – Renda	37
2.8 – Religião	43
2.9 – Idade	44
2.10 – Tempo de atuação	46
2.11 – Regime de trabalho	48
2.12 – Adversidades na atuação profissional	50
2.13 – Pontos positivos na atuação profissional	56
2.14 – Busca por outro emprego	58
2.15 Relação entre local de moradia e local de trabalho	60
2.16 Vitimização	62
Capítulo 3 – Escolaridade e formação educacional das/os profissionais da socioeducação no estado do Rio de Janeiro	66
3.1 – Ensino superior	67
3.2 – Tipo de instituição	70
3.3 – Tipo de curso de graduação	72
3.4 – Pós-graduação	73
3.5 – Pós-graduação lato sensu (especialização ou MBA)	73
3.6 – Formação complementar	78
Capítulo 4 – Percepções sobre o próprio trabalho	84
4.1 As relações entre as trajetórias profissionais e educacionais	85
4.2 As condições de trabalho	90
4.3 Os desafios na execução das medidas socioeducativas	99
4.4 As razões que motivam a permanência na socioeducação	108



INTRODUÇÃO



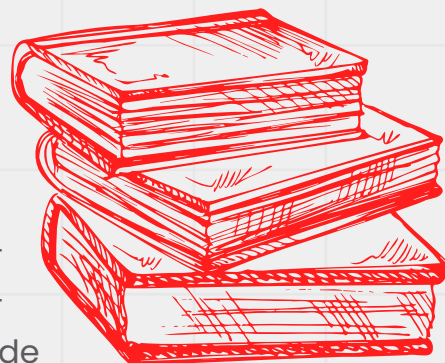
Este relatório de pesquisa intitulado “Profissionais da socioeducação: um estudo exploratório sobre trabalhadoras/es que atuam em medidas socioeducativas em meio aberto e meio fechado no estado do Rio de Janeiro” apresenta os resultados de uma investigação cuja coleta de dados foi realizada entre os meses de maio e setembro de 2025. A pesquisa acessou 245 profissionais que trabalham na execução das diferentes medidas socioeducativas, tanto em meio aberto quanto em meio fechado. O objetivo deste trabalho é caracterizar o perfil das/os profissionais envolvidas/os na área e analisar suas percepções em relação às rotinas profissionais.

Esta pesquisa foi realizada pela Escola Estadual de Socioeducação do estado do Rio de Janeiro (EES-RJ), com apoio da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (SEDSODH) e da Escola de Gestão Socioeducativa Paulo Freire do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (ESGSE-Degase), cuja divulgação às/aos profissionais do meio aberto e do meio fechado, respectivamente, foi imprescindível para o bom andamento da coleta de dados.

Investigar o contexto das/os profissionais que atuam na socioeducação é fundamental para compreender o funcionamento e os desafios na implementação das medidas socioeducativas, sendo este o primeiro trabalho que considera tanto as questões comuns ao meio aberto e ao meio fechado quanto as singularidades de cada modalidade. Além disso, a abrangência estadual da coleta de dados permitiu considerar, igualmente, as características locais na execução das medidas socioeducativas.

Essas/es trabalhadoras/es desempenham um papel central na efetivação das medidas socioeducativas, pautada na garantia de direitos, pois são responsáveis por traduzir os objetivos de ressocialização que sustentam a socioeducação em práticas e interações cotidianas. No entanto, apesar de sua relevância, ainda são escassas pesquisas que se debruçam sobre suas condições de trabalho, percepções e práticas cotidianas, além dos efeitos de suas trajetórias profissionais e educacionais no modo como a medida socioeducativa é implementada concretamente. São ainda mais raras quando consideramos as conexões — ou a falta delas — entre meio aberto e meio fechado.

Para nós da EES-RJ, é crucial compreender quem são as/os profissionais da socioeducação e como vivenciam seu fazer cotidiano, pois ignorar esses tópicos impossibilita oferecer cursos de formação continuada que sejam realmente transformadores e adequados à realidade das/os trabalhadoras/es. Acreditamos que apenas quando baseada em evidências e diagnósticos sólidos, a educação continuada pode



se tornar ferramenta política estratégica para orientar políticas de valorização, qualificação e reconhecimento dessas/es trabalhadoras/es, sem o que não se pode consolidar uma socioeducação efetivamente inclusiva e transformadora.

Assim, a EES-RJ se coloca também como espaço de produção de conhecimento que nos permite ajustar nossos programas formativos, desenvolver metodologias contextualizadas e oferecer suporte que responda às demandas reais do trabalho socioeducativo, pontos essenciais para impactar verdadeiramente as políticas públicas voltadas às/aos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas.

A EES-RJ foi implementada em dezembro de 2024 a partir de uma parceria entre o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC) e a Universidade Federal Fluminense (UFF). A parceria busca, seguindo a Resolução nº 244, de 26 de fevereiro de 2024, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), estabelecer um processo de formação continuada das/os profissionais que atuam com a socioeducação, por meio de cursos, eventos e ações de pesquisa de extensão e, assim, fortalecer os sujeitos atuantes na garantia dos direitos humanos de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas.

No dia 26 de março de 2025, a EES-RJ alcançou um patamar importante: teve seu comitê gestor aprovado em Assembleia do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDCA). É do comitê gestor a responsabilidade de acompanhar todas as atividades da EES-RJ, priorizando uma política de diálogo que favorece o desenvolvimento de um projeto que atenda de modo efetivo às necessidades específicas de formação profissional continuada no estado do Rio de Janeiro. Atualmente, as instituições que compõem o comitê gestor da EES-RJ são, em ordem alfabética:

- Conselho Estadual de Defesa da Crianças e do Adolescente do estado do Rio de Janeiro (Cedca-RJ);
- Escola de Gestão Socioeducativa Paulo Freire do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (ESGSE-Degase);
- Movimento de Mães de vítimas da violência de Estado (AMAR);
- Movimento Moleque;
- Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva da Infância e da Juventude Infracional da Capital;
- Rede Rio Criança;

- Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC);
- Subsecretaria da Criança e do Adolescente da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos;
- Superintendência de Proteção Social Especial da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (SEDSO-DH);

Em 2025, a entidade organizou uma série de simpósios regionais de socioeducação, ocasião em que profissionais de todas as regiões administrativas do estado tiveram oportunidade de participar. Os eventos ocorreram nos seguintes locais: Niterói, Belford Roxo, Volta Redonda, Arraial do Cabo, Campos dos Goytacazes e Teresópolis, com programação composta por mesas-redondas, palestras e espaços de fala que também contribuíram para a qualificação dos profissionais que atuam na área

Logo após o circuito dos simpósios regionais, oferecemos cursos de extensão, cumprindo as diretrizes estabelecidas no Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH III), no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), nas resoluções do Conanda e no Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo (PNAS), além do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e do Sinase. Também em 2025, foram realizados os seguintes cursos, todos na modalidade online com momentos síncronos e assíncronos:

- Introdução ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e ao Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase): conexões entre meio aberto e meio fechado, com carga horária de 30 horas;
- Metodologias de atendimento socioeducativo: elaboração e acompanhamento do Plano Individual de Atendimento (PIA) no meio aberto e fechado, com carga horária de 30 horas;
- Atendimento às famílias: perspectivas para o meio aberto e para o meio fechado, com carga horária de 30 horas;
- Justiça restaurativa – perspectivas para o meio aberto e o meio fechado, com carga horária de 30 horas;
- Políticas públicas para a infância e a adolescência e suas interações com a socioeducação, com carga horária de 30 horas;
- Desigualdades raciais e socioeducação: possibilidades para o meio aberto e fechado, com carga horária de 90 horas.

Além dos simpósios e dos cursos, em 2025, a EES-RJ empreendeu uma pesquisa inédita sobre o perfil das/os profissionais de socioeducação do estado do Rio de Janeiro, cujos resultados serão apresentados a seguir. Este relatório se insere, portanto, nesse contexto, e tem por objetivo apresentar os dados produzidos no âmbito da pesquisa.

Para tanto, o documento está dividido em quatro partes, além desta introdução e das considerações finais. A seguir, será descrito o processo metodológico da pesquisa, com detalhamento dos métodos e técnicas utilizados, bem como os limites dos dados acessados. Na sequência, será discutida a implementação das medidas socioeducativas no estado do Rio de Janeiro, bem como o conjunto de leis e competências que estruturam sua execução. Em seguida, no capítulo 2, será apresentada uma análise do perfil das/os profissionais que atuam na socioeducação fluminense, abarcando dimensões como raça/cor, gênero e sexualidade, composição sociofamiliar, renda, religião, idade, tempo de atuação, vínculos de trabalho, além das adversidades e potencialidades percebidas no exercício profissional. O capítulo 3 apresenta a escolaridade e a formação educacional desses trabalhadores, contemplando níveis de ensino, tipos de instituição e curso e se cursa ou cursou pós-graduação e formas de qualificação complementar. Por fim, o capítulo 4 analisa os principais dados coletados durante as entrevistas, ocasião em que serão aprofundadas as percepções e sentidos atribuídos ao cotidiano de trabalho, ou seja, será possível trazer dimensões mais subjetivas e institucionais.

Coleta e análise de dados

Os dados apresentados neste relatório foram produzidos com base em duas abordagens distintas. A primeira foi efetuada a partir da aplicação de um questionário por meio da plataforma Google Forms, preenchido de modo autoinstrucional por profissionais que atuam no meio aberto e fechado na socioeducação do Rio de Janeiro. A segunda abordagem foi a realização de entrevistas com essas/es profissionais, o que se deu de forma remota síncrona (via serviço de videoconferência Google Meets) por pesquisadoras/es da EES-RJ de diferentes níveis de formação. Trata-se, então, de uma pesquisa quantitativa e qualitativa, cujo objetivo principal é produzir dados sobre o perfil, a formação acadêmica e profissional e as condições de trabalho de profissionais do sistema socioeducativo fluminense. Além disso, também se buscou mapear cursos e formações que interessam a essas/es profissionais, com vistas a estabelecer maior interlocução entre as propostas pedagógicas da EES-RJ e as demandas específicas do sistema socioeducativo do estado do Rio de Janeiro.

Em relação ao questionário, é importante sublinhar que a elaboração das perguntas se deu de forma coletiva não só entre pesquisadoras/es da EES-RJ, mas em diálogo com diferentes setores do Degase e com a Coordenação Estadual de Média Complexidade, vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, a fim de tornar as perguntas compreensíveis tanto aos trabalhadores do meio fechado quanto os do meio aberto. Nessa direção, após uma série de reuniões, as/os pesquisadoras/es da EES-RJ propuseram um formulário¹, posteriormente compartilhado com as referidas instituições. Ambas apresentaram contribuições para aperfeiçoamento das perguntas, que foram incorporadas até que se chegasse à versão final do questionário. Além disso, o documento foi submetido à apreciação da ESGSE, do Degase, que autorizou a realização da pesquisa junto às/aos profissionais do meio fechado.

A primeira pergunta do questionário consistiu na aceitação — ou não — da participação na pesquisa. Dessa maneira, o formulário só pôde ser aberto com a anuência do termo de consentimento livre e esclarecido descrito no cabeçalho do formulário, indicando a participação voluntária e a garantia da privacidade dos participantes. Por isso, o nome das pessoas que responderam à pesquisa não será aqui divulgado de qualquer forma, conforme preconizam os códigos de ética da Associação Brasileira de Antropologia² e da Sociedade Brasileira de Sociologia³. Além disso, de acordo com preceitos éticos, o cabeçalho do formulário também indicava que os riscos da pesquisa se limitam a eventuais constrangimentos frente às perguntas, apontando que o respondente poderia, a qualquer tempo, se negar a responder determinado questionamento ou interromper o preenchimento do formulário, sem qualquer prejuízo.

O questionário foi lançado publicamente durante o primeiro Simpósio Regional da EES-RJ, ocorrido no dia 26 de maio de 2025. Nessa ocasião e nos demais simpósios, as perguntas constantes no formulário foram apresentadas ao público presente e houve um momento de debate e de apresentação de dúvidas. Vale destacar que, no primeiro simpósio, foi sugerida uma alternativa extra de resposta a uma das perguntas, o que foi incorporado ao questionário desde então. Os simpósios regionais foram, nesse sentido, uma importante ferramenta de divulgação e discussão do questionário. Além disso, o formulário foi divulgado via e-mail para as pessoas neles inscritas e para aquelas inscritas nos diferentes cursos promovidos pela EES-RJ. O período de preenchimento do formulário foi finalizado em setembro, com o total de 244 respondentes, um dos quais res-

1 Formulário disponível em: <https://forms.gle/Gdvyuycv6nLQQxjh6>. Acesso em: 22 out. 2025.

2 Consulte o código de ética da Associação Brasileira de Antropologia disponível em <https://portal.abant.org.br/codigo-de-etica/>. Acesso em: 22 out. 2025.

3 Consulte o código de ética da Sociedade Brasileira de Sociologia disponível em: <https://www.sbsociologia.com.br/wp-content/uploads/2021/04/2019-Codigo-de-etica-SBS1.pdf>. Acesso em 22 out. 2025.

pondeu que não aceitaria participar da pesquisa, totalizando 243 questionários válidos.

Com o objetivo de garantir que a pesquisa fosse representativa das/os funcionárias/os que trabalham com o socioeducativo, foi necessário estimar o número total de trabalhadoras/es, ou seja, funcionárias/os do Degase e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) (ou, eventualmente, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), no caso de municípios onde não haja CREAS implantado) que desempenham atividades relacionadas ao cumprimento de medidas no meio aberto. Para calcular tal estimativa, solicitamos, com amparo na Lei de Acesso à Informação (LAI), à Ouvidoria do Degase o número total de trabalhadores no departamento em 2025 e para a Coordenação Estadual de Média Complexidade, vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, o número total de funcionários que trabalham com as medidas socioeducativas para o mesmo ano.

Na tabela 1, constam os números absolutos e relativos dos funcionários, a partir das informações fornecidas via LAI. Cabe destacar que nos CREAS do estado do Rio de Janeiro há, atualmente, 1.464 funcionárias/os, das/os quais somente 316 (22%) tem como função principal ou secundária o atendimento de medidas socioeducativas.

Tabela 1 - Total de trabalhadores da socioeducação do estado do Rio de Janeiro, por modalidade de medida socioeducativa (2025)

Categoria	Quantidade	Porcentagem
Servidoras/es meio fechado	1986	86%
Servidoras/es meio aberto	316	14%
Total Geral	2302	100%

Fonte: Escola Estadual de Socioeducação do Rio de Janeiro, com base em dados concedidos via Lei de Acesso à Informação, 2025.

Com os valores da tabela 1, foi possível calcular uma amostra (Silva, 2001) para a pesquisa, bem como seu nível de confiança⁴ e margem de erro⁵ com base na fórmula abaixo:

$$n = \frac{Z_{\alpha}^2 \times \sigma^2}{e^2}$$

Onde:

- e^2 é a margem de erro aceitável;
- Z_{α}^2 é o nível de confiança;
- σ^2 é a variabilidade da população.

4 A probabilidade de sua amostra representar com precisão as posturas da população em questão.

5 A possível variação das respostas da população com relação à sua amostra.

Com 95% de nível de confiança e 6% de margem de erro, a amostra possível para representar todas/os as/os trabalhadoras/es do socioeducativo do Rio de Janeiro seria de 243 questionários. No entanto, as respostas não foram proporcionais entre o meio aberto e fechado, conforme se pode ver na tabela 2. Ou seja, há uma sobrerrepresentação dos profissionais do meio aberto que representaram 42% das/os respondentes. Nessa tabela também não consta o total de 243 respostas, pois 25 respondentes afirmaram trabalhar tanto no meio aberto quanto no fechado, por isso não foram consideradas/os para a comparação das/os funcionárias/os do CREAS e Degase, mas são parte importante e constitutiva das análises como um todo, na representatividade de todas/os as/os funcionárias/os do socioeducativo.

Tabela 2 - Proporção de respondentes do meio aberto e fechado em relação ao total de trabalhadoras/es de ambas as modalidades de medida socioeducativa

	Número total de funcionárias/os	Número de respondentes desta pesquisa	Proporção entre funcionárias/os e respondentes
Servidoras/es meio fechado	1986	84	4%
Servidoras/es meio aberto	316	133	42%
Total geral	2302	-	-

Fonte: Escola Estadual de Socioeducação do Rio de Janeiro, com base em dados concedidos via Lei de Acesso à Informação, 2025.

A tabela 3 apresenta a distribuição dos respondentes de acordo com sua área de atuação, relacionando com a modalidade de medida socioeducativa em que trabalha, se aberto, aberto e fechado ou fechado. Foram 242 respondentes nessa parte da pesquisa, sendo 54,9% formados por profissionais que atuam no meio aberto, 10,4% atuantes no meio aberto e no meio fechado e 34,7%, apenas no meio fechado. Destaca-se, no meio aberto, a prevalência de profissionais de serviço social, psicologia e pedagogia. Já no meio fechado, há uma predominância de profissionais da segurança socioeducativa, de serviço social e psicologia. As/Os profissionais que trabalham simultaneamente em meio aberto e fechado concentram-se majoritariamente nas funções de coordenação, direção, saúde, segurança socioeducativa e serviço social.

Tabela 3 - Área de atuação dos respondentes da pesquisa por modalidade de medida socioeducativa (2025)

	Meio aberto	Meio aberto e meio fechado	Meio fechado	Total geral
Coordenação, gestão e/ou direção	24	6	8	38
Psicologia	22	2	12	36
Segurança Socioeducativa	2	4	21	27
Serviço Social	44	4	19	67
Pedagogia	17		7	24
Educação e/ou educadora/or social	5	1	3	9
Saúde		4	7	11
Direito	9			9
Outros	10	4	7	21
Total geral	133	25	84	242

Fonte: Escola Estadual de Socioeducação, 2025.

A partir dos dados coletados, foi construída uma análise exploratória para organizar as informações através de gráficos e tabelas. Também foram efetuados cruzamentos das informações mais relevantes do perfil, como gênero, cor/raça, renda, entre outros, com os dados sobre trabalho, formação e percepção.

Com o intuito de realizar comparações e relações mais robustas para alguns cruzamentos, foi aplicado o teste estatístico de Qui-quadrado que tem como objetivo testar a hipótese de associação entre variáveis qualitativas. Esse teste busca verificar se as variáveis estão correlacionadas ou são independentes (Levin e Fox, 2010). A definição das variáveis a serem testadas considerou tanto as evidências apresentadas na literatura quanto o conhecimento técnico da equipe de pesquisa.

Além da produção desses dados quantitativos, foram feitas entrevistas semiestruturadas com profissionais que preencheram o formulário quantitativo e, ao final do questionário, responderam uma pergunta aberta que possibilitava que as/os respondentes disponibilizassem um contato para que algum membro da equipe de pesquisa da EES-RJ a/o entrevistasse. Assim, 83 pessoas foram contatadas, mas somente 23 entrevistas foram realizadas, pois boa parte das pessoas que haviam deixado seus contatos não deram retorno para posterior entrevista, ocorrida entre agosto e setembro, por diferentes pesquisadoras/es

da equipe. Todas as entrevistas foram devidamente gravadas e integralmente transcritas, assegurando a precisão e a integridade das narrativas produzidas pelas/os participantes; a transcrição e a análise do material transcrito foi efetuada em correlação com os dados quantitativos, a partir dos referenciais da teoria fundamentada (Strauss e Corbin, 2008), abordagem que privilegia a emergência de categorias e interpretações a partir dos dados empíricos, em um processo indutivo e sistemático de construção teórica. Para o tratamento analítico do material coletado, utilizou-se o software Atlas.ti, ferramenta útil na organização, codificação e interpretação de informações não estruturadas, ações típicas de métodos qualitativos.

Como resultado desse processo, foram identificadas 354 citações agrupadas em 23 temas analíticos, que posteriormente foram objeto de discussão coletiva em reuniões da equipe de pesquisa. Esses encontros desempenharam papel fundamental para o refinamento das interpretações, permitindo revisar, aprofundar e, em alguns casos, reformular conclusões preliminares.

Neste relatório, optamos por privilegiar a análise dos quatro temas mais recorrentes ao longo do processo de codificação, escolha que reflete naturalmente também a estrutura e o direcionamento do questionário utilizado. São eles: relações entre trajetória profissional e educacional (74 menções), condições de trabalho (72 menções), desafios na execução das medidas socioeducativas (69 menções) e razões que motivam a permanência na socioeducação (27 menções). Tais eixos analíticos constituem os principais vetores de reflexão apresentados nas seções seguintes.

Após esse momento de descrição do processo de coleta e análise dos dados a serem apresentados até aqui, passaremos a um momento de descrição do contexto fluminense no que se refere à implementação das medidas socioeducativas no estado do Rio de Janeiro.



A IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

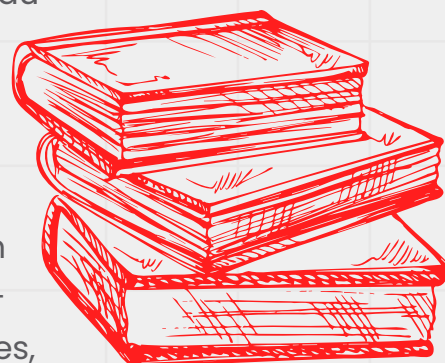


Segundo o ECA, as medidas socioeducativas fazem parte da proteção e da garantia integral da infância e da adolescência como forma de responsabilização. A/O adolescente em cumprimento de medida socioeducativa está amparada/o por legislações e normativas que asseguram seu direito à dignidade como pessoa humana em processo de desenvolvimento. A medida socioeducativa, apesar de compulsória, é tratada por essas leis de proteção integral, garantindo à/ao adolescente em cumprimento a medida socioeducativa o seu direito à proteção e ao seu período especial de formação, tendo um caráter socioeducativo, com fins pedagógicos. Nunca é demais lembrar que, apesar dos avanços dos atuais aparatos legais em termos de garantia de direitos, a aplicação das medidas socioeducativas continua seletiva, atingindo em sua maioria adolescentes negros e empobrecidos (Brasil, 2024).

A/O adolescente a quem se atribui a prática de ato infracional é penalmente inimputável, mas pode ser responsabilizada/o, ou seja, está sujeita/o às medidas previstas no ECA, sendo considerada a idade da/o adolescente na data da ocorrência do ato infracional análogo a crime ou contravenção penal. Desta forma, o Estado brasileiro reafirma os marcos legais da proteção integral da criança e da/o adolescente, em que a esfera socioeducativa se distingue da esfera criminal, prisional e punitiva, pois sua atuação é orientada pelo ECA e não pelo Código Penal.

Seis medidas socioeducativas são aplicadas a partir das garantias constitucionais da ampla defesa e o devido processo legal, além de inscrevem em duas esferas institucionais: meio fechado – semiliberdade e internação – e meio aberto – prestação de serviços à comunidade (PSC) e liberdade assistida (LA), conforme determina a Lei nº 12.594/2012, conhecida como Sinase. A advertência e a obrigação de reparar o dano podem ser aplicadas pela própria juíza ou juiz que determina a medida socioeducativa. Entende-se por meio aberto a área do sistema socioeducativo em que todas as ações relacionadas ao cumprimento de medidas socioeducativas são realizadas sem a privação de liberdade da/o adolescente. Já o meio fechado, é a área do sistema socioeducativo na qual as ações relacionadas ao cumprimento de medidas socioeducativas são realizadas privando ou restringindo a liberdade da/o adolescente.

Com já dito, as medidas socioeducativas PSC e a LA são cumpridas em meio aberto e representam uma mudança significativa trazida pelo ECA que, ao romper com um modelo centrado na institucionalização, passou a considerar alternativas que preservam os vínculos familiares,



escolares e comunitários, aspectos fundamentais para a construção do projeto de vida da/o adolescente. Essas medidas são executadas em nível municipal, por meio dos CREAS ou, na sua ausência, pelos CRAS.

As medidas socioeducativas de semiliberdade e internação são cumpridas em meio fechado, pois implicam restrição ou privação da liberdade da/o adolescente, sendo sua execução de responsabilidade estadual. No estado do Rio de Janeiro, essas medidas são aplicadas pelo Degase, criado pelo Decreto nº 18.493, de 26 de janeiro de 1993, que está vinculado à SEEDUC/RJ.

A aplicação das medidas socioeducativas deve respeitar a condição peculiar da/o adolescente como pessoa em condição peculiar de desenvolvimento e reafirmar seu caráter pedagógico. Assim, a privação de liberdade só pode ser aplicada quando não houver outra medida adequada, sendo essa a base principiológica do ECA, que distingue o tratamento jurídico conferido à/ao adolescente daquele destinado à pessoa adulta: a ação infracional não é regida pelo Código Penal e o espaço de cumprimento da medida socioeducativa não é a prisão. Essa diferenciação é central, pois considera a excepcionalidade e a peculiaridade geracional que orienta o sistema socioeducativo.

Desse modo, as medidas em meio fechado devem respeitar os princípios da brevidade e excepcionalidade, sendo aplicadas apenas em situações que envolvem grave ameaça ou violência contra a pessoa. Essa excepcionalidade está claramente posta no ECA e fundamentada na ideia de que a institucionalização tende a fragilizar os vínculos sociais e a aprofundar situações de vulnerabilidade, além de reconhecer os impactos negativos da privação de liberdade, especialmente sobre adolescentes, que são considerados sujeitos em condição peculiar de desenvolvimento.

Apresentamos a seguir a descrição de cada medida socioeducativa, dispostas em ordem crescente de gravidade:

- 1) Advertência:** consiste em uma repreensão verbal aplicada pela juíza ou pelo juiz de direito à/ao adolescente acusada/o de ato infracional. É geralmente utilizada quando o ato é considerado leve e a/o adolescente não apresenta reentradas no sistema socioeducativo nem reiteração de infrações.
- 2) Obrigação de reparar o dano:** aplicada quando o ato infracional envolve danos materiais. Nessa medida, a juíza ou o juiz determina que a/o adolescente repare, sempre que possível, o prejuízo causado à vítima, seja por meio de indenização, restituição do

bem ou prestação de serviços diretamente à vítima.

- 3) **Prestação de serviços à comunidade (PSC):** consiste na realização de atividades não remuneradas em instituições ou espaços comunitários por até seis meses e no máximo durante oito horas semanais, de modo compatível com a rotina escolar. Devem contar com uma tutora ou um tutor responsável pelo acompanhamento das atividades.
- 4) **Liberdade assistida (LA):** visa a acompanhar e orientar a/o adolescente sem afastá-la/o do convívio familiar e comunitário, sob supervisão de uma equipe técnica. Pode envolver visitas regulares, participação em programas sociais, orientação educacional e profissional, entre outras estratégias. Sua efetividade depende da articulação com políticas públicas que promovam acolhimento, inclusão e construção de vínculos que estimulem autonomia e responsabilização.
- 5) **Semiliberdade:** medida restritiva de liberdade em que a/o adolescente permanece em unidade socioeducativa, mas realiza atividades externas, como estudos e cursos profissionalizantes, além de conviver com a família nos finais de semana. Pode ser aplicada desde o início ou como etapa de transição entre a internação e uma medida socioeducativa em meio aberto.
- 6) **Internação:** medida socioeducativa privativa de liberdade e, por isso, deve respeitar os princípios da brevidade, excepcionalidade e respeito à condição de pessoa em condição peculiar de desenvolvimento. Só pode ser aplicada em casos de ato infracional com grave ameaça ou violência, reiteração em infrações graves ou descumprimento reiterado de medida anterior (acarretando internação-sanção por até três meses).

Embora a internação deva ser decretada apenas após o devido processo legal, pode ocorrer, em caráter excepcional, a **internação provisória** como medida cautelar — e não como medida socioeducativa — quando existirem indícios suficientes da autoria e materialidade do ato infracional e a autoridade judicial identificar a necessidade imprescindível da medida, conforme o artigo 108 do ECA. Nesse caso, o prazo máximo da internação provisória é de 45 dias.

Pode-se observar que as medidas socioeducativas têm um duplo objetivo sancionatório-educativo. É a partir do caráter sancionatório que se justifi-

ca a responsabilização compulsória da/o adolescente, porém, a centralidade da medida socioeducativa deve estar em seus fins pedagógicos e educativos. Assim, para que se concretize a Doutrina da Proteção Integral, é fundamental equilibrar as dimensões de sanção e disciplina com as de educação e cuidado, garantindo que a responsabilização da/o adolescente seja caracterizada como “socioeducativa”.

1.1 - Legislações e atribuições de competências

É a partir da Lei Federal nº 12.594/2012 (Sinase) que as atribuições e competências das medidas socioeducativas foram definidas, constituindo um conjunto ordenado de princípios, regras e critérios na execução das medidas socioeducativas atribuídas à/ao adolescente a quem se atribui a prática de ato infracional. Trata-se de uma orientação e normatização de todos os planos, políticas públicas e programas específicos do atendimento socioeducativo no Brasil, incluindo os sistemas estaduais, distritais e municipais socioeducativos, estabelecendo uma pactuação e a corresponsabilidade dos entes federativos da União, Estado e Municípios.

O monitoramento e controle da execução da política pública do atendimento socioeducativo tem participação social através dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, nas esferas federal (Conanda), estaduais (no caso do Rio de Janeiro, CEDCA) e municipais. Os Programas de Atendimento Socioeducativo dos estados e no Distrito Federal são inscritos no Conselho Estadual ou Distrital da Criança e do Adolescente, enquanto os Programas de Atendimento Socioeducativo Municipais e as entidades de atendimento executoras serão inscritas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme determina o Sinase. Tal organização concebe o funcionamento das unidades e das condições necessárias ao cumprimento das medidas socioeducativas como programa de atendimento.

As entidades de atendimento da medida socioeducativa são definidas pelo Sinase como pessoa jurídica de direito público ou privado, que instala e mantém a unidade e os recursos humanos e materiais necessários ao desenvolvimento de programas de atendimento, podendo ser centros socioeducativos de internação, centros de semiliberdade, unidades físicas dos CREAS ou entidades não governamentais. É a partir desta definição de Programa de Atendimento e Unidade de Atendimento que a Lei do Sinase atribui as competências das medidas

socioeducativas.

A partir de tal organização, verifica-se que às unidades federativas e ao Distrito Federal compete: formular, instituir, coordenar e manter o Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo, respeitando as diretrizes fixadas pela União; elaborar o Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo em consonância com as diretrizes do Plano Nacional; criar, desenvolver e manter programas para a execução das medidas de semiliberdade e internação; editar normas complementares para organização e funcionamento do seu sistema de atendimento e dos sistemas municipais.

Aos municípios compete formular, instituir, coordenar e manter o Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo, respeitando as diretrizes fixadas pela União e pelo respectivo estado. É de sua responsabilidade a elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional e o respectivo Estadual. Também é de sua responsabilidade a edição de normas complementares da organização e funcionamento dos programas do seu sistema socioeducativo, a criação e a manutenção dos programas de atendimento para execução das medidas socioeducativas em meio aberto.

É a partir do escopo jurídico normatizado pelo Sinase que se define a competência do meio fechado como responsabilidade dos estados e do Distrito Federal e o meio aberto dos municípios.

O estado do Rio de Janeiro, através do seu Plano Decenal Socioeducativo do Estado do Rio de Janeiro, elaborado em 2015 e atualmente em momento de atualização, sistematiza o atendimento das medidas socioeducativas em consonância ao Sinase ao meio fechado e aberto. Reconfigurando os programas de atendimentos e as responsabilidades do estado e dos municípios, houve a municipalização das medidas socioeducativas em meio aberto, que

passaram ser executadas pelas unidades de atendimentos nos CREAS. Assim, desde então, as medidas socioeducativas em meio aberto (LA e PSC), estão inscritas na Política de Assistência Social.

Aqui vale destacar o Serviço de Proteção a Adolescente em Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, que está inscrito na esfera da Proteção Social Especial de Média Complexidade, reafirma o viés da intersetorialidade entre as políticas e a impor-



tância dos diversos atores dos sistemas de garantias de direitos na participação e interlocução entre o Sinase e o Sistema Único de Assistência Social (Suas). São 117 unidades dos CREAS inscritas no atendimento à medida socioeducativa em meio aberto no estado do Rio de Janeiro, segundo os dados do Censo Suas (BRASIL, 2025).

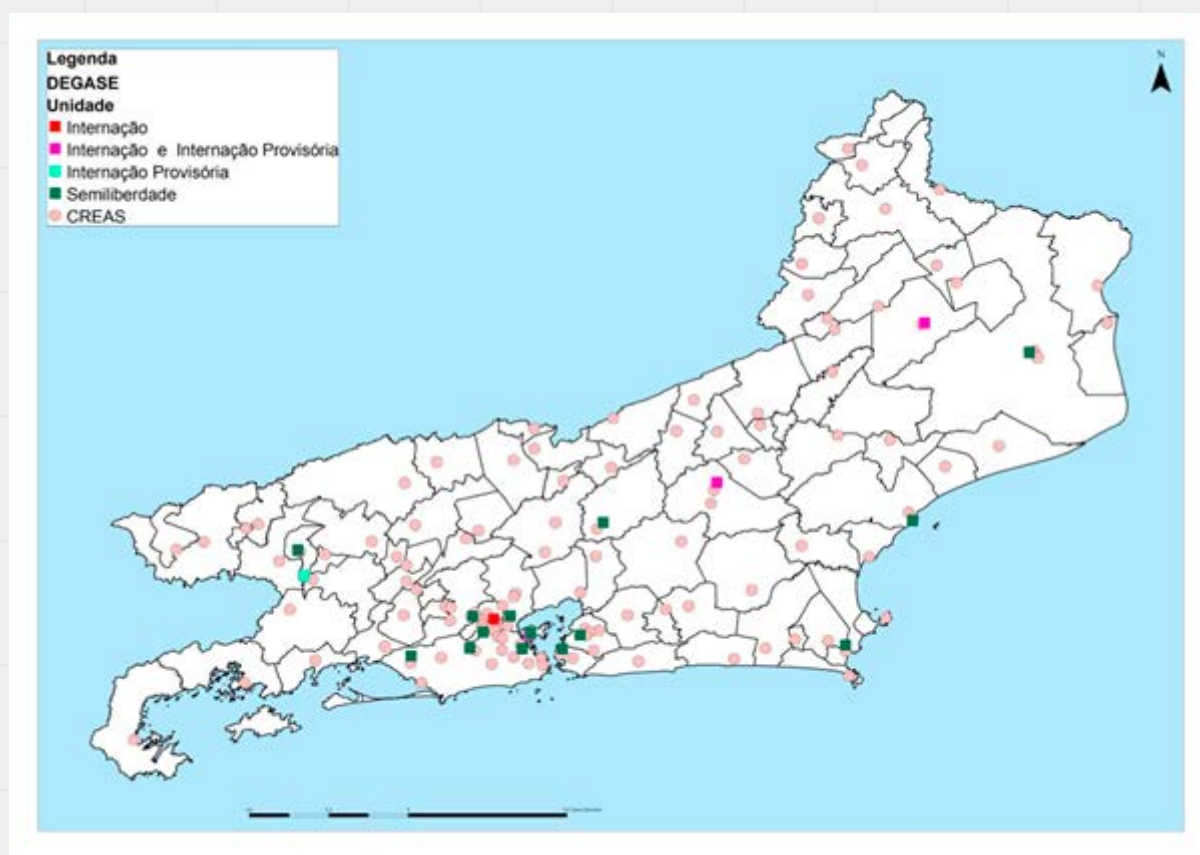
Como já dito, a política de atendimento das medidas socioeducativas do estado do Rio de Janeiro tem como primazia das medidas socioeducativas em meio aberto, sendo a excepcionalidade das medidas restritivas e privativas de liberdade do meio fechado atendidas pelo Degase, vinculado à SEEDUC/RJ. A política de atendimento das medidas socioeducativa de meio fechado executada pelo Degase é estruturada a partir de diferentes unidades de atendimento:

Internação provisória: 8 unidades

Internação: 7 unidades

Semiliberdade: 14 unidades

Figura 1 - Mapa dos programas de atendimento de medidas socioeducativas no estado do Rio de Janeiro (2025).



Fonte: Escola Estadual de Socioeducação, a partir de dados acessados pela Lei de Acesso à Informação, 2025.

Figura 1b – Mapa com um zoom na Ilha do Governador com os programas de atendimento de medidas socioeducativas (2025).



Fonte: Escola Estadual de Socioeducação, a partir de dados acessados pela Lei de Acesso à Informação, 2025.

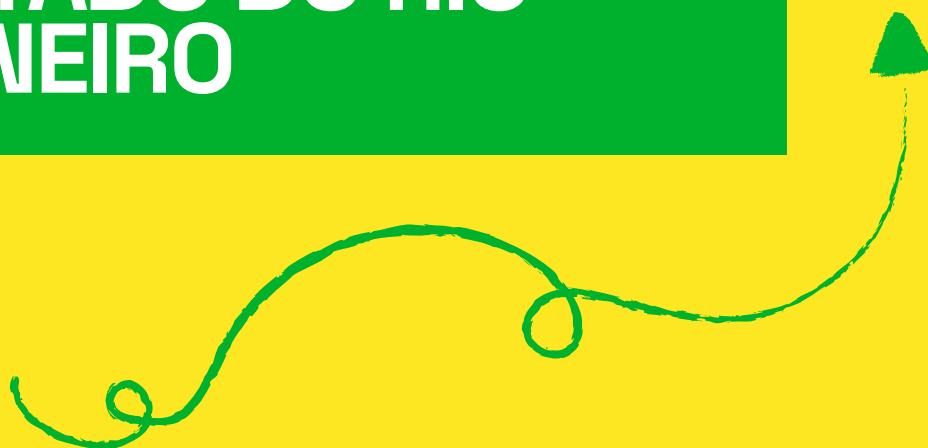
Como pode-se observar na figura 1 acima, em relação à distribuição geográfica dos programas de atendimento de medidas socioeducativas no estado do Rio de Janeiro, nota-se que os CREAS estão mais bem distribuídos, especialmente quando comparados aos centros de socioeducação Degase. Como mostra a imagem, há CREAS em 87 municípios e em algumas cidades da Região Metropolitana há mais de uma unidade de atendimento. A capilaridade do órgão ocorre porque esse equipamento público também presta outros serviços ao cidadão, tais como atendimento especializado para famílias e indivíduos em situação de violação de direitos, encaminhamento para serviços essenciais, além do cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto para adolescentes.

No caso do Degase, há uma concentração das unidades na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Essa distribuição espacial deve ser considerada, já que fica evidente que, para garantir o direito à convivência familiar e comunitária, conforme preconizam o ECA e o Sinase, deve-se priorizar as medidas socioeducativas em meio aberto.

A partir desse panorama normativo e organizacional que estrutura a execução das medidas socioeducativas no estado do Rio de Janeiro, abrangendo suas bases legais, a distribuição de competências entre entes federativos e a configuração dos programas de atendimento em meio aberto e fechado, torna-se possível avançar para a compreensão de como essas diretrizes se materializam no cotidiano institucional. Se a seção anterior buscou delinear o marco jurídico-político que orienta o sistema socioeducativo, a próxima se dedica a analisar os resultados da pesquisa realizada com profissionais que atuam diretamente nesse campo, tanto no meio aberto (CREAS em diferentes municípios) quanto no meio fechado (Degase). Ao iluminar percepções, práticas e desafios vivenciados pelos trabalhadores, pretende-se aproximar o debate das dinâmicas concretas que sustentam (ou tensionam) a efetivação dos princípios da proteção integral e do caráter pedagógico das medidas socioeducativas, revelando como tais normativas se traduzem na experiência cotidiana dos sujeitos que operam a política socioeducativa no estado do Rio de Janeiro.



**OS PROFISSIONAIS DA
SOCIOEDUCAÇÃO
NO ESTADO DO RIO
DE JANEIRO**



A partir desta seção, apresentaremos os dados coletados pela equipe da Escola Estadual de Socioeducação do Rio de Janeiro (para mais informações, veja item “Métodos e técnicas de pesquisa” neste relatório). Iniciaremos com a discussão dos dados quantitativos, destacando inicialmente dados gerais e específicos com relação ao perfil das/os profissionais que atuam na socioeducação no estado do Rio de Janeiro para, na sequência, analisar os dados mais específicos sobre escolaridade e formação educacional dessas/es profissionais, tema que interessa particularmente à Escola Estadual de Socioeducação do Rio de Janeiro. Posteriormente, abordaremos os dados qualitativos, ocasião em que trataremos com mais atenção os seguintes aspectos: as relações entre trajetória profissional e educacional, as condições de trabalho, os desafios na execução das medidas socioeducativas e, por fim, as razões que motivam a permanência na socioeducação.

2.1 - Perfil geral

Aqui, abordaremos o perfil de profissionais que integram a rede de atendimento socioeducativo do estado do Rio de Janeiro a fim de obter uma compreensão panorâmica do perfil dessas/es trabalhadoras/es, considerando características sociodemográficas que permitirão identificar possíveis similaridades e especificidades na composição da rede socioeducativa a partir do contraste de dados entre meio aberto e meio fechado.

É importante destacar que os dados relacionados ao perfil geral das/os trabalhadoras/es do sistema socioeducativo se diferenciam pouco entre o meio aberto e meio fechado, havendo uma similaridade em termos de raça/cor, gênero e sexualidade, perfil sociofamiliar, entre outros. Nas ocasiões em que houver diferenciação entre profissionais do meio aberto e do meio fechado, desagregaremos os dados para analisar tais diferenças.

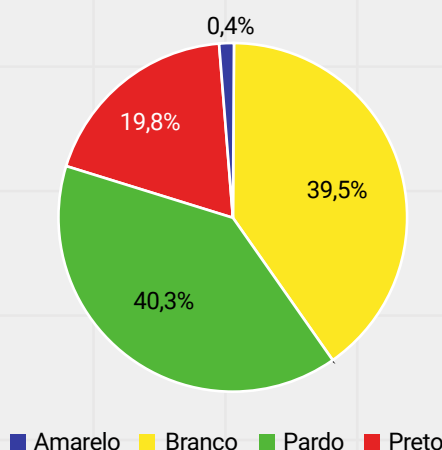
2.2 - Raça/Cor

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) utiliza, desde o Censo de 1991, cinco categorias raciais para a autodeclaração da população: branca, preta, parda, amarela e indígena. Essas categorias foram consolidadas com o objetivo de captar a diversidade étnico-racial existente no Brasil, respeitando o princípio da autodeclaração e permitindo algumas comparações com levantamentos anteriores (Osório, 2023; Theodoro, 2008). Nesse contexto, as categorias

“preta” e “parda”, embora distintas no questionário do IBGE, desde os anos 1970, têm sido agrupadas sob a denominação “negro” em estudos e políticas públicas. Essa junção se baseia em critérios sociológicos e políticos, reconhecendo que pretos e pardos compartilham experiências semelhantes, mesmo que não idênticas, de desigualdade social, de modo muito diverso se comparado à população branca (Hasenbalg, 2005; Barreto et al, 2017).

Com relação à raça/cor⁶ de profissionais, 40,33% se autodeclararam pardas/os, 39,51% brancas/os, 19,75% pretas/os e 0,41% amarelas/os. Para esta análise, é importante considerar a classificação racial do IBGE e as definições do Estatuto da Igualdade Racial (Brasil, 2010), que agrupam pessoas pardas e pretas na categoria de negros no Brasil. Com base nessa classificação, a junção dos dados indica que 60,08% das/os respondentes desta pesquisa são negras/os, conforme vemos a seguir:

Gráfico 1 - Raça/cor das/os profissionais de socioeducação no estado do Rio de Janeiro (2025)



Fonte: Escola Estadual de Socioeducação do Rio de Janeiro, 2025.

Esses dados indicam que o atendimento socioeducativo do Rio de Janeiro é um espaço de maioria negra, tanto para adolescentes atendidas/os, das/os quais 72,9% se autodeclaram negras/os segundo o último levantamento do Sinase (2024)⁷, quanto para as/os profissionais que implementam as medidas socioeducativas. O dado mostra processos históricos de criminalização de adolescentes e jovens negras/os no Brasil, que tiveram e têm suas trajetórias atravessadas pela violência estatal, por vulnerabilidades sociais — pessoais, familiares e comunitárias — e por experiências recorrentes de violações de direitos. Esse panorama levanta o desafio de compreender como a raça/cor atravessa

⁶ Para um debate sobre as relações entre processos de racialização e a categoria “cor de pele”, ver Guimarães (2003).

⁷ O levantamento aponta ainda que a presença de adolescentes brancas/os é proporcionalmente menor (24,3%) em comparação com sua representatividade na população brasileira em geral (43,5%).

a socioeducação enquanto política pública, em um contexto em que o racismo estrutura as relações sociais brasileiras, especialmente as institucionais (Almeida, 2018).

Estudos recentes (Vinuto, 2024; Ortegual, 2018; Ribeiro; Benelli, 2017) indicam a necessidade de ampliar o debate sobre a questão racial no sistema socioeducativo. Por isso é fundamental, nesta pesquisa, analisar como esses efeitos se manifestam nas relações e influenciam o trabalho das/os profissionais do socioeducativo, tanto em suas práticas profissionais quanto na organização de seu ambiente de trabalho. Essas dinâmicas de poder que são racializadas podem contribuir para dificuldades na execução plena das atividades, agravando processos de adoecimento, precarização e vulnerabilidades de profissionais que são em sua maioria negras/os. A similaridade racial entre operadoras/es e socioeducandas/os pode indicar como o Estado delimita determinados espaços profissionais de acordo com a população atendida, revelando padrões de segregação racial nos contextos de trabalho socioeducativo.

Ao olhar de modo mais detido os dados entre o meio aberto e o meio fechado, vemos que tivemos mais respondentes negras/os no meio aberto do que no meio fechado, como indica a tabela 4:

Tabela 4 - Relação entre raça/cor e modalidade de medida socioeducativa (2025)

	Amarela/o	Branca/o	Parda/o	Preta/o	Total Geral
Meio aberto		41%	42%	17%	100%
Meio aberto e meio fechado		44%	28%	28%	100%
Meio fechado		36%	40%	23%	100%
Total Geral		40%	40%	20%	100%

Fonte: Escola Estadual de Socioeducação do Rio de Janeiro, 2025.

Aqui, observamos que, dentre as/os respondentes do meio aberto, 59% eram negras/os, enquanto no meio fechado, 63% eram negras/os. A pesquisa apresenta um dado interessante a respeito da taxa de pretas/os, já que, no sistema socioeducativo, parece haver maior preponderância desse grupo racial se comparado à média da população brasileira: enquanto o último Censo do IBGE indicou que no Brasil há 10,2% de pretos (IBGE, 2022), no meio aberto fluminense há 17%; no meio fechado há 23% e, entre aqueles que trabalham nas duas modalidades, o número sobe para 28%. Sobre esse último grupo, é importante destacar que essa é a única modalidade em que o agrupamento racial branco

é maior do que a soma de pardos e pretos.

2.3 - Gênero e sexualidade

Com relação à identidade de gênero das/os profissionais acessadas/os por esta pesquisa, 78% se autodeclararam mulheres cisgênero e 22% homens cisgênero. Os resultados indicam um ambiente majoritariamente feminino e cisgênero, revelando a presença predominante das mulheres cis nos espaços de implementação da política socioeducativa.

Já com relação à orientação sexual, os dados mostram que 92,2% das/os profissionais se autodeclararam heterossexuais, configurando a composição majoritária, seguidos por 4,9% bissexuais, 2,1% homossexuais; 0,4% pansexuais e 0,4% assexuais. Cabe destacar que a proporção de bissexuais e homossexuais é mais elevada do que encontrado pela Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) em 2019 para o Brasil, cujo total foi de 0,7% e 1,2%, respectivamente (IBGE, 2022).

Para entender a complexidade destes dados, é importante ter em mente algumas definições. Primeiramente, é preciso diferenciar os conceitos de identidade de gênero e orientação sexual, pois muitas pessoas os confundem. Enquanto a identidade de gênero diz respeito ao modo como alguém se reconhece e se expressa em termos de gênero (homem cisgênero, mulher cisgênero, mulher trans, homens trans, travesti, pessoa não binária ou outras identidades), a orientação sexual refere-se ao desejo afetivo e sexual da pessoa, indicando por quem ela sente atração (heterossexual, bissexual, lésbica, homossexual, pansexual, assexual, dentre outras orientações sexuais).

Desse modo, a identidade de gênero pode coincidir ou não com o sexo biológico atribuído à pessoa quando do seu nascimento, por isso se define como "cisgênero" a pessoa cuja identidade de gênero corresponde ao sexo atribuído no nascimento, enquanto os termos "trans" ou transgênero" são usados para englobar todas as pessoas que não são cisgêneras, ou seja, que se identificam com um gênero diferente daquele atribuído ao nascimento com base no sexo biológico. Já "travestis" são pessoas designadas como homens ao nascer, mas que se reconhecem como pertencentes ao gênero feminino, sem necessariamente se identificarem como "mulher". Por fim, a pessoa não binária é aquela que não se reconhece exclusivamente como homem ou mulher.

A expressão orientação sexual diz respeito ao desejo afetivo e sexual de uma pessoa. Esse interesse pode se direcionar a pessoas do gênero oposto, caracterizando a heterossexualidade; pessoas do mesmo gênero, caracterizando a homossexualidade ou a orientação lésbica; ou a pessoas independentemente

do gênero, caracterizando a bissexualidade ou a pansexualidade. Para agrupar todas as pessoas que não se enquadram na norma cisheteronormativa⁸, utiliza-se uma sigla em constante atualização que busca representar a diversidade de identidades e orientações sexuais, cuja versão mais recente é LGBTQIAPN+, que inclui lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, pessoas intersexo, assexuais, pansexuais, pessoas não binárias, além de outras identidades e orientações sexuais, simbolizadas pelo sinal de “+” ao final da sigla, que engloba todas as demais identidades e orientações que não estão especificamente representadas pelas letras mencionadas.

Em relação ao gênero das/os entrevistadas/os, nota-se que há mais respostas de mulheres que trabalham no meio aberto, enquanto no meio fechado recebemos mais preenchimento de homens. Na porcentagem total de respondentes da pesquisa, 78% eram mulheres e 22% eram homens. No entanto, dentre as/os 133 respondentes do meio aberto, 61% são mulheres, ao passo que entre as/os 84 respondentes do meio fechado, 54% são homens.

Tabela 5: Relação entre gênero e modalidade de medida socioeducativa (2025)

Meio	Homem	Mulher	Total Geral
Aberto	33%	61%	55%
Aberto e fechado	13%	9%	10%
Fechado	54%	30%	35%
Total Geral	100%	100%	100%

Fonte: Escola Estadual de Socioeducação do Rio de Janeiro, 2025.

Apesar de não termos dados desagregados por gênero no que se refere às/aos trabalhadoras/es do CREAS que atuam na socioeducação, sabemos que o perfil masculino é prioritário no meio fechado, o que confirma os dados desta pesquisa. Em consulta propiciada pela Lei de Acesso à Informação, nos foi informado que no mês de fevereiro no Degase havia um total de 1986 servidores, sendo 597 mulheres e 1389 homens.

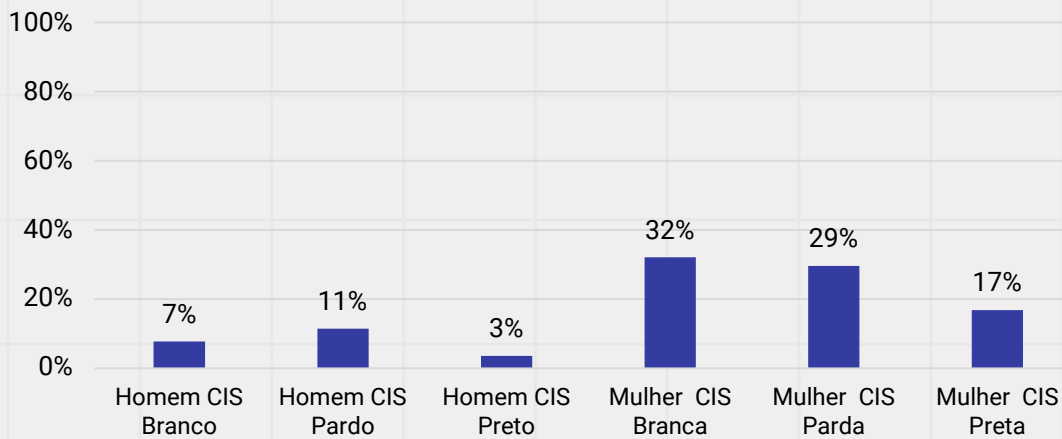
2.4 - Raça/cor e gênero

Ao realizar um cruzamento dos dados referentes à composição por raça/cor e gênero das/os profissionais acessadas/os por esta pesquisa, observa-se

⁸ A norma cisheteronormativa é um conjunto de padrões sociais, culturais e institucionais que considera a heterossexualidade e a cisgeneridade como as únicas formas “naturais”, “corretas” ou “normais” de existir. Para um aprofundamento do debate, ver Butler (2016).

que 32% das mulheres cisgênero se autodeclararam brancas, 29% pardas e 17% pretas, totalizando 46% de mulheres cis negras. Entre os homens cisgênero, 11% se autodeclararam pardos, 7% brancos e 3% pretos, compondo 14% de homens negros⁹. A intersecção dos dados indica que o espaço profissional socioeducativo é racializado e generificado (Vinuto, 2019), conforme veremos a seguir no gráfico:

Gráfico 2 - Gênero e raça/cor dos profissionais de socioeducação no estado do Rio de Janeiro (2025)



Fonte: Escola Estadual de Socioeducação do Rio de Janeiro, 2025.

As informações apontam para um ambiente socioeducativo predominantemente feminino e negro, destacando-se a composição racial majoritária tanto entre as mulheres cisgênero – 36% negras e 32% brancas – quanto entre os homens cisgênero – 14% negros e 7% brancos.

Considerando os dados já mencionados, é importante pensar como esses números apontam o desafio de compreender como as relações de gênero e raça, estruturantes da sociedade brasileira, impactam o ambiente socioeducativo e a atuação dessas/es profissionais. Observando de modo mais detido os dados de raça/cor e gênero a partir das diferentes modalidades de medida socioeducativa, nota-se que: das/os 133 respondentes do meio aberto, 51 eram mulheres brancas, 64 mulheres negras (pretas e pardas), 4 eram homens brancos e 13 eram negros (pretos e pardos); enquanto isso, dentre os 84 respondentes do meio fechado, 20 eram mulheres brancas, 35 eram mulheres negras (pretas e pardas), 10 eram homens brancos e 18 eram homens negros (pretos e pardos). Por fim, entre os 24 respondentes que trabalham nas duas modalidades de medida socioeducativa, vê-se 6 mulheres brancas, 11 mulheres negras (pretas e pardas), 4 homens brancos e 3 homens negros (pretos e pardos). Vejamos os dados estão sintetizados na tabela a seguir:

⁹ Para a pergunta em questão, o total de respostas foi 241, pois um indivíduo não respondeu e a outra resposta foi de uma pessoa que se identificou como uma mulher amarela. Este último caso não foi inserido no gráfico devido à proporção muito pequena em relação ao total de respondentes.

Tabela 6 - Distribuição raça/cor dos profissionais de socioeducação por modalidade de medida socioeducativa

Cor/ Raça	Meio aberto		Meio Aberto Total	Meio aberto e meio fechado		Meio Aberto e Fechado Total	Meio fechado		Meio Fechado Total
	Homem	Mulher		Homem	Mulher		Homem	Mulher	
Amarelo							0	1	1
Branco	4	51	55	4	6	10	10	20	30
Pardo	10	46	56	1	6	7	15	19	34
Preto	3	19	22	2	5	7	3	16	19
Total Geral	17	116	133	7	17	24	28	56	84

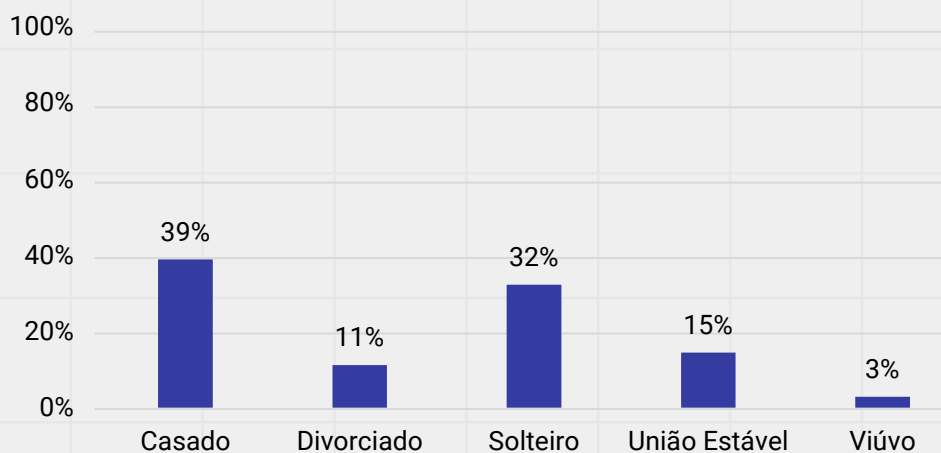
Fonte: Escola Estadual de Socioeducação do Rio de Janeiro, 2025.

Assim, os dados indicam que, entre as/os respondentes desta pesquisa, tanto no meio aberto quanto no meio fechado, a maior parte das profissionais de socioeducação são mulheres negras. No meio aberto, temos 49% de mulheres negras; no meio fechado, 42% de mulheres negras e, entre aquelas/es que trabalham tanto no meio aberto quanto no meio fechados, 58% são mulheres negras.

2.5 - Perfil sociofamiliar

Em relação ao estado civil das/os profissionais acessadas/os por esta pesquisa, 39% são casadas/os, 32% são solteiras/os, 15% vivem em união estável, 11% são divorciadas/os e 3% são viúvas/os, o que está ilustrado no gráfico abaixo:

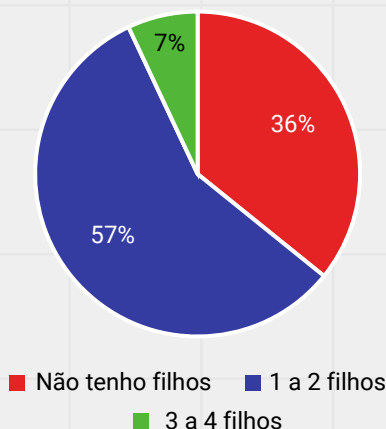
Gráfico 3 - Estado civil das/os profissionais de socioeducação no estado do Rio de Janeiro (2025)



Fonte: Escola Estadual de Socioeducação do Rio de Janeiro, 2025.

Em relação ao número de filhos, 64% das/os respondentes da pesquisa têm filhos: 57% têm de 1 a 2 filhos e 7%, de 3 a 4 filhos, ao passo que 36% não têm filhos, como aponta o gráfico 4 abaixo:

Gráfico 4 - Quantidade de filhas/os das/os profissionais de socioeducação no estado do Rio de Janeiro (2025)



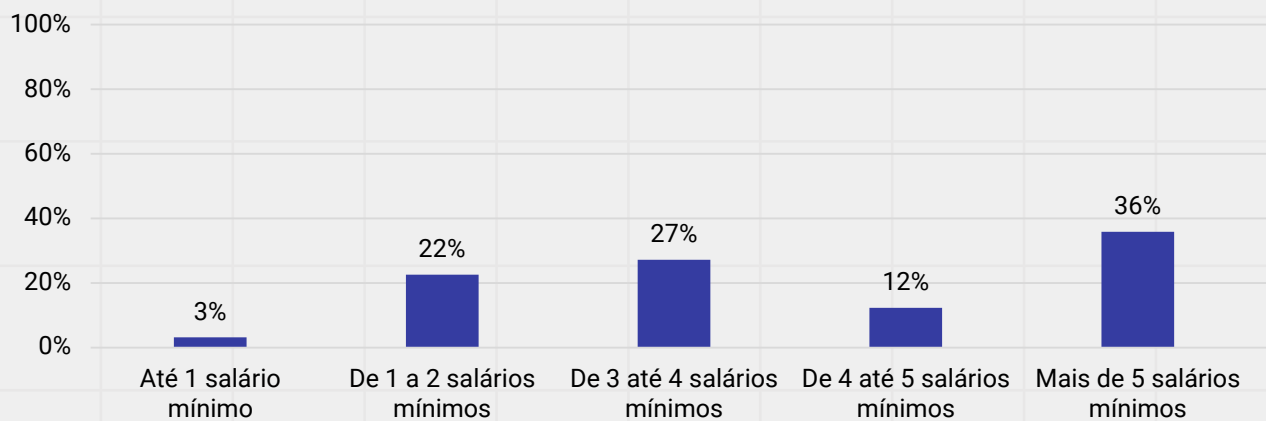
Fonte: Escola Estadual de Socioeducação do Rio de Janeiro, 2025.

Esses números expressam uma baixa natalidade entre servidoras/es socioeducativas/os, o que está alinhado às mudanças recentes que o Brasil vem passando com relação à fecundidade, já que o último Censo, de 2022, indicou que a taxa de fecundidade média do país é de 1,55 filhos por mulher.

2.6 - Renda

Em relação à renda familiar das/os profissionais acessadas/os por esta pesquisa, 36% têm acesso a mais de 5 salários-mínimos; 27% têm acesso a uma renda de 3 a 4 salários-mínimos; 22%, de 1 a 2 salários-mínimos; 12% recebem de 4 a 5 salários-mínimos; 3% recebem até 1 salário-mínimo, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 5 – Renda familiar das/os profissionais de socioeducação no estado do Rio de Janeiro (2025)



Fonte: Escola Estadual de Socioeducação do Rio de Janeiro, 2025.

Esses resultados indicam que a maioria das/os servidoras/es socioeducativas/os respondentes pertence a famílias de classe média, variando entre a classe C (renda até 961,00) e A (renda acima de 2 salários-mínimos), sendo aproximadamente 75% com rendimento superior à média da classe trabalhadora, estimada em R\$ 3.484 no primeiro trimestre de 2025, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD/IBGE). Apesar de, em média, as famílias das/os respondentes apresentarem rendimento acima da média da população trabalhadora no Brasil, não conseguimos cruzar esse dado com o número de integrantes de suas famílias, isto é, não é possível saber se este valor é suficiente para atender às necessidades de todos os membros do núcleo familiar das/os profissionais.

A maior parte dessas/es profissionais atuam como servidoras/es públicas/os, seja como estatutárias/os – vínculo de trabalho que predomina entre operadoras/es socioeducativas/os do meio fechado –, seja como contratadas/os, mais presentes no meio aberto. Nesse aspecto, a renda familiar não revela a qualidade de vida nem as peculiaridades da atuação socioeducativa, que envolve questões como território, moradia, segurança e outros pontos que impactam diretamente o fazer profissional.

No entanto, considerando que o ambiente é majoritariamente composto por mulheres e negras/os, grupos que recebem remuneração média mais baixa em comparação a homens brancos (BRASIL, 2025)¹⁰, esses dados também trazem uma reflexão importante sobre o cenário nacional da população negra em relação a rendimento e profissionalização. Neste caso, é possível entender o tra-

10 BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Mulheres ainda recebem 21% menos que homens em empresas com 100 ou mais funcionários. 03 nov. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2025/novembro/mulheres-ainda-recebem-21-menos-que-homens-em-empresas-com-100-ou-mais-funcionarios>. Acesso em: 13 fev. 2026.

balho com medidas socioeducativas como uma possibilidade de acessar maior estabilidade e rentabilidade.

Ao olhar as respostas sobre renda, considerando as singularidades do meio aberto e do meio fechado, podemos observar os dados na tabela abaixo:

Tabela 7: Relação entre renda e modalidade de medida socioeducativa

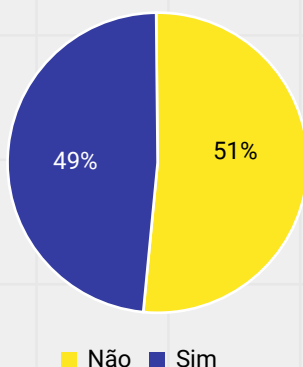
Renda familiar	Meio aberto	Meio aberto e meio fechado	Meio fechado	Total
Até 1 salário mínimo	3.0%	12.0%	0.0%	2.9%
De 1 a 2 salários mínimos	34.6%	16.0%	4.8%	22.3%
De 3 até 4 salários mínimos	34.6%	4.0%	21.4%	26.9%
De 4 até 5 salários mínimos	9.0%	4.0%	19.0%	12.0%
Mais de 5 salários mínimos	18.0%	64.0%	53.6%	35.1%
Não sei ou não quero responder	0.8%	0.0%	1.2%	0.8%
Total	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%

Fonte: Escola Estadual de Socioeducação do Rio de Janeiro, 2025.

Aqui, observa-se uma forte relação entre modalidade de medida socioeducativa e renda: entre as/os 85 respondentes que ganham mais de 5 salários-mínimos, 45 atuam no meio fechado, possivelmente são as/os trabalhadoras/es concursadas/os. Na outra ponta, entre as/os 54 respondentes que recebem até 2 salários-mínimos, 46 atuam no meio aberto, cujo vínculo trabalhista pode ser mais frágil, com contratos temporários, contratação de Microempreendedor Individual (MEI) etc. Essa associação entre as duas variáveis pode ser explicada pelo teste Qui-quadrado, que verifica se as variáveis são independentes ou não. No caso de renda familiar e meio de atuação da/o profissional de socioeducação, a associação é significativa com $p < 0,001$ e com coeficiente de contingência de 0,475.

Além da renda familiar total, esta pesquisa pretendia saber se as/os profissionais possuíam outra fonte de renda além de seus salários. Verificou-se que praticamente metade das/os respondentes profissionais têm algum tipo de complemento de renda. 118 das/os respondentes afirmaram ter outra fonte de renda, 125 declararam não ter outra fonte de renda, como mostra o gráfico 6 abaixo:

Gráfico 6 – Profissionais de socioeducação no estado do Rio de Janeiro que possuem mais de uma fonte de renda (2025)



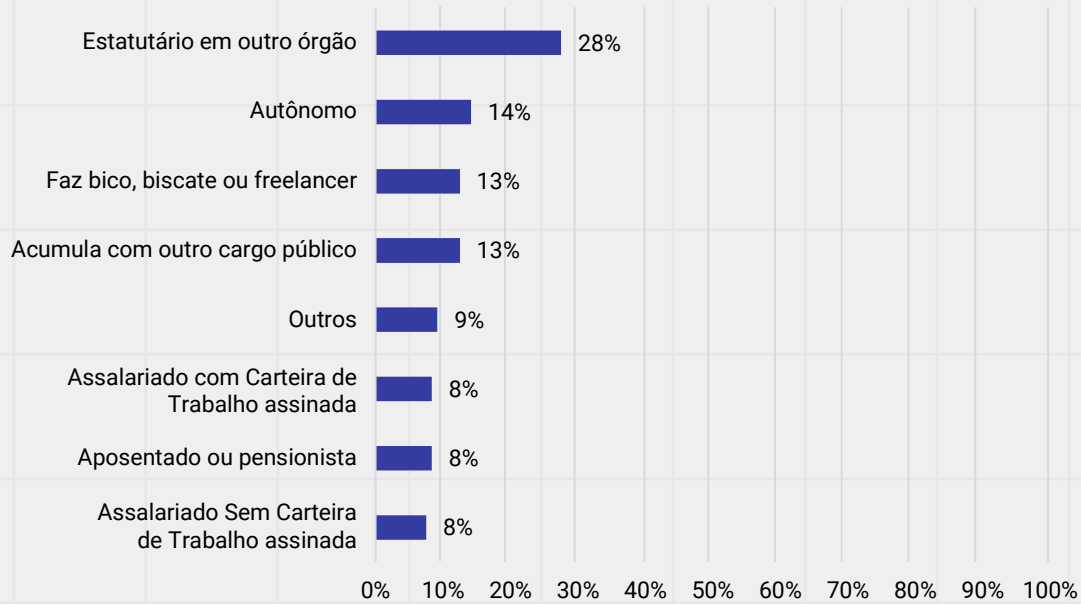
Fonte: Escola Estadual de socioeducação do Rio de Janeiro, 2025.

Um detalhe e um dado importante é que entre as respostas dadas por profissionais das diferentes modalidades de os meios de atuação das pessoas que responderam o formulário, do total de 243 respondentes, 133 trabalham exclusivamente no meio aberto (55%), 25 trabalham em meio aberto e meio fechado (10%) e 84 trabalham apenas no meio fechado (35%).

Na análise dos números restantes, percebe-se que, dos 118 que responderam possuir uma renda extra além do seu salário, 60 trabalham apenas no meio aberto (51%), 13 trabalham no meio aberto e no meio fechado (11%) e 45 (38%) trabalham apenas no meio fechado. Em contrapartida, dos 124 que responderam não possuir renda extra além do seu próprio salário, 73 trabalham no meio aberto (59%), 12 trabalham no meio aberto e no meio fechado (10%) e 39 trabalham apenas no meio fechado (31%).

Outro dado analisado pela pesquisa são os tipos de renda complementar, quer dizer, as outras fontes de renda das/os trabalhadoras/es do sistema socioeducativo. Esses dados mostraram, de acordo com o gráfico abaixo, que a predominância da renda extra está no trabalho público e estável, com um total de 33 respondentes ou 28%. Mas também é possível encontrar uma relevância nas atividades de tipo informal ou autônomas, com um total de 14%, além do acúmulo de função pública com um total de 15 respondentes ou 13% do trabalho assalariado com ou sem carteira de trabalho, num total de 19 respondentes ou 16% e, finalmente, os aposentados ou pensionistas que totalizam 10 respondentes ou 8%.

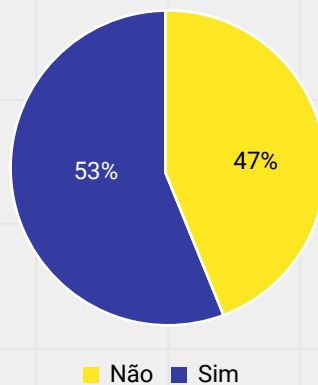
Gráfico 7 - Tipos de renda complementar dos profissionais de socioeducação no estado do Rio de Janeiro (2025)



Fonte: Escola Estadual de Socioeducação do Rio de Janeiro, 2025.

Sobre o valor do salário que os trabalhadores da socioeducação recebem com a renda complementar, a pesquisa perguntou se é superior ao valor recebido relativo ao salário como profissional da socioeducação. Os números mostram, como ilustrado no gráfico abaixo, que das/os 118 respondentes que dispõem de renda complementar, 62 (53%) recebem mais com o trabalho extra que como trabalhadora ou trabalhador da socioeducação, 56 (47%) recebem menos no trabalho extra do que como trabalhadora ou trabalhador da socioeducação.

Gráfico 8 - Recebimento de renda complementar dos profissionais de socioeducação no estado do Rio de Janeiro (2025)



Fonte: Escola Estadual de Socioeducação do Rio de Janeiro, 2025.

A fim de trazer mais detalhamento para esses dados, observa-se que, os últimos dados analisados relacionam o meio em que a/o profissional de socioeducação trabalha – meio aberto, meio aberto e meio fechado – com os valores recebidos na renda complementar das/os profissionais comparados com a renda que recebem como profissionais de socioeducação.

O cruzamento da variável modalidade de medida socioeducativa em que a/o profissional de socioeducação trabalha com a variável renda complementar indica que 118 profissionais entre as/os respondentes têm com renda extra, além da renda que recebem enquanto profissional do socioeducativo, como já apresentado anteriormente.

Dentre as/os profissionais respondentes que afirmaram ter uma renda complementar, 62% ou 53% apresentam rendimentos mais elevados do que no trabalho principal com o socioeducativo. Nota-se que há diferença entre os funcionários do meio aberto e fechado, pois do total citado 37 trabalham no meio aberto (60%), 6 trabalham no meio aberto (10%) e no fechado e 19 trabalham apenas no meio fechado (30%).

Em relação aos trabalhadores cujo rendimento extra é menor do que o salário principal, chama a atenção a proporção semelhante de funcionários do meio aberto que representa 41% e do meio fechado com percentual de 46,5%. É possível visualizar os dados na tabela abaixo:

Tabela 8: Relação entre modalidade de medida socioeducação e relação com “salário” e “renda complementar” recebidos pelos profissionais de socioeducação no estado do Rio de Janeiro (2025).

Renda complementar maior que salário principal	Modalidade de medida socioeducativa			
	Meio aberto	Meio aberto e meio fechado	Meio fechado	Total Geral
Não	23	7	26	56
Sim	37	6	19	62
Total Geral	60	13	45	118
Total	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%

Fonte: Escola Estadual de Socioeducação do Rio de Janeiro, 2025.

Para sintetizar a discussão relacionada à renda dessas/es profissionais e exibir algumas análises possíveis, consideremos que aproximadamente 50% das/os profissionais que responderam ao nosso questionário possuem renda extra. Assim, quase a metade dessas pessoas dedicam seu tempo e energia de trabalho para outra atividade além da socioeducação. Possíveis causas estão

relacionadas à desvalorização do trabalho público e consequentes baixos salários que não conseguem suprir suas demandas e de suas famílias, podendo gerar alguma outra consequência para a vida dessas/es profissionais, como sobrecarga de trabalho (Antunes, 2018).

Acerca do tema, quando houve cruzamento dos dados, os números mostraram que em 27% das/os respondentes que possuem atividade profissional extra, a atividade é informal ou autônoma, o que traz a possibilidade de uma carga de trabalho muito acima daquela recomendada pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) (Brasil, 1943), de 8 horas diárias e 44 horas semanais. Tais dados demonstram também um dos grandes problemas enfrentados pelas/os trabalhadoras do século XXI: a precarização do trabalho no âmbito da administração pública, com contratações temporárias e terceirização.

Sobre o tema da terceirização, é perceptível a sua forte ligação com a precarização do trabalho no sistema socioeducativo. Para compreender a precarização do trabalho no sistema socioeducativo é preciso situá-la no interior das transformações mais amplas do Estado brasileiro e das políticas sociais. O artigo intitulado “Terceirização e Precarização do Trabalho na Política Pública de Assistência Social” (Pereira; Tassigny; Bizarria, 2017) narra um processo de terceirização na área das políticas de assistência social. É possível fazer uma analogia com a vivência dos trabalhadores do sistema socioeducativo de um processo contínuo de fragilização institucional, marcado pela expansão da terceirização, pela desvalorização das/os trabalhadoras e pela ruptura com princípios de profissionalização e continuidade da política pública (Pereira; Tassigny; Bizarria, 2017).

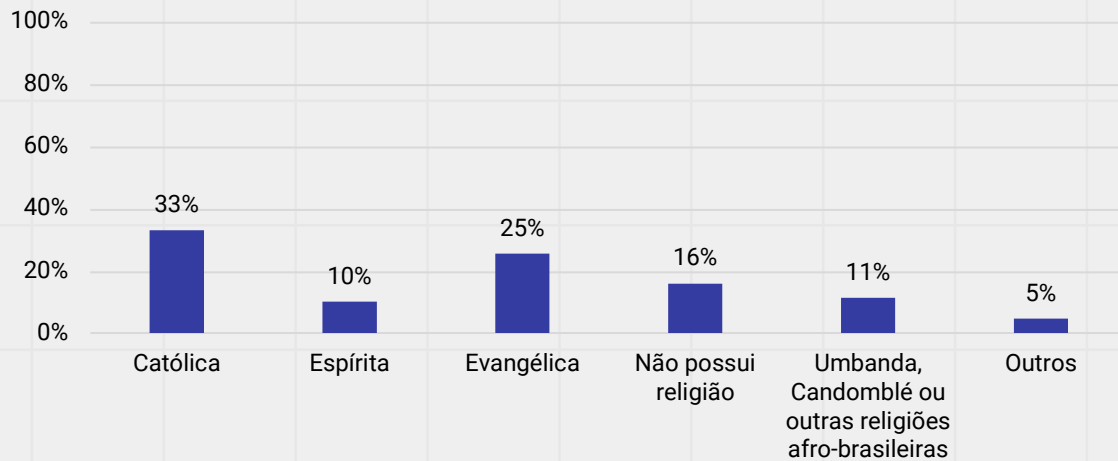
A precarização dos trabalhadores da assistência social não está ligada apenas à insuficiência de recursos, salários baixos ou falta de formação. Ela configura um método de governo. Ricardo Antunes (2018) afirma que o capitalismo contemporâneo opera através da multiplicação das formas de trabalho fragmentado, intermitente e responsabilizado individualmente. No setor público, e especialmente em políticas sociais, esse processo se agrava, já que o Estado absorve a lógica empresarial de “gestão por resultados” ao mesmo tempo em que opera com restrições orçamentárias permanentes.

2.8 - Religião

O perfil religioso das/os respondentes desta pesquisa mostra predominância de pessoas cristãs, especialmente católicas e evangélicas: 33% das/os

servidoras/es se declaram católicas/os e 25% evangélicas/os, conforme o gráfico a seguir:

Gráfico 9 - Religião das/os profissionais de socioeducação no estado do Rio de Janeiro (2025)



Fonte: Escola Estadual de Socioeducação do Rio de Janeiro, 2025.

Esta caracterização encontra algumas semelhanças com os dados do último Censo Demográfico do IBGE (IBGE, 2022), que informa haver, no Brasil, 56,7% de católicas/os apostólicas/os romanas/os; 26,9% evangélicas/os, 9,3% sem religião (9,3%), 1,8% espíritas e 1,0% de adeptas/os da Umbanda e do Candomblé. Chama a atenção que a porcentagem de pessoas sem religião, de espíritas e de seguidores de religiões de matriz africana é maior entre profissionais da socioeducação do que a média brasileira.

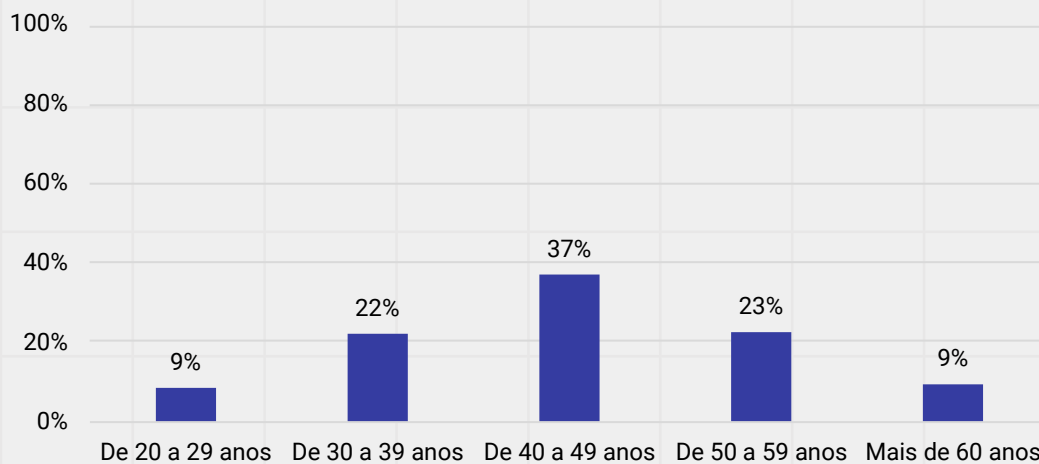
A elaboração desses dados é importante para refletirmos sobre as afinidades e crenças das/os profissionais. Os números indicam que, embora haja maioria vinculada a tradições cristãs, o ambiente está longe de ser hegemônico, pois reúne diferentes matrizes religiosas entre as/os profissionais.

2.9 - Idade

Outro dado a destacar é o perfil etário das/os profissionais do socioeducativo. A maior parte das/os respondentes (37%) têm entre 40 e 49 anos; 23% têm entre 50 e 59 anos; 22% têm entre 30 e 39 anos; 9% dos respondentes têm entre 20 e 29 anos e, por fim, 9% têm mais de 60 anos. Os dados mostram um ambiente predominantemente adulto com média variabilidade na idade, em que apenas 9% são jovens¹¹. Observemos os dados ilustrados no gráfico abaixo:

¹¹ O Estatuto da Juventude, na lei no 12.852/2013, considera jovem a pessoa com idade entre 15 e 29 anos (Brasil, 2018).

Gráfico 10 – Idade dos profissionais de socioeducação no estado do Rio de Janeiro (2025)



Fonte: Escola Estadual de Socioeducação do Rio de Janeiro, 2025.

A média de idade entre as/os respondentes desta pesquisa é de 44,65 anos, a pessoa participante mais jovem tem 23 anos, enquanto a mais velha tem 72 anos. O resultado pode indicar o amadurecimento do corpo de profissionais socioeducativos, aspecto que pode estar relacionado tanto ao tempo de formação e de inserção no mercado de trabalho quanto à permanência na política socioeducativa, mesmo diante da instabilidade de alguns vínculos contratuais. Assim, podemos indicar a hipótese de que a experiência acumulada ao longo dos anos credencia essas/es profissionais a permanecerem atuando no campo, seja na condição de servidoras/es estatutárias/os ou contratadas/os.

Para considerar as especificidades do meio aberto e do meio fechado, os dados sobre idade podem ser acessados na tabela abaixo:

Tabela 9: Relação entre modalidade de medida socioeducativa e idade dos profissionais da socioeducação do estado do Rio de Janeiro (2025)

	Meio aberto	Meio aberto e meio fechado	Meio fechado	Total
De 20 a 29 anos	21	0	0	21
De 30 a 39 anos	32	6	16	54
De 40 a 49 anos	46	8	36	90
De 50 a 59 anos	22	8	24	54
Mais de 60 anos	12	3	8	23
Total	133	25	84	242

Fonte: Escola Estadual de Socioeducação do Rio de Janeiro, 2025.

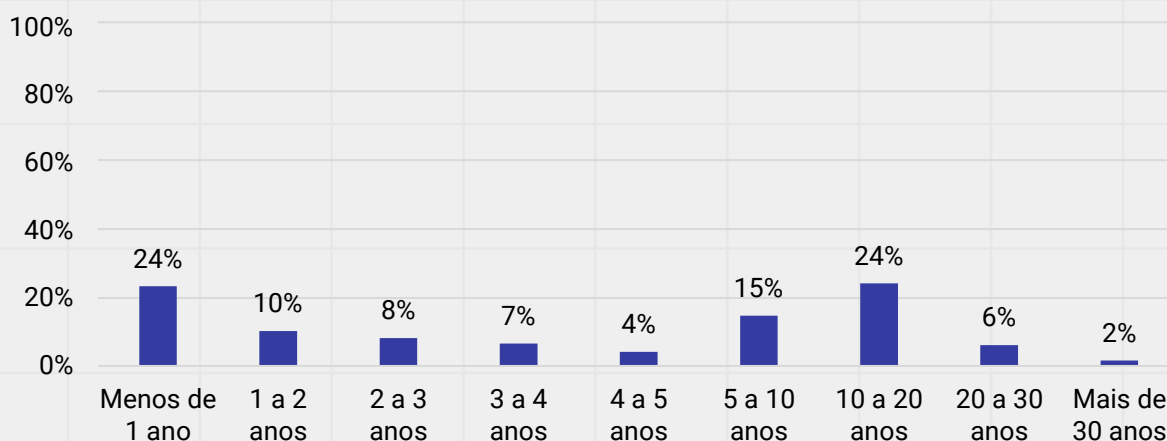
Aqui, observa-se que o meio aberto concentra profissionais com até 29 anos, totalizando 15,8% das/os, enquanto 81% das/os profissionais com mais de 40 anos atuam no meio fechado, indicando um perfil profissional experiente em relação à idade. A maturidade das/os profissionais pode estar relacionada ao acesso a alguns cargos por meio de concurso público, pois leva-se algum tempo para se obter aprovação nos certames.

Os dados indicam que há maior concentração profissional do ambiente socioeducativo na faixa etária entre 40 e 59 anos, correspondendo a 59,5% do total. Nesse item, o meio aberto e o fechado apresentam índices próximos.

2.10 - Tempo de atuação

A pesquisa também abordou uma variável importante sobre o tempo de atuação das/os profissionais no sistema socioeducativo, sintetizado no seguinte gráfico:

Gráfico 11: Tempo de atuação das/os respondentes da pesquisa (2025)



Fonte: Escola Estadual de Socioeducação, 2025.

Das/os 242 respondentes dessa etapa, 24% trabalham há menos de um ano com socioeducação, enquanto 32% têm mais de 10 anos de atuação. Esses dados podem ser complexificados com a tabela a seguir, na qual há relação entre tempo de atuação e modalidade de medida socioeducativa na qual as/os respondentes atuam. Aqui, verifica-se uma relevância no número de pessoas atuantes no meio aberto trabalhando na socioeducação há menos de um ano, com um total de 49 das/os 57 profissionais, ou 86% do grupo. Outro destaque é a prevalência no meio fechado de trabalhadoras/es com atuação por um período de tempo entre 10 e 20 anos, somando um total de 39 dos 59 profissionais (ou 46,4%), além de profissionais que atuam há um período entre 20 e 30 anos, com

um total de 15 profissionais, 6 dos quais estão no meio fechado. A tabela abaixo mostra os números totais e permite perceber que as/os profissionais com mais tempo de serviço tendem a trabalhar no meio fechado.

Tabela 10: Relação entre modalidade de medida socioeducativa e idade dos profissionais da socioeducação do estado do Rio de Janeiro (2025)

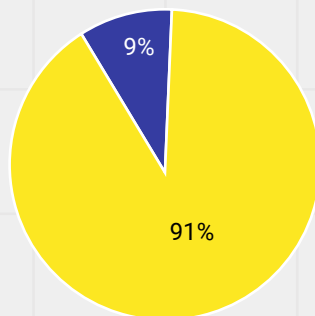
Tempo	Meio aberto	Meio aberto e meio fechado	Meio fechado	Total Geral
Menos de 1 ano	49	3	5	57
1 a 2 anos	20	2	3	25
2 a 3 anos	13	1	6	20
3 a 4 anos	5		11	16
4 a 5 anos	7	3	0	10
5 a 10 anos	20	4	12	36
10 a 20 anos	15	5	39	59
20 a 30 anos	3	6	6	15
Mais de 30 anos	1	1	2	4
Total	133	25	84	242

Fonte: Escola Estadual de Socioeducação do Rio de Janeiro, 2025.

O teste de Qui-quadrado comprova haver associação com significância de $p < 0,001$ entre as variáveis tempo de atuação e meio de trabalho, conforme visto na tabela 10. De acordo com o coeficiente de contingência de 0,522, essa associação é positiva e com força moderada (Dancey e Reidy, 2006), ou seja, quanto maior o tempo de serviço maior é a tendência das/os respondentes a trabalhar no meio fechado.

Para melhor qualificar esse tempo de atuação na socioeducação, esta pesquisa também perguntou se o emprego atual das/os profissionais de socioeducação se encaixa como primeiro emprego e se, anteriormente, já haviam trabalhado com adolescentes. Das 242 pessoas, 220 (91%) responderam que não estão em seu primeiro emprego, apenas 22 (9%) estão trabalhando pela primeira vez. Sobre a possibilidade de já terem trabalhado com adolescentes, 134 (55%), do total de 242, responderam que já haviam trabalhado com adolescentes; 108 (45%) afirmaram ser a primeira experiência numa função relacionada à adolescência.

Gráfico 12: O trabalho na socioeducação como primeiro emprego das/os profissionais que atuam no sistema socioeducativo (2025)



■ Não ■ Sim

Fonte: Escola Estadual de Socioeducação, 2025.

2.11 - Regime de trabalho

A grande maioria das/os profissionais que responderam à questão do regime de atuação é estatutária, totalizando 158 (65%), enquanto as/os que atuam como cargo comissionado somam 31 respondentes (12,8%) e aquelas/es com cargo temporário somam 22 respondentes (9,1%). Há também pessoas que atuam em regime CLT, somando 19 profissionais (7,8%). Outros regimes chegam a 13 (5,3%) profissionais.

Tabela 11 - Regime de trabalho

	n	%
Autônomo	1	0,4%
Cargo comissionado	31	12,8%
Cargo temporário	22	9,1%
CLT	19	7,8%
Estágio	2	0,8%
Estatutário	158	65,0%
MEI/PJ	1	0,4%
PMCG	1	0,4%
Prestador de serviço	1	0,4%
Processo seletivo	3	1,2%
PSS	1	0,4%
RPA	2	0,8%
Voluntário	1	0,4%
Total	243	100,0%

Fonte: Escola Estadual de Socioeducação do Rio de Janeiro, 2025.

Um dos aspectos de interesse e dos mais importantes da pesquisa é o recorte racial, já que, conforme Sílvia Almeida (2018), debater raça e trabalho é também falar sobre desigualdades. Desse modo, nesta seção, o relatório mostra a relação entre regime de trabalho e cor. Levando em consideração aqueles regimes de trabalho com mais relevância – cargo comissionado, cargo temporário, CLT e estatutário –, foi feita uma divisão entre as cores preta, parda, amarela e branca. Segundo a pesquisa, entre as pessoas que ocupam cargos comissionados, 41,9% são pardas, 35,5% são brancas, 19,3% são pretas e 3,2% são amarelas. Já ocupando cargos temporários, há 40,9% de pardas/os; 36,3% são pretas/os e 22,7% são brancas/os. Nos cargos com regime CLT, 42,1% são brancas/os, 31,5% são pardas/os e 26,3% são pretas/os. Já nos cargos com regime estatutário, 43% são brancas/os, 40,5% são pardas/os e 16,4% são pretas/os.

Tabela 12: Relação entre regimes de trabalho e raça/cor entre profissionais da socioeducação do estado do Rio de Janeiro (2025)

Cargo	Amarelo	Branco	Pardo	Preto	Total Geral
Cargo comissionado	3,2%	35,4%	41,9%	19,3%	100,0%
Cargo temporário	0,0%	22,7%	40,9%	36,3%	100,0%
CLT	0,0%	42,1%	31,5%	26,3%	100,0%
Estatutário	0,0%	43,0%	40,5%	16,4%	100,0%

Fonte: Escola Estadual de Socioeducação do Rio de Janeiro, 2025.

Em uma nova análise cruzada, a pesquisa utilizou dados que relacionam o contexto de atuação e o regime de trabalho das/os profissionais do sistema socioeducativo. O teste de Qui-quadrado indica associação entre as duas variáveis em questão com significância de $p < 0,001$ e coeficiente de contingência 0,473, indicando uma força moderada (Dancey e Reidy, 2006).

Na tabela 12, observa-se na novamente a predominância de vínculos com regime estatutários, com um total de 157 profissionais, distribuídas/os de forma relativamente proporcional entre os meios, com maior concentração no meio fechado, com um total de 78 (50%) profissionais. Por outro lado, nos vínculos de trabalho mais precários, como os cargos comissionados (31), temporários (23) ou o regime CLT (19), a distribuição fica mais concentrada no meio aberto. A partir do teste de correlação e da análise dos dados, é possível inferir que há uma tendência de maior concentração de estatutárias/os no meio fechado. Em contrapartida, no caso do meio aberto, observa-se que os vínculos mais frágeis tendem a aumentar conforme cresce o número de respostas de funcionárias/os desse segmento.

Tabela 13: Relação entre regime de trabalho e modalidade de medida socioeducativa entre profissionais que atuam no estado do Rio de Janeiro (2025)

Regime de trabalho	Modalidade de medida socioeducativa			Total
	Meio aberto	Meio aberto e meio fechado	Meio fechado	
CLT	95%	5%	0%	100%
Cargo comissionado	90%	6%	3%	100%
Cargo temporário	70%	13%	17%	100%
Estatutário	39%	11%	50%	100%

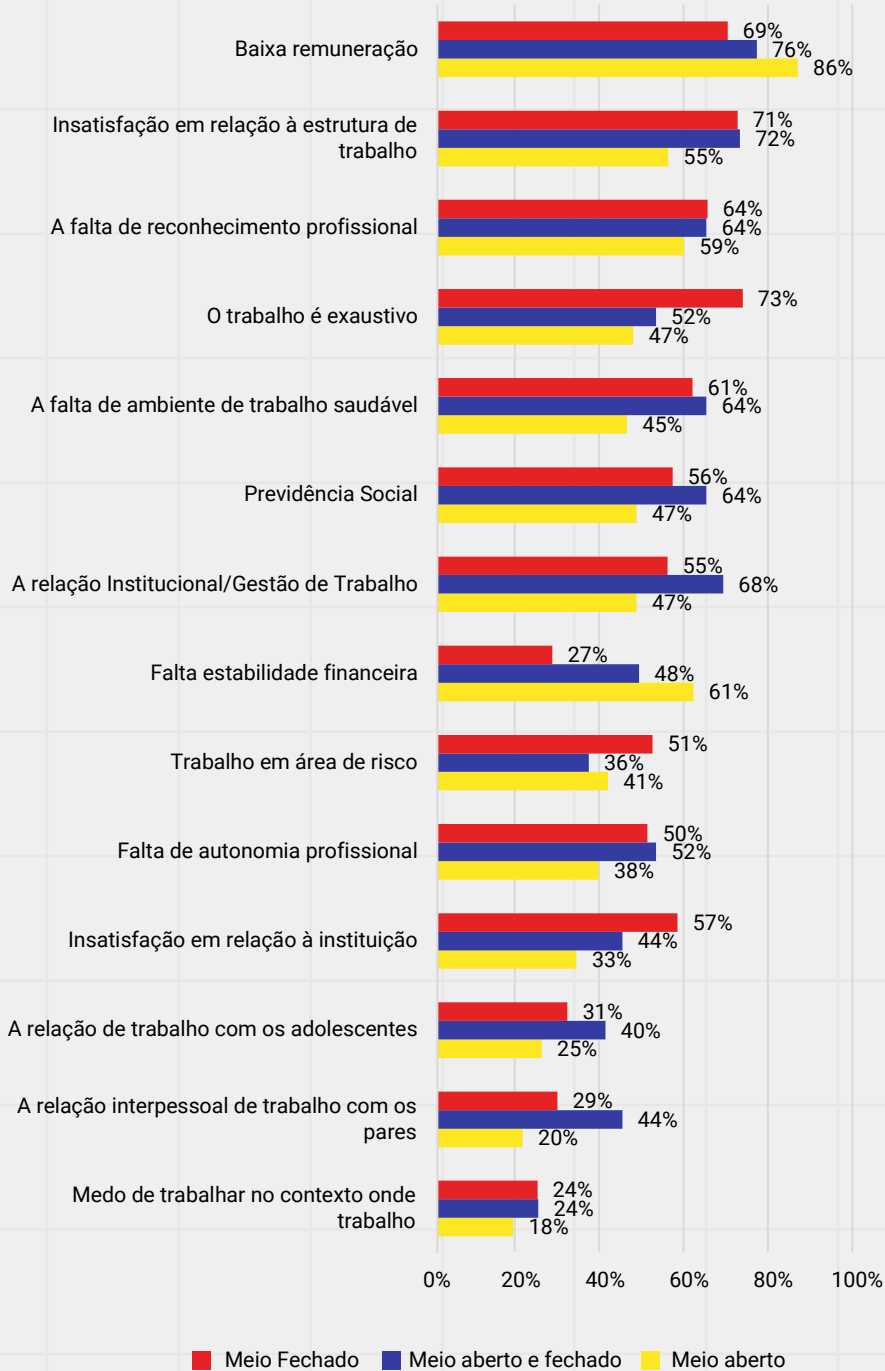
Fonte: Escola Estadual de Socioeducação do Rio de Janeiro, 2025.

Observa-se que 32% do total de respondentes trabalha em regime estatutário e atua no meio fechado. Os dados informam que as/os profissionais do meio fechado têm mais estabilidade e, conseqüentemente, mais tempo de serviço (entre 10 e 20 anos). Então, é provável que haja mais precarização do serviço público no meio aberto, onde predominam vínculos com cargos temporários e comissionados. Levando em conta os dados e as relações de trabalho existentes no Brasil, no âmbito da coexistência entre estabilidade e precarização do serviço público, muitas vezes no mesmo local de trabalho, ocorre o que Mézáros (2022) nomeia como “crise estrutural do trabalho”, em que as características das formas de trabalho público se assemelham com as do setor privado, prevalecendo a flexibilização e a desvalorização do servidor.

2.12 - Adversidades na atuação profissional

Com o objetivo de identificar os desafios e dificuldades no trabalho das/os profissionais na rede de atendimento socioeducativa do estado do Rio de Janeiro, nosso questionário ofereceu algumas possibilidades de respostas, oferecendo mais de uma opção de resposta às/aos participantes da pesquisa, conforme se vê no gráfico a seguir:

Gráfico 13 - Distribuição de frequências percentuais das/os profissionais de socioeducação do estado do Rio de Janeiro segundo maiores adversidades no trabalho por meio aberto ou fechado (2025)



Fonte: Escola Estadual de Socioeducação do Rio de Janeiro, 2025.

Aqui, é possível considerar que as adversidades no socioeducativo são estruturais e interligadas, pois as maiores adversidades mencionadas pelas/os respondentes da pesquisa têm relação com a precariedade na qual atuam: a baixa remuneração foi mencionada por 86% das/os respondentes do meio aberto, 69% das/os respondentes do meio fechado e 76% das/os respondentes

que trabalham nas duas modalidades de medida socioeducativa. Outras adversidades também apareceram com destaque, caso da falta de reconhecimento profissional, 61% das/os respondentes, 56% das/os profissionais relataram exaustão com relação ao trabalho. Pouco mais da metade das/os respondentes (52%) sinalizaram a falta de ambiente de trabalho saudável e problemas relacionados à Previdência Social e à relação institucional com a gestão do trabalho. Esses dados indicam que a desvalorização profissional se dá principalmente por conta da baixa remuneração e da falta de estrutura física e material para a execução do trabalho, o que gera frustração devido à falta de reconhecimento profissional, exaustão e construção de um ambiente de trabalho que não é saudável às/aos profissionais.

Além desses pontos, chama a atenção à menção à instabilidade financeira, muito mais presente no meio aberto do que no meio fechado. Tal insatisfação pode estar ligada às hipóteses apresentadas no tópico “Escolaridade”, no qual 9% dos respondentes deram indícios de não serem concursados, e sim contratados. Cabe destacar que muitas/os profissionais do meio aberto têm contratos de trabalhos temporários, sem estabilidade na administração pública, contribuindo para a precarização profissional. Além disso, também dispõem de menores rendimentos, como já apontado anteriormente.

A comparação entre os dois contextos evidencia contraste: enquanto apenas 27% das/os profissionais do meio fechado mencionam instabilidade financeira como adversidade, no meio aberto esse índice chega a 61%. Instabilidade financeira e baixa remuneração são as únicas categorias de adversidades mais fortemente presentes no meio aberto, o que ilustra a importância do vínculo de trabalho estatutário mais presente no meio fechado. A maioria das/os servidoras/es do Degase são concursadas/os com planos de cargos e salários definidos por lei, garantido estabilidade profissional na realização do seu trabalho, condição fundamental para a execução, continuidade e atuação profissional, fazendo a diferença no ambiente socioeducativo.

Outro destaque é sobre a menção ao trabalho exaustivo e à insatisfação com a própria instituição, mais recorrente nas indicações das/os respondentes do meio fechado. Ou seja, embora as condições materiais e objetivas sejam mais desfavoráveis no meio aberto, alguns problemas foram menos mencionados em comparação ao meio fechado. As questões relacionadas às instituições, por exemplo, apresentaram menores índices, o que pode expressar um ambiente profissional relativa-

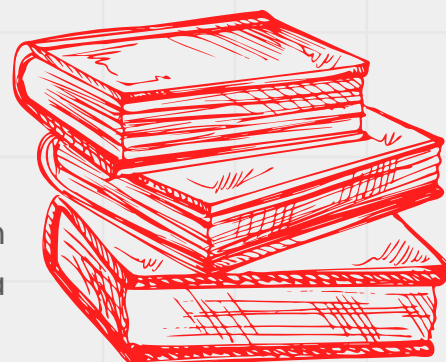


mente mais amistoso do que o existente no meio fechado.

O meio fechado apresenta maiores índices em todos os pontos percebidos como adversidade quando comparado ao meio aberto, o que mostra como as medidas socioeducativas diferem não apenas no atendimento às/aos adolescentes, mas também no ambiente de trabalho, sendo o meio fechado mais coercitivo frente a ambos os grupos. A diferenciação entre as medidas de privação de liberdade e aquelas em meio aberto, interferem na qualidade e no ambiente de trabalhadoras/es socioeducativas/os do estado do Rio de Janeiro.

Os dados também demonstram que o meio fechado é entendido pelas/os respondentes como um espaço institucional mais hostil à atuação profissional se comparado às/aos respondentes do meio aberto, exigindo grande investimento de todas as ordens na execução do trabalho. Esse esforço pode ser compreendido como trabalho emocional¹², não sendo entendido um como aspecto de uma ordem individual, mas um controle sobre o ambiente e o reconhecimento de autoridade por esse espaço, estabelecendo uma regra de sentimento¹³ institucional mais rígida e conformada com a moral e a cultura institucional a despeito dos princípios, determinações e orientações legais. É a partir dessa relação que se estabelece pertencimento, adequação, inadequação, estranhamento, interdição, marginalização da servidora ou do servidor no seu contexto de trabalho. Tais processos trazem consequências sérias tanto para a efetividade da política pública quanto para a saúde mental e emocional de servidoras/es, que são impactados pelo ambiente de trabalho.

Nesse sentido, os dados apontam diferenças na percepção das/os profissionais que trabalham nas modalidades aberta e fechada das medidas socioeducativas, números que indicam as nuances internas do sistema socioeducativo do Rio de Janeiro. Embora o meio fechado ofereça melhores condições de remuneração e estabilidade, é nesse mesmo espaço que encontramos a percepção de um trabalho mais exaustivo, maior insatisfação com a estrutura de trabalho e a ausência de um ambiente saudável. Dessa forma, como podemos mensurar, o meio fechado também é mais hostil para servidoras/es que atuam nesta medida socioeducativa.



12 Dialogando com autores como Arlie Hochschild, Vinuto (2021) descreve o trabalho emocional de agentes socioeducativas/os que trabalham em centros de internação do Rio de Janeiro, onde há uma demanda organizacional por manipular e controlar as emoções de si e das/os outras/os, não se restringindo ao campo da individualidade. Para saber mais, ver Vinuto (2021).

13 A regra institucional é a percepção da obrigatoriedade de sentir determinadas emoções e interditar outras no ambiente profissional, confrontando a perspectiva moral e subjetiva com a cultura institucional, conforme análise da "questão de postura" no ambiente socioeducativo (Vinuto, 2021).

Ao mesmo tempo, apenas 28% das/os respondentes sinalizaram dificuldade em trabalhar com os adolescentes. Desses, 40% trabalham tanto no meio fechado quanto no meio aberto, 31% apenas no meio fechado e 28% apenas no meio aberto. Com relação às/aos últimas/os, pesquisas indicam dificuldades específicas no meio aberto relacionadas ao engajamento das/os adolescentes nas atividades de acompanhamento de LA e de PSC (Ribeiro, 2022; Motta, 2024). Esses estudos podem explicar parte das dificuldades sinalizadas para o trabalho nesse meio. Mais à frente, veremos que, curiosamente, 77% das/os respondentes afirmaram que é justamente o trabalho com adolescentes o ponto positivo no trabalho socioeducativo.

Há também diferenças nas percepções das/os profissionais se levarmos em conta a variável gênero, como pode ser observado no gráfico abaixo:

Gráfico 14 - Distribuição de frequências percentuais das/os profissionais de socioeducação do estado do Rio de Janeiro segundo maiores adversidades no trabalho por gênero e sexo



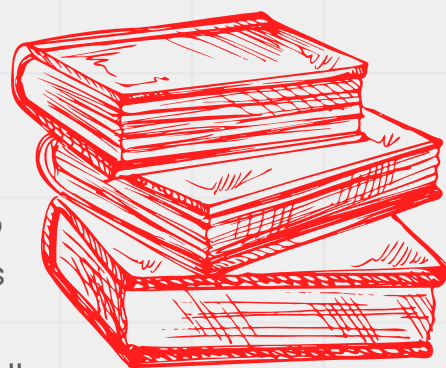
Fonte: Escola Estadual de Socioeducação do Rio de Janeiro, 2025.

Os dados coletados junto a profissionais da rede de atendimento socioeducativo do Rio de Janeiro demonstram que os homens afirmam sentir mais medo de trabalhar no socioeducativo (26%); entre as mulheres, o índice é de 19%. Além disso, uma proporção maior de homens afirma trabalhar em áreas de risco, 58% em comparação a 40% das mulheres. Esses dados também aparecem em relação à insatisfação com a instituição: 57% dos homens firmam insatisfação, em relação a 38% das mulheres. Há diferença também em outros aspectos, como a falta de reconhecimento profissional, mencionada por 74% dos homens e 57% das mulheres; a estrutura de trabalho foi considerada inadequada por 72% dos homens e 59% das mulheres.

Os dados demonstram que homens consideram o ambiente socioeducativo mais hostil do que as mulheres. Assim, em geral, os homens estão mais descontentes com seu trabalho, o que pode ajudar a compreender que justamente os respondentes homens mencionaram a relação com o adolescente como uma adversidade, sendo 53% dos homens e 21% de mulheres. A frequência dessas ocorrências está diretamente ligada aos dados já apresentados no presente relatório, lembrando que há maior presença de homens no meio fechado enquanto no meio aberto há mais profissionais mulheres.

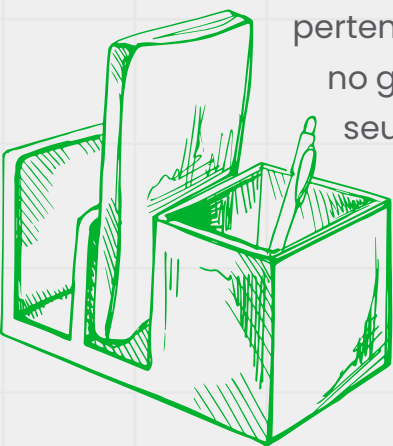
A dificuldade de o trabalho com adolescentes ser apontada pela maioria dos homens expressa o quanto o ambiente socioeducativo como um espaço generificado é percebido como mais hostil para o servidor homem. Tendo a centralidade da medida socioeducativa a relação direta com adolescentes, o cruzamento com o Levantamento do SINASE 2024 (Brasil, 2025) coloca o desafio de pensar como essas relações se inter cruzam no ambiente socioeducativo, quando, no Rio de Janeiro 70,2% das/os atendidas/os pelo meio fechado são adolescentes cis masculinos. O meio fechado constitui um ambiente tipicamente masculino com a composição de 59,9% de servidores masculinos, sendo os servidores homens do meio fechado 54% dos homens entrevistados. Nesse sentido, os dados sobre essa adversidade expressam muito como a relação com adolescentes masculinos pode ser mais difícil no ambiente socioeducativo.

A cultura institucional conformada a partir do trabalho emocional realizado é uma forma de controle do ambiente institucional, em que a regra de sentimento na esfera da masculinidade pode levar à interdição da afetividade e do vínculo dos servidores masculinos com os adolescentes em cumprimento da medida socioeducativa, o que parece ser mais presente no meio fechado. Trata-se de uma relação de gênero em que a



masculinidade se configura um espaço masculino antagônico entre servidores e adolescentes, constituindo um arquétipo padrão normativo destes servidores que hostilizam quem não se enquadra nesse perfil, conforme aponta Vinuto (2021).

Estes dados de adversidade por sexo sinaliza uma divisão sexual do trabalho na percepção das/os servidoras/es entrevistadas/os, a análise destas dificuldades a partir da relação de gênero demonstra que o mesmo espaço institucional com suas regras e culturas estabelecidas, são produzidas e percebidas pelos servidores socioeducativos de forma diferente, de acordo com o pertencimento social de quem a realiza e a vivencia. E aqui há diferença no gênero: 26% das mulheres têm dificuldades em relacionar-se com seus pares, em relação a 23% dos homens, sendo esse um dos poucos indicadores em que as mulheres estão acima dos homens no que se refere às adversidades no ambiente de trabalho.



O gênero como um conceito importante de análise sobre a percepção da adversidade no trabalho, não está muito distante da questão da baixa remuneração e previdência social entre ambos os sexos, trazendo para o cerne do debate como a relação material e objetiva dos vínculos de trabalho e a garantia de

direitos previdenciários são agravos à condição da realização profissional e do ambiente de trabalho para mulheres e homens, conforme o gráfico acima.

Os dados sobre adversidades a partir da percepção das/os trabalhadores, possibilitam-nos analisar a realidade para além da subjetividade e da individualização das/os entrevistadas/os, expressa um ambiente institucional que contribui para dificuldades do atendimento das/os profissionais da medida socioeducativa. Isso reforça o aspecto da não valorização dessa/e trabalhador, quer na condição material e objetiva de sua remuneração, quer na falta do reconhecimento profissional.

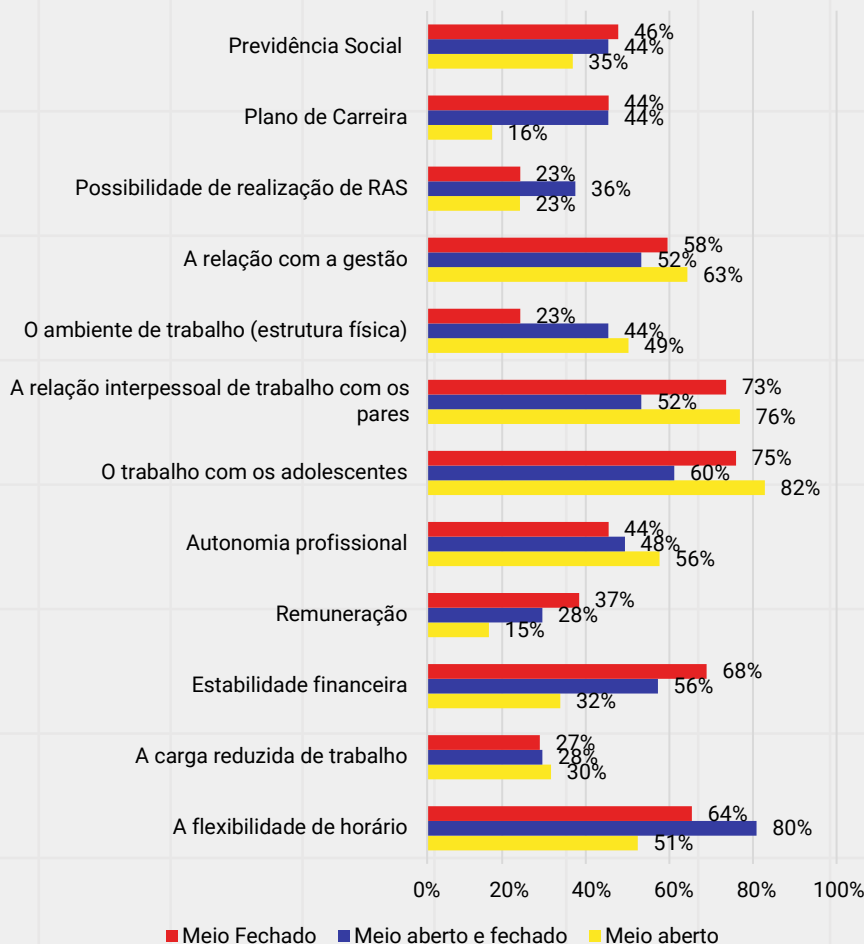
2.13 - Pontos positivos na atuação profissional

Como já foi mencionado no tópico anterior sobre adversidades, trabalhar com adolescentes foi considerado um ponto positivo da rotina de trabalho por 77% dos profissionais da rede de atendimento socioeducativo do estado do Rio de Janeiro, sendo este o item mais escolhido pelas/os respondentes quando falaram dos pontos positivos de seu trabalho. Esse dado indica que muitas/os profissionais da rede socioeducativa atribuem um significado específico à função que exercem, parecendo acreditar nas transformações que o sistema so-

ocioeducativo se propõe efetivar na vida das/os adolescentes e se encaram enquanto agentes transformadoras/es nesse processo.

Este e outros dados podem ser visualizados no gráfico abaixo:

Gráfico 15: Distribuição de frequências percentuais dos profissionais de socioeducação do estado do Rio de Janeiro segundo pontos positivos no trabalho por modalidade de medida socioeducativa (2025)



Fonte: Escola Estadual de Socioeducação do Rio de Janeiro, 2025.

Observando os dados segmentados por modalidade da medida socioeducativa, verificamos que o ponto positivo mais mencionado por profissionais do meio aberto é justamente o trabalho com as/os adolescentes, com 82% dos respondentes escolhendo esse tópico, enquanto no meio fechado, o ponto positivo mencionado pela maioria (80%) foi a flexibilidade de horário.

A relação interpessoal com colegas de trabalho também foi considerada pela maioria das/os respondentes como um ponto positivo, 72% das/os entre-

vistadas/os assinalaram essa opção, sendo 76% delas/es oriundas/os do meio aberto, 73% do meio fechado, uma porcentagem consideravelmente mais baixa (52%) entre aquelas/es que trabalham em ambas as modalidades de medida socioeducativa.

Além da relação interpessoal com os pares, a relação com a gestão também se destacou enquanto ponto positivo: 60% das/os respondentes marcaram essa opção. Com base nesses dados, é possível afirmar que as relações institucionais construídas entre profissionais e gestores são um ponto forte da rede socioeducativa fluminense. A flexibilidade de horário e a autonomia profissional também foram considerados pontos positivos: 59% e 51% do total de respondentes assinalaram, respectivamente, essas opções.

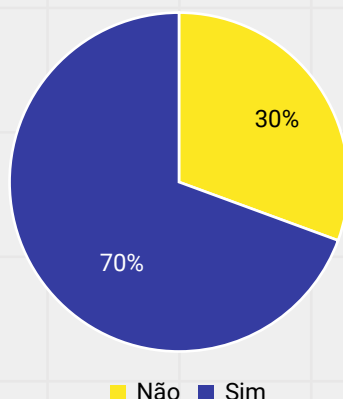
Por outro lado, estabilidade financeira, previdência social, ambiente de trabalho (estrutura física), carga reduzida de trabalho, plano de carreira, possibilidade de realização de Regime Adicional de Serviço (RAS)¹⁴ e remuneração não chegaram a 50% das marcações. Ao mesmo tempo, essas questões aparecem como dificuldades enfrentadas por profissionais da rede socioeducativa do estado e podem ser encontradas no tópico “adversidades” apresentado anteriormente. Apesar disso, vale lembrar que 68% das/os entrevistadas/os que trabalham em meio fechado afirmaram ter estabilidade financeira e consideraram isso um ponto positivo em suas atuações laborais.



2.14 - Busca por outro emprego

Para dar ainda mais solidez às informações apresentadas nos tópicos acima (“Adversidades” e “Pontos positivos”), a pesquisa também buscou saber se as/os respondentes se pretendiam fazer outro concurso público ou procurar outro emprego. 70% afirmaram que não almejam continuar exercendo funções dentro da rede de atendimento socioeducativo do estado do Rio de Janeiro, totalizando uma frequência de 169 respostas (n=243).

¹⁴ Espécie de hora extra dos serviços públicos do estado do Rio de Janeiro.

Gráfico 16: Profissionais da socioeducação que desejam mudar de emprego:

Fonte: Escola Estadual de Socioeducação do Rio de Janeiro, 2025.

Como indica o gráfico 17, no que diz respeito aos motivos para se desejar outro emprego, 75% das/os respondentes afirmaram insatisfação em relação ao salário recebido. Assim como foi dito anteriormente, esses dados estão em consonância com as informações apresentadas no tópico “Adversidade”, no qual 79% das/os entrevistados afirmaram que a principal dificuldade enfrentada em suas jornadas de trabalho é a baixa remuneração. Já no tópico “Pontos positivos”, apenas 24% das/os profissionais que responderam ao formulário estão satisfeitas/os com os salários oferecidos no sistema socioeducativo fluminense.

Gráfico 17: Motivos mencionados por profissionais da socioeducação para almejem mudar de emprego:

Fonte: Escola Estadual de Socioeducação do Rio de Janeiro, 2025.

Pode-se concluir que a baixa remuneração mencionada pelas/os profissionais da rede de atendimento socioeducativo é um agravante que afeta diretamente a qualidade dos serviços prestados na proteção à criança e à/ao adolescentes no estado. Esta pesquisa aponta a insatisfação dessas/es profissionais, mas também uma demanda da categoria atuante na socioeducação. É importante que gestoras/es públicas/os e formuladoras/es de políticas públicas atentem demandas do tipo, a fim de fortalecer o plano de carreira da área, garantindo estabilidade financeira e estrutura física adequada ao exercício de um trabalho com dignidade.

2.15 Relação entre local de moradia e local de trabalho

Um de nossos interesses de pesquisa é saber se a/o participante mora no mesmo município em que trabalha. Constatamos que, dos 243 respondentes, 158 (65%) moravam no mesmo município de trabalho e 85 (35%), em municípios distintos dos que trabalhavam.

Além do questionamento sobre o local de moradia, a pesquisa verificou como os profissionais se deslocam de suas casas para os locais de trabalho. A tabela 14 mostra que, das/os 240 respondentes, 111 (46,3%) se deslocam para o trabalho em seus carros particulares; aquelas/es que se deslocam para o trabalho por meio de transporte público somam 77 ou 32,1%. Outras/os 21 (8,8%) profissionais responderam que se deslocam de suas casas até o local de trabalho por meio de carros de aplicativo e 18 (7,5%) vão para o trabalho caminhando. Bicicleta (5), moto (4), carro da unidade ou do estado (2) foram mencionados ainda como meios de transporte utilizados; a carona também foi mencionada (2) como forma de deslocamento. Assim, pode-se observar que a maior parte das/os respondentes se locomovem para o trabalho em carro particular ou transporte público, o que sugere custos adicionais implícitos na prática laboral.

Tabela 14: Deslocamento para o trabalho por parte das/os profissionais de socioeducação no estado do Rio de Janeiro (2025)

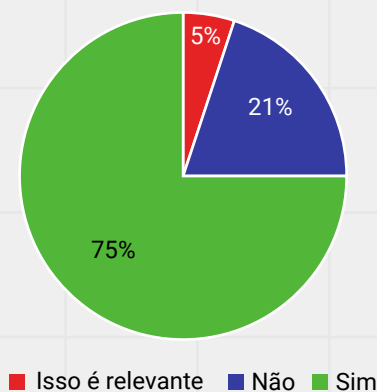
Modo de transporte	n	%
Bicicleta	5	2,1%
Transporte público	77	32,1%
Caminhando	18	7,5%
Carona	2	0,8%

Carro da unidade ou do estado	2	0,8%
Carro de aplicativo	21	8,8%
Carro particular	111	46,3%
Moto	4	1,7%
Total	240	100,0%

Fonte: Escola Estadual de Socioeducação do Rio de Janeiro, 2025.

Para finalizar as questões sobre local de moradia, a pesquisa questionou as/os profissionais sobre a percepção de segurança no território onde moram. Das/os 243 respondentes, 182 (75%) afirmaram residir em locais seguros, 50 (21%) profissionais disseram que não moram em locais seguros e 11 (5%) disseram que essa percepção sobre a segurança não é relevante para eles. O gráfico mostra o resultado:

Gráfico 18 - Percepção de segurança no local de moradia por parte das/os profissionais de socioeducação do estado do Rio de Janeiro (2025)



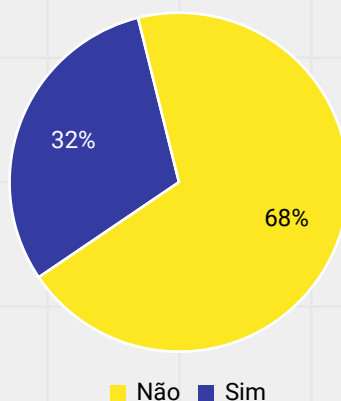
Fonte: Escola Estadual de Socioeducação, 2025

Diversos estudos que analisam os impactos da violência na saúde da população, também relacionados ao território. A socióloga Maria Cecília de Souza Minayo (2006), pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), aponta que violência e saúde estão interligados. Segundo a pesquisadora, muitas são as consequências dessa relação, tais como lesões, traumas, mortes físicas e adoecimento emocional. Dessa maneira, residir em local seguro é uma variável que interfere positivamente na saúde de profissionais da rede de atendimento socioeducativo fluminense.

2.16 Vitimização

O interesse em aprofundar a pesquisa sobre as relações de trabalho das/os profissionais da socioeducação nos leva a questionar se elas/es já haviam sido vítimas de algum tipo de violência durante sua atuação profissional no emprego atual. Conforme apresentado no gráfico 19, 32% das pessoas relataram ter sido vítimas de violência. Desse grupo, 60% declaram trabalhar no meio fechado. Esses dados permitem inferir que, embora as/os profissionais do meio fechado apresentem vínculos trabalhistas mais estáveis – por serem, em sua maioria, estatutárias/os – e recebam salários mais elevados, também enfrentam problemas em seu cotidiano laboral que podem culminar em situações de violência e, conseqüentemente, na própria saúde, assim como vimos nos tópicos anteriores.

Gráfico 19 – Sofreu algum tipo de violência durante sua atuação profissional



Fonte: Escola Estadual de Socioeducação, 2025

Em relação às variáveis gênero e raça das pessoas que relataram ter sido vítimas de algum tipo de violência, as tabelas 15 e 16 apresentam o cruzamento dessas variáveis e a vítima de violência na atuação profissional. Observa-se que, entre aquelas/es que relataram algum tipo de violência, 15% se autodeclararam pretas/os, 41% se autodeclararam pardas/os e 44%, brancas/os.

Esses resultados indicam que a experiência de violência no ambiente de trabalho atinge profissionais de diferentes grupos raciais, ainda que com proporções próximas às da composição geral do quadro funcional. No entanto, considerando que a população negra (pretas/os e pardas/os) representa uma parcela significativa das/os trabalhadoras/es da socioeducação, nota-se que esse grupo também concentra a maioria dos relatos de vitimização. Tal resulta-

do pode refletir não apenas a distribuição racial entre profissionais do setor, mas também desigualdades estruturais que atravessam as relações de trabalho e as formas de reconhecimento e tratamento no cotidiano institucional. Assim, a questão racial se articula à dimensão das condições de trabalho e da exposição à violência, evidenciando que as vulnerabilidades não se distribuem de maneira homogênea entre os diferentes grupos sociais.

Tabela 15 - Sofreu violência durante sua atuação profissional por cor/ raça

	Amarelo	Branco	Pardo	Preto	Total Geral
Não	1%	38%	40%	22%	100%
Sim	0%	44%	41%	15%	100%
Total Geral	0%	40%	40%	20%	100%

Fonte: Escola Estadual de Socioeducação do Rio de Janeiro, 2025.

Quanto ao sexo, 65% das vítimas de violência são mulheres. A relação entre as variáveis sexo e vítima de violência foi confirmada pelo teste do Qui-quadrado, com significância de $p < 0,001$ e coeficiente de contingência de 0,379, indicando uma associação estatisticamente significativa e de magnitude fraca. Isso sugere que, à medida que aumenta a proporção de mulheres entre as/os respondentes, também tende a crescer o número de relatos de vitimização.

No que se refere à variável raça, o teste do Qui-quadrado também indicou uma relação significativa ($p < 0,003$), porém com coeficiente de contingência de 0,211, revelando uma associação de menor intensidade em comparação à variável sexo.

A comparação entre os dois resultados aponta que as mulheres se encontram em uma posição de maior vulnerabilidade no contexto de trabalho socioeducativo, especialmente no que diz respeito à exposição à violência. Esse achado reforça a importância de considerar as dimensões de gênero e raça de forma interseccional na análise das condições de trabalho e das experiências de violência nesse campo profissional.

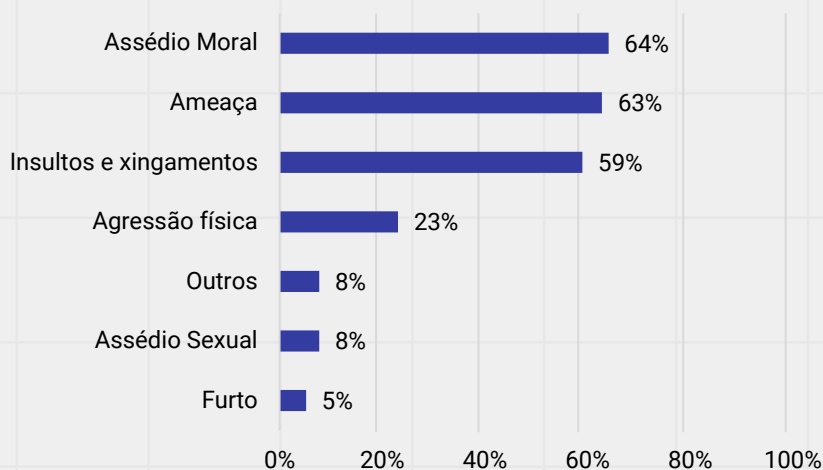
Tabela 16 - Sofreu violência durante sua atuação profissional por sexo

	Homem	Mulher	Não sei ou não quero responder	Total Geral	Total Geral
Não	16%	84%	1%	100%	100%
Sim	35%	65%	0%	100%	100%
Total Geral	22%	78%	0%	100%	100%

Fonte: Escola Estadual de Socioeducação do Rio de Janeiro, 2025.

O gráfico de número 20 descreve quais foram as violências relatadas. Os casos mais citados foram assédio moral (64%), ameaça (63%) e insultos e xingamentos (59%). No entanto, com proporções pequenas, há relatos de furtos (8%) e assédio sexual (8%) no trabalho. Não foram notadas diferenças significativas dos tipos de violência sofrida em relação ao meio em que a/o profissional trabalha.

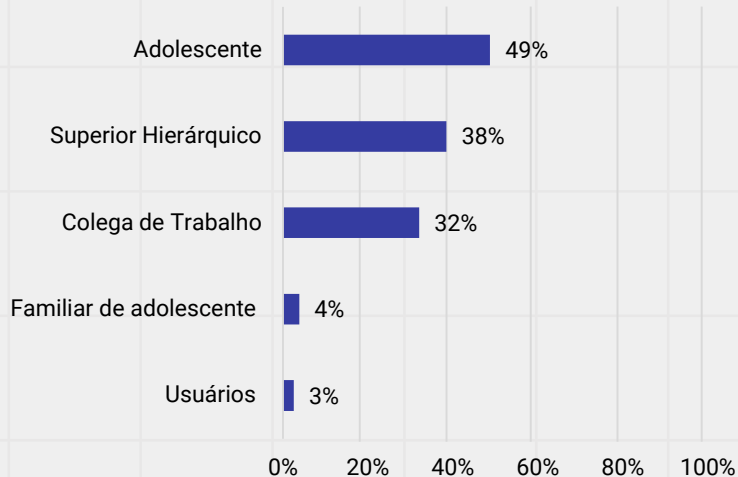
Gráfico 20 – Tipo de violência sofrida



Fonte: Escola Estadual de Socioeducação, 2025.

Como agressora/s ou agressor/es, já que era possível apontar mais de uma opção de resposta, foram mais citados as/os adolescentes (49%), superiores/es hierárquicas/os (38%) e colegas de trabalho (32%), sugerindo que a maior parte das pessoas citadas como vitimizadoras são colegas de trabalho, que somam 70% das respostas. No entanto, não deixam de constar no gráfico familiares de adolescentes e usuárias/os, sendo este último preenchido na categoria "outros" no formulário.

Gráfico 21 – Tipo de Agressor

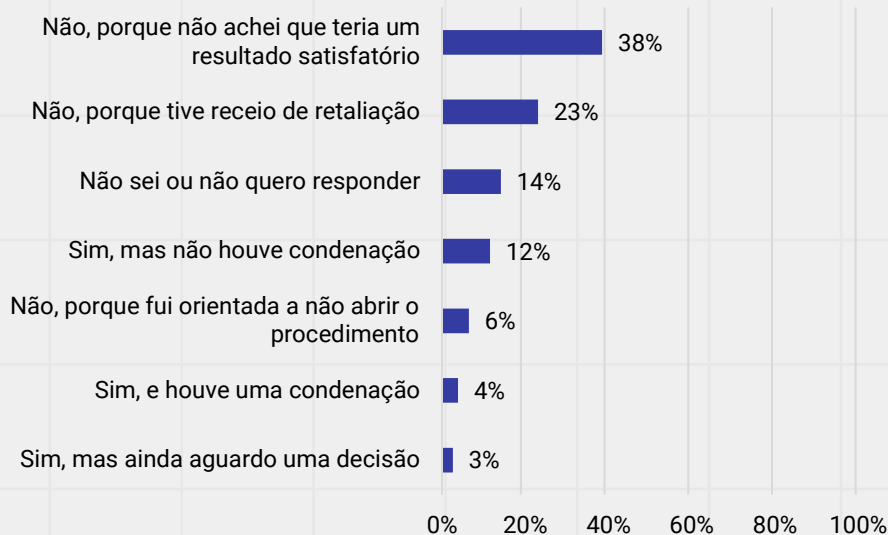


Fonte: Escola Estadual de Socioeducação, 2025.

Por fim, indagou-se às vítimas se elas haviam efetuado algum procedimento administrativo após o episódio de violência, como registrar um boletim de ocorrência, abrir uma denúncia na ouvidoria ou adotar outras medidas formais. Conforme observado em outras pesquisas de vitimização (Oliveira Junior e Alencar, 2015; Silva e Godoy, 2017), a maioria das vítimas (67%) não tomaram nenhuma providência, seja por não acreditarem na resolução do conflito, seja por medo de retaliações ou por seguirem orientações recebidas.

Entre aquelas/es que optaram por denunciar, 12% afirmaram que não houve condenação, 3% aguardam uma decisão e apenas 4% relataram algum tipo de condenação. Esses dados evidenciam a subnotificação como problema relevante no âmbito do sistema socioeducativo, especialmente em relação às violências e conflitos que emergem no cotidiano laboral. Para mitigar esse cenário, é fundamental garantir mecanismos de denúncia, proteção à vítima e ampliação da confiança institucional por meio de respostas efetivas e transparentes aos casos relatados. A sensação de impunidade tende a desestimular as/os trabalhadoras/es de formalizarem suas queixas, perpetuando um ciclo de silenciamento e vulnerabilidade.

Gráfico 22 - Motivação para decisão em relação ao procedimento administrativo

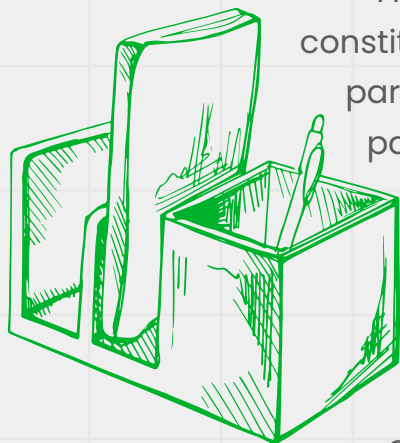


Fonte: Escola Estadual de Socioeducação, 2025.



**ESCOLARIDADE E
FORMAÇÃO
EDUCACIONAL DAS/OS
PROFISSIONAIS
DA SOCIOEDUCAÇÃO
NO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO**





A formação educacional de profissionais da socioeducação constitui um eixo estratégico para a qualificação do atendimento e para a efetivação dos princípios que orientam o Sinase. Por isso, para nós da Escola Estadual de Socioeducação do Rio de Janeiro (EES-RJ), é fundamental dedicar um capítulo exclusivo à análise da trajetória formativa e dos cursos realizados pelas/os trabalhadoras/es tanto do meio aberto quanto do meio fechado. Compreender percursos educacionais, níveis de escolaridade, tipos de instituição e processos de especialização permite identificar potencialidades, desigualdades e desafios que atravessam a composição dessa força de trabalho.

Além disso, tais informações são essenciais para subsidiar políticas de formação continuada, orientar ações pedagógicas da EES-RJ e fortalecer a construção de práticas socioeducativas qualificadas, interdisciplinares e alinhadas aos marcos legais de proteção integral.

A partir daqui, abordaremos as relações entre formação acadêmica e profissional dos sujeitos que integram a rede de atendimento socioeducativo do estado do Rio de Janeiro. O objetivo é apresentar os dados e caracterizar o perfil desses sujeitos a partir do mapeamento das competências existentes. Além disso, a apresentação de tais dados permitirá discutir se a formação dessas/es profissionais está alinhada às demandas do atendimento socioeducativo, quer em meio aberto, quer em meio fechado.

As questões aplicadas no formulário dizem respeito principalmente ao nível de escolaridade e à área de conhecimento da formação das/os profissionais. De maneira mais específica, foram divididas da seguinte forma: nível de formação, abrangendo desde o ensino fundamental até o ensino superior; os cursos de graduação feitos pelas/os respondentes; o tipo de instituição na qual concluíram a graduação, se pública ou privada; o tipo de curso, no caso licenciatura ou bacharelado; por fim, também foram abordadas questões referentes à pós-graduação e/ou especialização e suas respectivas áreas.

3.1 - Ensino superior

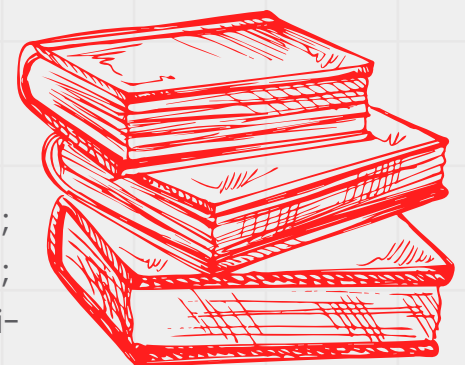
Com relação à escolaridade, 222 das/os respondentes afirmaram ter ensino superior completo, totalizando 91%. Aqui, é possível afirmar que a rede de atendimento socioeducativo do Rio de Janeiro possui um alto nível de escolaridade formal. Nesse sentido, cabe destacar que 5% das/os entrevistadas/os com ensino superior completo afirmaram ter mais de um curso de graduação con-

cluído. Dessa forma, na distribuição das frequências percentuais, as respostas (frequências) totalizaram mais de 100%, já que a formação das/os respondentes que cursaram mais de uma graduação foi contabilizada duas vezes, ou seja, uma em cada curso. Além disso, 9% afirmaram não ter ensino superior: 1 pessoa respondeu ter concluído o ensino fundamental, 9 responderam ter cursado ensino médio completo e 11 não têm ensino superior completo.

Analisando as respostas, verificamos que a pessoa que respondeu ter apenas ensino fundamental completo é uma mulher negra, com faixa etária entre 45 e 50 anos, que trabalha em meio aberto no âmbito da política de assistência social. Já com relação às 9 pessoas que responderam possuir ter ensino médio, observa-se que cerca de 70% desse grupo é composto por mulheres com faixa etária entre 38 e 65 anos e trabalham em meio aberto e fechado, ocupando cargos na área da educação, do serviço social, saúde e até mesmo direção.

Tais dados possibilitam elaborar três hipóteses com relação à formação dessas/es profissionais: a) a presença de profissionais com longa experiência prática na rede de atendimento socioeducativo do estado do Rio de Janeiro; b) a possibilidade de que a exigência de diploma de nível superior seja um fenômeno mais recente nos editais de concurso, não afetando a posição de servidoras/es mais antigas/os; c) uma gama de trabalhadoras/es com contratos laborais frágeis, não sendo concursadas/os e sim contratadas/os, gerando instabilidade em seu meio profissional. O objetivo de detalhar esses dados, mesmo que brevemente, é reforçar que a alta qualificação formal de profissionais da rede de atendimento socioeducativo do estado do Rio de Janeiro não pode ofuscar a experiência prática e a diversidade de trajetórias que compõem a rede. Além disso, é importante demonstrar que tais profissionais devem compor o público-alvo em programas de formação que abranjam capacitação formal e incentivo à graduação, sem que isso desvalorize suas experiências práticas.

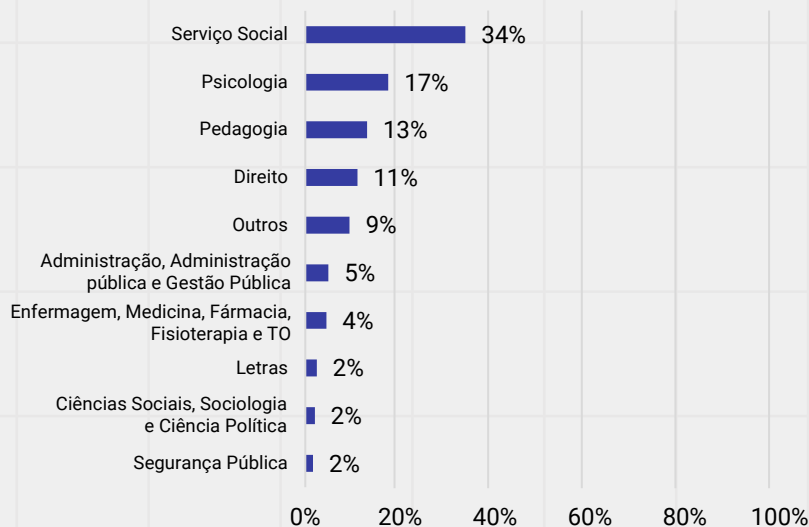
Com relação aos cursos de graduação concluídos pelas/os respondentes que assinalaram ensino superior completo, foram identificadas 31 formações distintas, sendo 9 delas elencadas no formulário, e as outras 22 foram mencionadas na opção "Outro". As elencadas no formulário foram: Psicologia; Serviço Social; Direito; Pedagogia; Terapia Ocupacional; Segurança Pública; Enfermagem; Nutrição; Administração. Já as citadas na opção "outro" foram: Administração Pública e/ou Gestão Pública; Bacharelado em Radiologia; Biblioteconomia; Biologia; Ciências Contábeis; Ciências da Computação; Comuni-



cação Social; Educação Física; Engenharia de Software; Engenharia Metalúrgica; Farmácia; Medicina; Fisioterapia; Geografia; Gestão de Recursos Humanos; Jornalismo; Letras; Musicoterapia; História; Teologia; Psicopedagogia; Ciências Sociais e/ou Sociologia e/ou Ciência Política.

No que diz respeito aos cursos, 34% das/os respondentes se formaram em Serviço Social, seguido por Psicologia com 17%, Pedagogia com 13% e Direito com 11%; a opção “outro” somou 9% das respostas, divididas nos cursos mencionados anteriormente. Pode-se ver essa representação no gráfico a seguir:

Gráfico 23 - Distribuição de frequências percentuais das/os profissionais de socioeducação do estado do Rio de Janeiro segundo os cursos de graduação concluídos (n=243)



Fonte: Escola Estadual de Socioeducação do Rio de Janeiro, 2025.

De acordo com o último Censo da Educação Superior¹⁵ (Brasil, 2024) realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2024, a graduação em Pedagogia lidera o ranking dos cursos com maior número de ingressantes no Brasil, seguido por Administração e Direito; em oitavo lugar, o curso de Psicologia. Desse modo, dos dez maiores cursos em número de ingressantes no ensino superior, quatro também são representados como os mais realizados por profissionais da rede de atendimento socioeducativo do estado do Rio de Janeiro.

Identificou-se que as quatro graduações mais cursadas estão concentradas na grande área das Ciências Humanas, sendo que Serviço Social e Direi-

15 O Censo da Educação Superior reúne informações sobre as instituições de ensino superior, seus cursos de graduação presenciais ou a distância, cursos sequenciais, vagas oferecidas, inscrições, matrículas, ingressantes e concluintes e informações sobre docentes nas diferentes formas de organização acadêmica e categoria administrativa. Link para acesso ao banco de dados:

<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>

to estão na área específica das Ciências Sociais Aplicadas, Psicologia na área específica da Saúde e Pedagogia na área específica da Educação. Portanto, a maioria das/os respondentes com ensino superior completo são formadas/os em cursos da área geral das Ciências Humanas. Constatou-se também que as áreas de formação dos respondentes estão diretamente ligadas à temática da socioeducação e são consideradas fundamentais nos documentos e normativas que regem o atendimento socioeducativo, como é o exemplo do Sinase (2012).

Com base neste mesmo documento, é importante chamar a atenção para a variedade de formações apresentadas na amostra, característica que reflete diretamente na composição multidisciplinar das equipes da rede de atendimento socioeducativo. O resultado aponta uma consonância entre a formação acadêmica das/os profissionais e algumas das demandas do campo socioeducativo, considerando a necessidade de atuação multidisciplinar apontada pelo Sinase (2012).

Outra análise interessante se dá a partir do recorte de gênero no que diz respeito aos cursos realizados pelas/os entrevistadas/os no âmbito da presente pesquisa. 97% do grupo que assinalou o curso de Serviço Social, mais frequente entre as/os respondentes, identificam-se como mulheres cisgênero. O mesmo acontece com os cursos de Psicologia – segundo mais assinalado –, em que 87% das pessoas formadas nessa área se identificam como mulheres cisgênero; e de Pedagogia, em que 77% do total da área se identificam como mulheres cisgênero. Essa proporção diminui com relação ao curso de Direito; mesmo assim, 67% daquelas/es que se formaram em Direito se identificam enquanto mulheres cisgênero.

3.2 - Tipo de instituição

Nossa pesquisa também questionou o tipo de instituição da formação de nível superior, tendo sido apresentadas para resposta as seguintes possibilidades: universidade particular/privada e universidade pública. Conforme o gráfico abaixo, 62% das/os respondentes cursaram universidade particular/privada e 38% universidade pública.

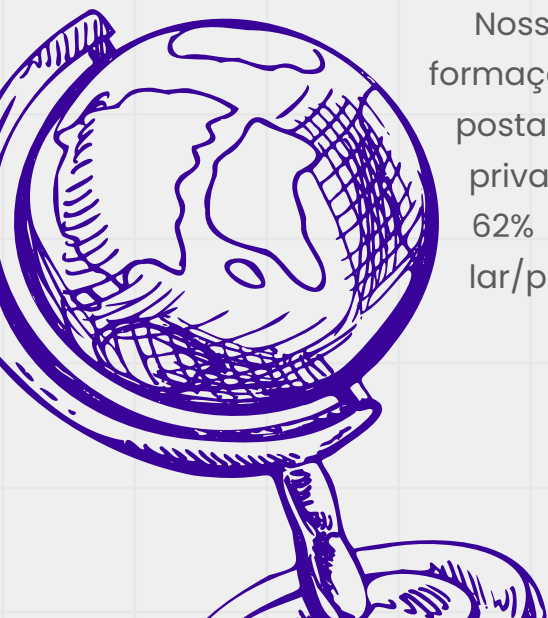
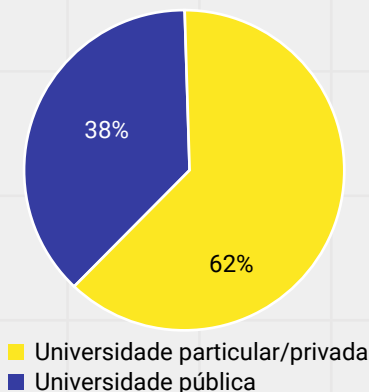


Gráfico 24 - Distribuição de frequências percentuais dos profissionais de socioeducação do estado do Rio de Janeiro segundo o tipo de instituição que cursaram ensino superior (n=243)



Fonte: Escola Estadual de Socioeducação do Rio de Janeiro, 2025.

De acordo com o Censo da Educação Superior de 2024, mencionado anteriormente, existem 2.244 instituições privadas no Brasil e de 317 instituições públicas. Portanto, o número de instituições privadas é sete vezes maior que o número de instituições públicas no Brasil. Não se pode determinar uma ligação direta entre os dados revelados pelo INEP e os obtidos sobre a formação de profissionais da rede socioeducativa fluminense, entretanto é de grande relevância apontar que essa correlação pode ser reflexo da política de fomento ao ensino superior privado no Brasil.

Outra hipótese é a de que uma parcela significativa das/os profissionais, já estando inserida no mercado de trabalho, possivelmente precisa conciliar trabalho e estudo durante a graduação. O próprio Censo da Educação Superior (BRASIL, 2025)¹⁶ demonstra que a porcentagem de alunas/os que trabalham e estudam é maior na rede privada do que na rede pública de ensino. Estima-se que mais de 70% das/os alunas/os da rede privada se enquadrem nessa categoria.

Ao todo, 52% das/os profissionais que marcaram o curso de Serviço Social se formaram em universidade pública. No entanto, essa é uma exceção no cenário, pois Psicologia (63%) e Pedagogia (54%) expressam números com porcentagem superior de formação em instituições privadas. Com relação ao curso de Direito, a proporção é ainda maior entre profissionais que se formaram em instituições privadas se comparados às/aos que se formaram em universidades públicas.

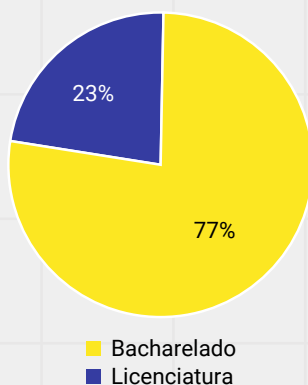
16 BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Inep divulga resultado do Censo Superior 2024. 22 set. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/censo-da-educacao-superior/inep-divulga-resultado-do-censo-superior-2024>. Acesso em: 13 fev. 2026.

De acordo com o levantamento de dados da EES-RJ, efetuado no ano de 2025, 96% daquelas/es que assinalaram ter cursado Direito são formadas/os em instituições privadas. Os dados vão ao encontro dos apresentados pela 15ª edição do Mapa do Ensino Superior no Brasil, elaborado pelo Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior (Semesp), de 2025, que indica o curso de Direito como o mais procurado no Rio de Janeiro no âmbito das instituições privadas, totalizando 49.394 matrículas nos anos entre 2019 e 2023 (INSTITUTO SEMESP, 2025, p.141). Além disso, com base nesse mesmo recorte temporal, Direito é o curso com mais concluintes em todo Brasil, totalizando 584.334 pessoas formadas no modelo presencial, seguido de Administração, com 263.747 concluintes (INSTITUTO SEMESP, 2025, p. 34). Por fim, entre os principais dados apresentados pelo Mapa do Ensino Superior no Brasil, observa-se um crescimento nas matrículas na rede privada, com 79,3%, o que se entende como um reflexo da expansão do ensino a distância (EaD) (INSTITUTO SEMESP, 2025).

3.3 - Tipo de curso de graduação

Com relação ao tipo de curso — bacharelado ou licenciatura —, 77% dos entrevistados responderam ter feito bacharelado e os outros 23% responderam licenciatura. Levando em consideração os dados do Censo da Educação Superior (BRASIL, 2025), no ano de 2024, 804.048 ingressaram em cursos de licenciatura. Nos cursos de bacharelado, o número de ingressantes foi três vezes maior, somando 2.716.664 matrículas. A relação entre os dados apresentados pelo INEP e aqueles observados na amostra produzida pela EES-RJ também não é direta, tendo em vista as diversas necessidades laborais presentes no sistema socioeducativo, que também é composto por profissionais que não são necessariamente formados na área da Educação.

Gráfico 25 - Distribuição de frequências percentuais das/os profissionais de socioeducação do estado do Rio de Janeiro segundo o tipo de curso de ensino superior (n=243)

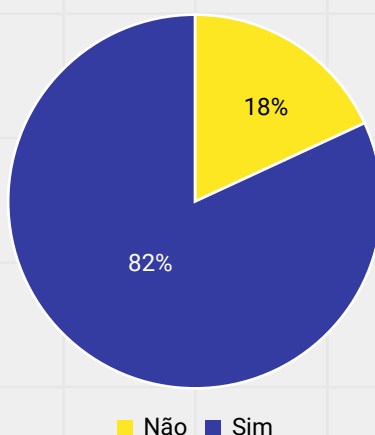


Fonte: Escola Estadual de Socioeducação do Rio de Janeiro, 2025.

3.4 - Pós-graduação

No que diz respeito à formação de pós-graduação, 233 profissionais da rede de atendimento socioeducativo do estado do Rio de Janeiro responderam ao questionário para essa pergunta. Desse total, 191 afirmaram ter concluído curso de pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu*, o que equivale a 82% das/os respondentes. Em contrapartida, apenas 42 pessoas responderam não ter feito uma pós-graduação, ou seja, um total de 18%, como demonstra o gráfico abaixo:

Gráfico 26 - Distribuição de frequências percentuais dos profissionais de socioeducação do estado do RJ segundo formação de pós-graduação *stricto* ou *lato sensu*



Fonte: Escola Estadual de Socioeducação do Rio de Janeiro, 2025.

Assim como já sinalizado no tópico referente ao nível de escolaridade, é possível afirmar que há na rede de atendimento socioeducativo do Rio de Janeiro um alto nível de qualificação formal, considerando que 91% das/os respondentes têm ensino superior completo e 82% já cursaram pós-graduação. Trata-se, portanto, de uma rede qualificada.

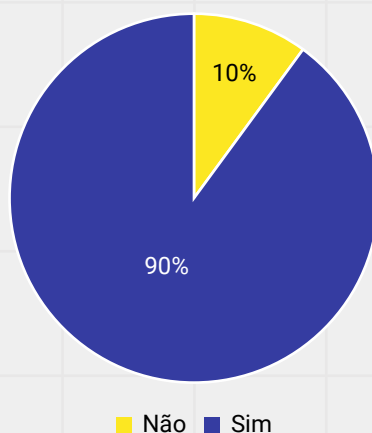
3.5 - Pós-graduação *lato sensu* (especialização ou MBA)

Com relação ao modelo de pós-graduação, das 191 pessoas que responderam ter pós-graduação, 172 possuem alguma pós-graduação *lato sensu*, o que no Brasil costuma se referir a cursos de especialização ou de MBA¹⁷, o que equivale a 90% dessas/es respondentes. Já os outros 10% (19 pessoas), não cursaram uma especialização ou outra pós-graduação *lato sensu*, mesmo respon-

¹⁷ Os cursos de especialização e de MBA (Master of Business Administration) são modos de pós-graduação *lato sensu*, ou seja, um tipo de curso cujo objetivo é aprofundar conhecimentos profissionais em uma área específica, sem o foco em pesquisa acadêmica (diferente do mestrado ou doutorado).

dendo que são pós-graduados. O gráfico a seguir representa essa verificação:

Gráfico 27 - Distribuição de frequências percentuais dos profissionais de socioeducação do estado do RJ segundo formação de pós-graduação lato sensu



Fonte: Escola Estadual de Socioeducação do Rio de Janeiro, 2025.

Sobre as especificidades de pós-graduação *lato sensu*, diversas áreas de formação foram citadas, desde as mais abrangentes, como Direito, até áreas mais específicas, como Terapia Ocupacional e Psicomotricidade. 58,3% das/os respondentes possuem pós-graduação *lato sensu* em quatro áreas abrangentes: Serviço Social, Pedagogia, Psicologia e Direito. Esses dados demonstram que as áreas de especialização e pós-graduação também são dominadas pela área geral das Ciências Humanas, assim como as graduações cursadas pelas/os respondentes mencionadas anteriormente. Veja abaixo as frequências percentuais:

Tabela 17: Área da pós-graduação *lato sensu* concluída pelas/os profissionais de socioeducação do estado do Rio de Janeiro

Modo de transporte	n	%
Serviço Social	58	25,8%
Psicologia	33	14,7%
Pedagogia	24	10,7%
Direito	16	7,1%
Gestão, Gestão Pública, Gerenciamento de Projetos e Administração	16	7,1%
Segurança Pública	9	4,0%
Enfermagem, Fisioterapia e Medicina	6	2,7%
Saúde Mental	6	2,7%
Saúde	5	2,2%

Educação	4	1,8%
Socioeducação	4	1,8%
Justiça Restaurativa	3	1,3%
Mediação de conflitos	3	1,3%
Políticas Públicas	3	1,3%
Saúde Coletiva	3	1,3%
Multiprofissional	2	0,9%
Políticas Sociais	2	0,9%
Psicopedagogia	2	0,9%
Interpretação e tradução em Libras.	2	0,9%
Terapia Ocupacional	2	0,9%
Interdisciplinar	1	0,4%
Sociologia	1	0,4%
Educação Física	1	0,4%
Geografia	1	0,4%
Letras	1	0,4%
Meio Ambiente	1	0,4%
Teologia	1	0,4%
Psicomotricidade	1	0,4%
Planejamento Urbano	1	0,4%
Políticas Sociais e Intersetorialidade na Atenção à Saúde da Criança	1	0,4%
Direitos Humanos	1	0,4%
Saúde do Trabalhador	1	0,4%
Reabilitação	1	0,4%
Saúde do Idoso	1	0,4%
Saúde e Psicologia Social - Psicossociologia	1	0,4%
Saúde Pública	1	0,4%
Saúde da Família	1	0,4%
Memória Social	1	0,4%
Terceiro Setor	1	0,4%
Sinase	1	0,4%
Sociologia Urbana	1	0,4%
Tecnologia da Informação	1	0,4%
Total	225	

Fonte: Escola Estadual de Socioeducação do Rio de Janeiro, 2025.

A tabela acima se refere ao número de áreas citadas e não ao número de pessoas que fizeram determinado curso de especialização, pois houve respondentes que fizeram mais de um curso de especialização em áreas diferentes. Nesse sentido, quando se aborda a quantidade de cursos de pós-graduação lato sensu feitos, a grande maioria fez entre um e dois cursos, enquanto 36 pessoas realizaram de três a quatro cursos e cinco pessoas cursaram de 5 a 6 pós-graduações lato sensu. Podemos ver esses números representados na tabela de distribuição de frequências e frequências percentuais abaixo:

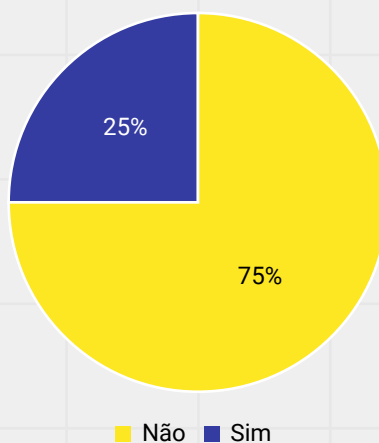
Tabela 18: Quantidade de pós-graduações lato sensu cursadas pelos profissionais de socioeducação no estado do Rio de Janeiro

	n	%
1 a 2	131	76,2%
3 a 4	36	20,9%
5 a 6	5	2,9%
Total	172	100,0%

Fonte: Escola Estadual de Socioeducação do Rio de Janeiro, 2025.

Já com relação à pós-graduação *stricto sensu*, que englobam cursos de mestrado e doutorado, apenas 48 pessoas das 191 responderam que estão, no mínimo, matriculadas em algum destes cursos, o que mostra um número de 25% dos respondentes. A grande maioria das pessoas que responderam fazer algum tipo de pós-graduação, um total de 143 pessoas ou 75%, possuem apenas especializações ou pós-graduação lato sensu, como indica o gráfico abaixo:

Gráfico 28 - Distribuição de frequências percentuais dos profissionais de socioeducação do estado do Rio de Janeiro segundo formação de pós-graduação stricto sensu



Fonte: Escola Estadual de Socioeducação do Rio de Janeiro, 2025.

De acordo com o Painel de Monitoramento e Indicadores da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) (2024), a rede pública de ensino em nível federal e estadual é responsável pela maior parte das titulações de mestrado e doutorado no país. Em outras palavras, a pós-graduação *stricto sensu*, responsável pela formação de cientistas e pesquisadores, tem como base as universidades públicas. O dado se reflete diretamente na amostra analisada pela EES-RJ, pois das/os 35 profissionais que fizeram mestrado ou doutorado, 22 fizeram o curso em instituições públicas.



Desse número, foi possível observar que a maioria das/os respondentes que fizeram pós-graduação *stricto sensu* eram pessoas brancas (18), o que está conectado aos índices de um estudo realizado pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), órgão público de pesquisa ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Intitulado “Brasil: mestres e doutores 2024” (CGEE, 2024)¹⁸, este estudo é um conjunto de informações estatísticas sistematizadas sobre a formação e o emprego de mestre e doutores que se obtiveram tais títulos no Brasil entre os anos de 1996 e 2021. Com base nos dados gerados pela Plataforma Sucupira, sistema da avaliação da pós-graduação mantido pela Capes, o estudo evidenciou que, durante esse período, houve uma forte assimetria com predominância de mestres e doutores de cor ou raça branca. Vejamos:

No caso do mestrado, de um total de 1.001.861 títulos, no período, 495.542 foram concedidos a pessoas que se autodeclararam de cor ou raça branca (49,5% do total) e no doutorado foram 319.211 títulos, dos quais 188.331 para indivíduos de cor ou raça branca (59% do total). Nesse mesmo período, o número de titulações de mestrado para indivíduos que se declaram pretas foi de 41.137 (4,1% no total), 167.790 para cor ou raça parda (16,7%), 2.364 para indígena (0,23%), 11.895 para amarela (1,2%) e cerca de 28,3% das titulações foram concedidas a indivíduos sem declaração de cor ou raça (283.133 no período), seja por ausência da informação (22,4%), ou por opção dos próprios indivíduos em não declarar (5,8%). Para as titulações de doutorado no mesmo período, foram, além das 188.331 de indivíduos de cor ou raça branca, 10.762 títulos para cor ou raça preta (3,4% do total), 47.680 para parda (14,9% do total), 910 para indígena (0,3%), 5.007 títulos para amarela (1,6%) e 66.521 títulos sem declaração de cor ou raça (20,8% do total), sendo 12% por ausência da informação e 8,9% por opção dos indivíduos em não declarar. (CGEE, 2024)

18 CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS (CGEE). Brasil: mestres e doutores 2024. Brasília, DF: CGEE, 2024. Disponível em: <https://mestresdoutores2024.cgee.org.br/>. Acesso em: 13 fev. 2026.

Observou-se também que das/os 35 respondentes que afirmaram ter cursado mestrado ou doutorado, 29 são mulheres, dado significativo no que diz respeito à qualificação formal das mulheres que integram a rede de atendimento socioeducativo do estado, ponto que não se diferencia do cenário da ciência nacional. Segundo o referido estudo, desde o ano de 1997, as mulheres passaram a ser maioria na ciência brasileira. Em 2021, cerca de 56,8% dos títulos de mestrado foram concedidos a mulheres, uma proporção de 13,6 pontos percentuais superior à média dos homens, com 43,2%. No caso dos títulos de doutorado, a proporção de homens entre os possuidores do título foi de 44,4% e a de mulheres 55,6% (CGEE, 2024).

Portanto, a distribuição de frequências para aqueles que responderam ao formulário aplicado pela EES-RJ tendo como referência a pós-graduação stricto sensu está representada da seguinte forma:

Tabela 19: Pós-graduação stricto sensu que está cursando ou já cursou*

	n
Doutorado completo	3
Doutorado incompleto	2
Mestrado completo	17
Mestrado completo, Doutorado completo	2
Mestrado completo, Doutorado incompleto	2
Mestrado incompleto	21
Pós-doutorado completo	3
Pós-doutorado incompleto	1
Total:	51

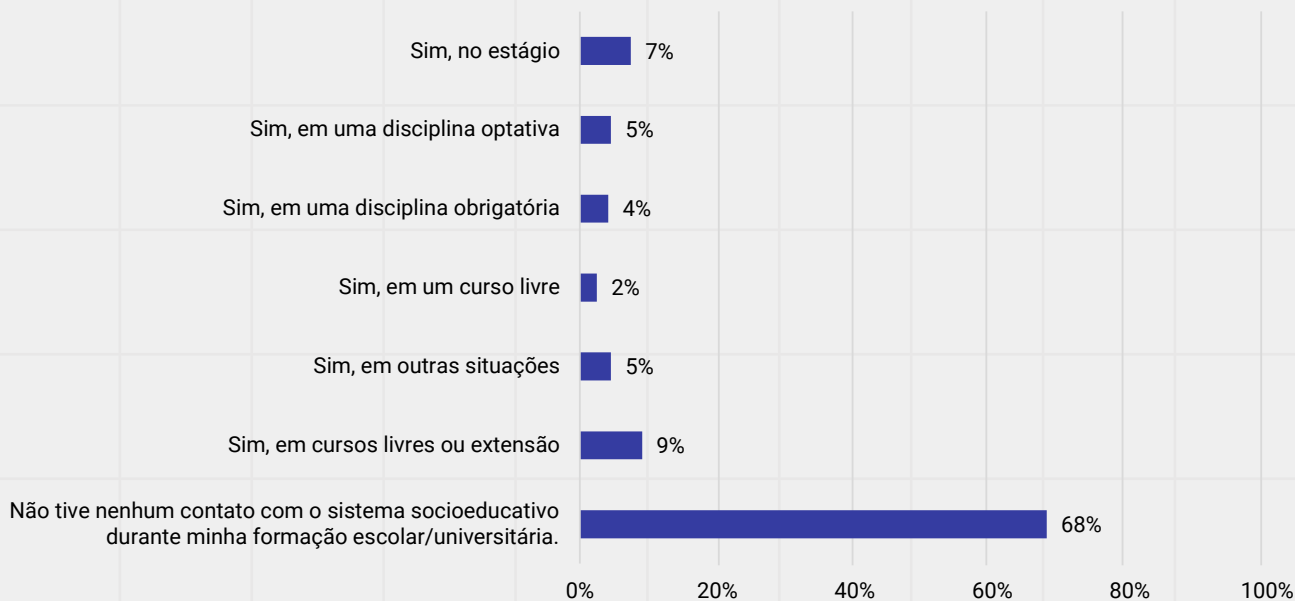
Fonte: Escola Estadual de Socioeducação do Rio de Janeiro, 2025.

* No questionário, era possível que os/as respondentes marcassem mais de uma opção para esta pergunta.

3.6 - Formação complementar

A maioria das/os respondentes desta pesquisa não teve contato com cursos ou atividades sobre o sistema socioeducativo durante sua formação escolar ou universitária, correspondendo a 68% do total. O dado sugere que os currículos acadêmicos ainda oferecem pouca preparação específica para lidar com as demandas desse campo.

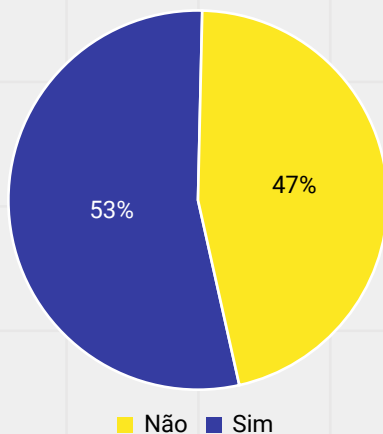
Gráfico 29 - Profissionais da socioeducação que estudaram de forma específica o sistema socioeducativo na sua formação escolar/universitária



Fonte: Escola Estadual de Socioeducação do Rio de Janeiro, 2025.

A falta de formação prévia pode impactar na aptidão para o exercício das funções profissionais no momento do ingresso, pois, embora 53% das/os profissionais tenham se sentido aptas/os a trabalhar no sistema socioeducativo no início de sua carreira nesta área, 47% das/os respondentes declararam não estar preparadas/os para desempenhar as atividades, indicando que uma parcela significativa enfrenta dificuldades no período inicial de sua carreira. Esses dados estão ilustrados no seguinte gráfico:

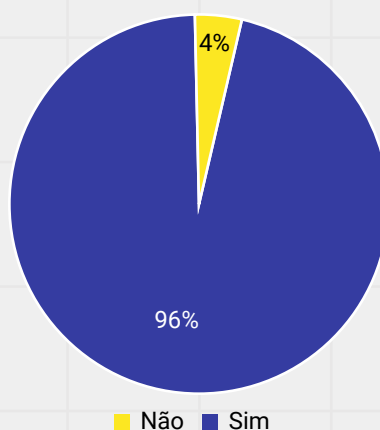
Gráfico 30 - Profissionais da socioeducação que se sentiram aptas/os a exercer suas atividades ao ingressar no trabalho (2025)



Fonte: Escola Estadual de Socioeducação do Rio de Janeiro, 2025.

Os dados demonstram que a educação formal não oferece instrumentos suficientes para enfrentar as demandas do campo socioeducativo, evidenciando a importância da formação continuada e da inserção de conteúdos específicos nos currículos dos cursos de graduação das principais áreas de formação dessas/es profissionais. Nesse contexto, os cursos de formação profissional assumem papel fundamental, por isso 96% das/os respondentes afirmaram que a participação em cursos de formação continuada auxiliou em sua atuação laboral, indicando que a capacitação regular e contínua é essencial para suprir lacunas da formação inicial e para desenvolver habilidades práticas e reflexivas no cotidiano do trabalho socioeducativo:

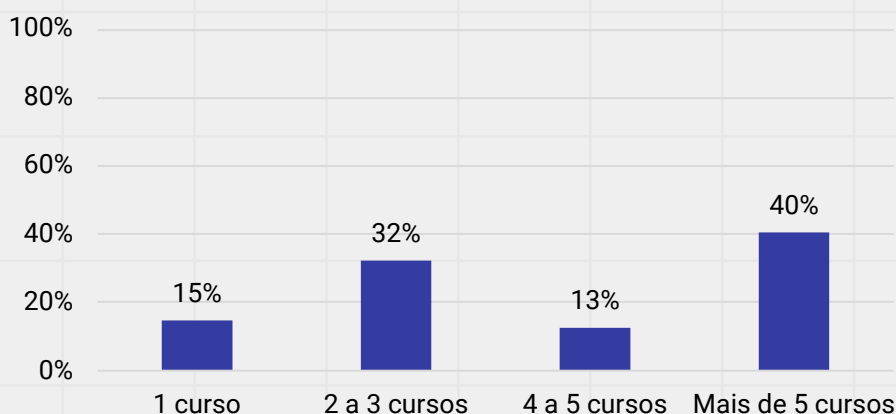
Gráfico 31 - Contribuição de cursos de formação para a atuação profissional das/os trabalhadoras/es da socioeducação no estado do Rio de Janeiro (2025)



Fonte: Escola Estadual de Socioeducação do Rio de Janeiro, 2025.

O número de cursos realizados pelas/os profissionais também mostra um envolvimento pessoal ativo com a capacitação, o que pode decorrer da necessidade de suprir um déficit na formação na etapa da graduação: 40% das/os respondentes fizeram mais de cinco cursos e 13% fizeram de quatro a cinco cursos, enquanto apenas 15% realizaram somente um. Esse panorama demonstra que uma parcela significativa das/os profissionais busca diversas oportunidades de capacitação, reforçando o engajamento com a formação continuada e a valorização do aperfeiçoamento constante para o exercício das funções no sistema socioeducativo.

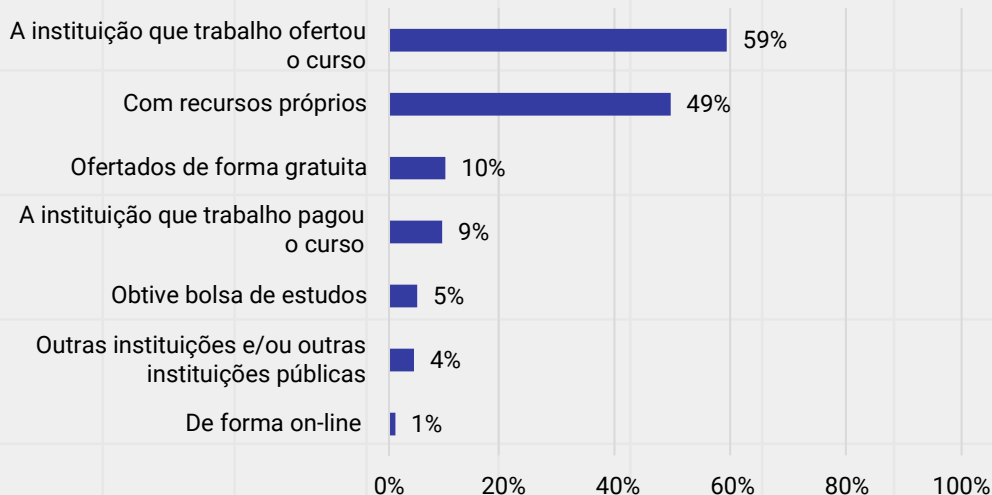
Gráfico 32 – Quantidade de cursos de formação realizados pelas/os profissionais de socioeducação do estado do Rio de Janeiro



Fonte: Escola Estadual de Socioeducação do Rio de Janeiro, 2025.

Nesse contexto, é importante compreender em quais condições as/os respondentes acessaram tais cursos. Os dados sobre financiamento revelam um panorama misto: 59% dos cursos de capacitação ou formação continuada realizados pelas/os profissionais de socioeducação no estado foram ofertados pela própria instituição em que trabalhavam e, dentre as pessoas que concluíram cursos fora de sua instituição, 49% os custearam com recursos próprios e apenas 9% tiveram financiamento integral da instituição promotora. Outras modalidades de financiamento – cursos gratuitos (10%), bolsas de estudo (5%), financiamento por outras instituições (4%) e cursos online (1%) – aparecem de forma minoritária, conforme apresenta o gráfico abaixo:

Gráfico 33 – Financiamento de cursos de capacitação ou formação continuada realizados pelas/os profissionais de socioeducação no estado do RJ (2025)



Fonte: Escola Estadual de Socioeducação do Rio de Janeiro, 2025.

De acordo com o gráfico de número 28, nota-se que há uma motivação individual para a capacitação, mas o apoio institucional é limitado. O alto custo ou a dependência de recursos próprios pode restringir o acesso de profissionais a formações singulares ao sistema socioeducativo que sejam mais diversificadas para além das que são oferecidas pelas suas respectivas instituições de trabalho.

Quando questionados sobre temas de interesse, as/os respondentes indicaram uma ênfase nos aspectos normativos e institucionais do trabalho socioeducativo. A legislação socioeducativa (notadamente ECA e Sinase) aparece como o tema mais recorrente, mencionada por 66% das/os profissionais, seguida de políticas públicas (65%). Também se destacam temas relacionados ao atendimento às/aos familiares das/os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas (62%), desigualdades de gênero (58%), justiça restaurativa (57%), elaboração e acompanhamento do Plano Individual de Atendimento (PIA) (56%) e desigualdades raciais no Brasil (51%), demonstrando a importância atribuída tanto aos aspectos legais do sistema quanto às dimensões relacionais e sociais do trabalho socioeducativo. Outros temas citados são: saúde (49%), produção e organização de dados (47%), violências institucionais (46%), educação (43%) e protocolos de segurança (42%)¹⁹.

Como mencionado acima, apenas 43% dos cursos de capacitação e formação continuada realizados pelos profissionais de socioeducação do estado do Rio de Janeiro estão voltados para a área da educação. Esse dado indica uma baixa preocupação com a temática da educação por parte das instituições promotoras. A tese de doutorado de Yuri Motta (2025), defendida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD) da UFF, demonstra que as relações estabelecidas entre as instituições de atendimento socioeducativo em meio aberto e as escolas são, na grande maioria das vezes, conflituosas no município de Niterói, região metropolitana do Rio de Janeiro. Em sua pesquisa, Motta (2025) buscou compreender o papel da escola na execução de medidas socioeducativas em meio aberto. Em um trabalho de campo etnográfico, desenvolvido junto a funcionários e usuários das políticas de assistência social, por meio dos CREAS, e das políticas de educação, através do estágio de licenciatura em um colégio público, o pesquisador observou que a escola se mostra ausente na educação de adolescentes a quem se atribui um ato infracional, pois tais sujeitos são tratados como “alunos-problemas” e, portanto, repelidos e rejeitados do ambiente escolar pelas próprias instituições de ensino.

¹⁹ É importante salientar duas questões que interferem na apresentação dos dados: a) 13 pessoas afirmaram ter mestrado incompleto e não marcaram que estão cursando uma pós-graduação stricto sensu; b) 3 pessoas afirmaram possuir pós-doutorado e marcaram “não” para a pergunta se tem ou não pós-graduação stricto sensu.

Tabela 20: Temas de cursos de formação continuadas mais citados pelas/os profissionais de socioeducação do estado do Rio de Janeiro (2025)

Tema	n	%
Legislação socioeducativa (ECA/SINASE)	160	66%
Políticas públicas	157	65%
Atendimento a familiares	151	62%
Desigualdades de gênero	142	58%
Justiça restaurativa	138	57%
Elaboração e acompanhamento do PIA	136	56%
Desigualdades raciais no Brasil	124	51%
Saúde	118	49%
Produção, compilação e organização de dados	113	47%
Violências institucionais	111	46%
Educação	105	43%
Protocolos de Segurança	101	42%

Fonte: Escola Estadual de Socioeducação do Rio de Janeiro, 2025.

Os cursos de formação profissional desempenham um papel crucial no desenvolvimento da atuação socioeducativa, suprindo lacunas da formação inicial e preparando as/os profissionais para lidar com demandas complexas do sistema. No entanto, ainda há necessidade de ampliar o apoio institucional e diversificar os temas e modalidades de formação, especialmente considerando aspectos sociais, culturais e relacionais do trabalho com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.



PERCEPÇÕES SOBRE O PRÓPRIO TRABALHO



Até aqui, este relatório apresentou o perfil das/os profissionais que atuam no sistema socioeducativo fluminense, destacando sua trajetória escolar. Esse conjunto de dados quantitativos permitiu compreender quem são as/os trabalhadoras/es que sustentam o atendimento em meio aberto e no fechado, em que condições atuam e quais recursos educacionais mobilizam em suas práticas. Para aprofundar essa compreensão, serão apresentados a partir de agora alguns dados qualitativos que ajudarão a captar as experiências, percepções e sentidos que essas/es profissionais atribuem ao seu cotidiano de trabalho. Assim, este capítulo apresenta os resultados qualitativos da pesquisa, permitindo que as vozes das/os trabalhadoras/es completem e complexifiquem o quadro analítico, iluminando dimensões subjetivas, institucionais e relacionais que não emergem exclusivamente a partir das estatísticas.

Conforme anunciado na seção “A coleta e a análise de dados”, apresentaremos aqui os quatro temas mais tratados pelas/os profissionais acessadas/os em nossa fase de entrevistas: as relações entre trajetória profissional e educacional; as condições de trabalho que vivenciam cotidianamente; os desafios na execução das medidas socioeducativas; as razões que motivam a permanência na socioeducação. Trataremos desses pontos a partir de agora.

4.1 As relações entre as trajetórias profissionais e educacionais

As trajetórias profissionais e educacionais das/os trabalhadoras/es do sistema socioeducativo se mostram como um elemento central para compreender suas práticas, percepções e desafios no cotidiano de trabalho. Mesmo com várias áreas de formação, incluindo pedagogia, psicologia, serviço social, direito, entre outros cursos, é possível constatar algo em comum entre as falas de todas/os as/os entrevistadas/os: a formação inicial oferecida pelas universidades raramente aborda a socioeducação de modo consistente, o que faz com que as/os profissionais ingressem no sistema socioeducativo de forma

“crua”, como afirma uma das pessoas entrevistadas. Além disso, os cursos específicos sobre socioeducação feitos pelas/os trabalhadoras/es foram promovidos quase exclusivamente pela Escola de Gestão Socioeducativa Paulo Freire (Degase) ou pela Escola Nacional de Socioeducação (ENS) e, com frequência, de forma remota. Essa dinâmica revela uma distância histórica entre universidade e campo do trabalho socioeducativo, bem como a fragilidade da formação continuada oferecida a estes profissionais, que pa-

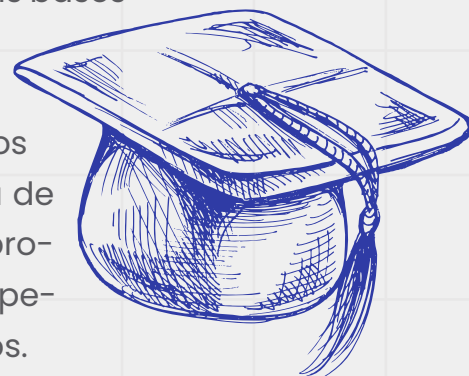


rece se aprofundar no caso de trabalhadoras/es do meio aberto.

De modo geral, os relatos revelam um cenário marcado pela escassez de formação prévia sobre o sistema socioeducativo durante a graduação e pela necessidade de buscar, já no exercício profissional, capacitações complementares para realizar o trabalho cotidiano com adolescentes que cumprem medida socioeducativa. Um dos entrevistados afirmou que o tema da socioeducação, durante a graduação em Pedagogia, foi tratado de forma pontual e não aprofundado, o que gerou um impacto quando ele começou a trabalhar com a socioeducação. Outro exemplo a ser observado é o de uma assistente social do meio fechado que ilustra esse quadro ao afirmar:

Já fiz tanta coisa, nem sei te dizer [...]. Mas assim, cursos curtos, né? Cursos fiz, desses cursos curtos eu fiz vários, mas específico do sistema socioeducativo é mais difícil. Mas enfim, muitas palestras, muitos seminários, mas cursos com duração um pouquinho maior, difícil de encontrar (assistente social, meio fechado).

Os depoimentos que destacam expressões como “cheguei cru”, “não sabia o que era socioeducação” ou “nunca tinha ouvido falar” evidenciam um padrão de ingresso na área marcado pela ausência de formação prévia específica. Tal situação gera uma condição de vulnerabilidade epistemológica, na qual o profissional inicia suas atividades sem domínio adequado das bases legais, pedagógicas e éticas que estruturam o Sinase. Mais que um problema individual, trata-se de uma consequência direta da negligência por parte de vários cursos de graduação com relação à temática e da inexistência de um currículo estruturado de formação inicial, o que compromete a qualidade técnica do trabalho da/o profissional perante a própria equipe e as/os adolescentes atendidas/os.



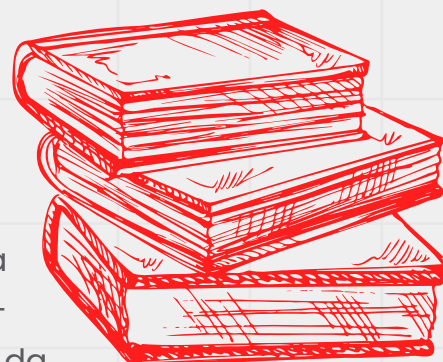
A ausência de repertório formativo estimula a reprodução de práticas baseadas em senso comum, no improviso ou em modelos de atuação herdados ou pré-estabelecidos, por vezes contrários à proposta pedagógica da socioeducação. Assim, a fragilidade formativa inicial não é apenas um problema profissional, mas um elemento que afeta a qualidade da política pública socioeducativa como um todo. A insuficiência da formação acadêmica também aparece no relato de um pedagogo do meio aberto, que destaca o caráter superficial com que o tema era tratado na universidade:

Olha, na universidade mesmo eu só passei pela graduação, né? Então esse conteúdo da pedagogia era mais pra sala de aula, porque foi onde eu fiz o es-

tágio. Mas eu não adquiri nenhuma experiência de sala de aula. Então fui muito cru pra essa questão da socioeducação. Na faculdade a gente tratava o tema só de forma transversal, nada aprofundado. Eu nem tinha ouvido falar muito disso, e quando cheguei no trabalho pensei: 'Mas eu nunca ouvi falar de socioeducação'. Achei que tinha relação só porque se tratava de pessoas e educação (pedagogo, meio aberto).

Outras/os entrevistadas/os mencionam ter realizado formações restritas a "cursos curtos", "palestras" ou capacitações esporádicas. Esse padrão indica alguns desafios que a política de formação continuada para profissionais de socioeducação precisa enfrentar, dada a dificuldade de oferecer cursos mais aprofundados, portanto mais longos, a um público já assoberbado de trabalho e com pouco tempo disponível para se dedicar a novos cursos de longa duração. De qualquer forma, essas formações mais curtas são importantes tanto para uma qualificação mais pontual e/ou urgente quanto para fornecer certificados que eventualmente auxiliem na progressão profissional, mas dificilmente promoverão mudanças estruturantes na prática.

Essa dinâmica é coerente com o modelo gerencial que se consolidou no setor público brasileiro, marcado pela substituição de políticas continuadas por ações fragmentadas e de baixo custo. Tal formato individualiza responsabilidades e reforça a ideia de que a formação é um recurso suplementar, e não uma condição fundamental para o trabalho socioeducativo. Entre agentes socioeducativos, a percepção de carência formativa é ainda mais evidente, sobretudo entre aquelas/es que ingressaram no início da década de 2010, como indica o trecho de entrevista a seguir:



Quando entrei, em 2011, a gente tinha uma carência muito grande de formação e de informação especializada, principalmente em socioeducação. A gente cobrava muito isso: ter uma escola de gestão mais próxima do agente, principalmente de quem tá no dia a dia. Sempre que tem oportunidade, eu busco cursos, aprimoramento. Nesses 13 anos tive oportunidade de sair do pátio, fui gestor de duas unidades, sou facilitador de justiça restaurativa, fiz formações... Tô sempre buscando mesmo (agente socioeducativo, meio fechado).

Outro entrevistado, também agente socioeducativo, reforça que até mesmo cursos jurídicos não abordam adequadamente o sistema. Ele relata que fez sua graduação em Direito e passou no exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) na mesma época em que foi aprovado no concurso do Degase. Porém, foi dentro do próprio Degase que, realmente, conheceu a socioeducação.

Ele chega a afirmar que “na faculdade não tinha nada sobre isso, nem mesmo o ECA, que era matéria eletiva.”

Há também profissionais que tiveram contato pontual com o tema durante a graduação, mas reconhecem que a maior parte da formação ocorreu a partir da experiência prática e das demandas institucionais:

O que a gente aprendia na faculdade sobre medidas socioeducativas era muito pouco. Tive a sorte de ter como professora uma profissional do Degase, o que fez toda a diferença. A partir dali, tive muita curiosidade, também por ser uma mulher negra, por entender a realidade dos adolescentes e jovens negros... já tinha uma filha pequena na época (psicóloga, meio fechado).

Durante a graduação quase nada foi explorado. Para não dizer que não falamos de socioeducação, uma professora de Psicologia Comunitária trouxe o tema, mas de forma muito rápida. Na vida profissional só tive contato antes quando conheci um abrigo [...]. Acho que praticamente todos os profissionais da área chegaram crus, sem saber nada de socioeducação (assistente social, meio aberto).

Na maioria dos casos, a formação complementar foi buscada por iniciativa própria, usualmente em áreas como direitos humanos, justiça restaurativa, gestão pública e relações raciais, com vistas a ampliar a compreensão sobre o atendimento e o público atendido:

A formação que eu tenho é porque eu fui buscar: direitos humanos, gestão pública, justiça restaurativa, mediação de conflitos... Tudo que envolve ouvir, cuidar no atendimento, o público que a gente atende. Questão racial também fiz, porque é importante tanto pros servidores quanto pros adolescentes e familiares. (técnica administrativa, meio fechado).

Nesse movimento, é possível observar o que Pierre Dardot e Christian Laval (2016) discutem sobre a neoliberalização da subjetividade, na qual o Estado se desresponsabiliza progressivamente pela formação da pessoa trabalhadora, que passa a internalizar a ideia de que deve se qualificar individualmente para ser “competente”. Assim, aquilo que deveria ser uma obrigação institucional é convertido em uma tarefa individual e, se não obrigatória, moral desse/a trabalhador/a. Com esse raciocínio, as/os mais motivadas/os conseguem se formar, mas as/os demais, sobrecarregadas/os pela rotina ou por condições de vida mais restritas, ficam para trás. A desigualdade de acesso se torna ainda mais ampla e, com o tempo, se converte em desigualdade dentro do próprio trabalho. A ausência de formação específica é tão marcante que algumas e alguns profissionais relatam nunca ter participado de cursos antes: “Não, nunca fiz curso disso. Em sete anos que trabalho aqui, esse é o primeiro” (assistente Social, meio aberto).



Em contraste, há profissionais cuja trajetória acadêmica acabou se integrando fortemente à prática na socioeducação, gerando uma especialização consistente, além daquelas/es que destacam que a formação acadêmica serviu para ressignificar a prática, ampliando perspectivas críticas acerca do público atendido:

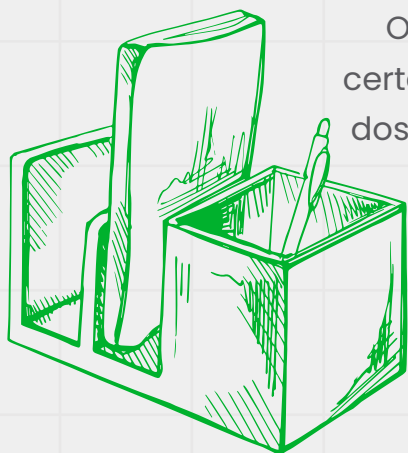
Passei no concurso de 2012. Já tinha pós-graduação em Psicologia Jurídica. No Degase comecei a juntar os dois temas: medida socioeducativa e saúde mental. Aí fui fazer especialização em atenção psicossocial à criança e adolescente, depois já emendei o mestrado em Psicossocial. Juntava minhas práticas profissionais com meu campo de estudo. (psicóloga, meio fechado).

A experiência acadêmica me ajudou muito a ressignificar minha vivência na profissão. A enxergar os jovens de maneira diferente, rompendo com preconceitos e visões estereotipadas, tanto no órgão quanto na sociedade, essa visão de que 'eles são monstros, irrecuperáveis' (agente de segurança socioeducativa, meio fechado).

Um ponto interessante trazido pelas/os entrevistadas/os foi uma dimensão política do trabalho com a socioeducação, o que nos leva a observar os espaços de trabalho e de formação como espaços de sobrevivência emocional e resistência política. Muitas/os entrevistadas/os relatam que aprender com pares, conversar nos intervalos, observar profissionais mais antigos e construir redes de apoio é uma maneira de permanecer no trabalho sem adoecer, por exemplo quando falam que "Se a gente não se apoia, ninguém apoia" ou "Aprendi tudo com meus colegas"

Esses relatos mostram que a formação não é apenas um processo de exercício do que foi aprendido nas graduações ou cursos complementares, mas é um processo de socialização e de construção de afetos, de construção de pertencimento aos espaços e de fortalecimento de vínculos. Mas ao mesmo tempo, como já foi relatado, há o contraponto da ausência de uma política formativa sólida, esses processos aconteçam de forma espontânea, e, possivelmente, com instabilidade.

Outra dimensão do trabalho com a socioeducação, com certeza uma das mais importantes, é a dimensão racial. Em um dos trechos da entrevista de uma psicóloga, ela fala sobre conhecer a realidade das/os adolescentes negras/os, já que é uma mulher negra. A fala da profissional evidencia uma sensibilização racial, algo fundamental para compreender a socioeducação e mostra que essa sensibilização



não veio da sua formação universitária, mas de sua experiência social como mulher negra. Sua fala pode ser mais bem compreendida na crítica de Sueli Carneiro (2005) sobre a branquitude do currículo universitário, em que a autora argumenta que a academia brasileira opera o “pacto narcísico da branquitude”, que perpetua o racismo e o epistemicídio.

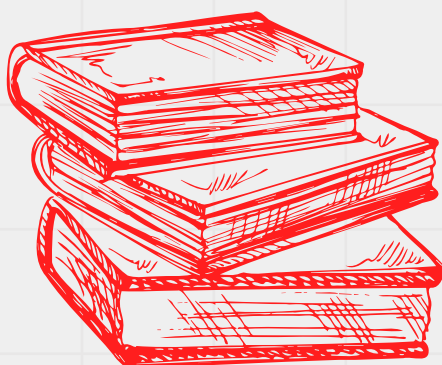
As entrevistas apresentadas aqui revelam um momento importante e crítico da socioeducação brasileira, em que profissionais iniciam sua atuação sem formação específica, aprendendo de forma improvisada com o trabalho. Isso compromete o objetivo principal dessa função, seu caráter educativo. Dentro desse quadro, pode-se concluir que uma grande parte das graduações universitárias não contemplam o tema da socioeducação, mesmo em cursos que lidam diretamente com o tema, como Direito ou Serviço Social. Além disso, a formação continuada dentro do trabalho ainda é insuficiente, sobretudo no meio aberto, e depende da iniciativa das/os próprias/os trabalhadoras/es de buscar formações externas.

Em síntese, a socioeducação fluminense se apoia em trabalhadoras/es que, apesar da negligência estrutural, constroem conhecimentos pela experiência, pela militância ética e racial, por buscas individuais e por trajetórias pessoais de resistência. Esse processo revela tanto a potência dessas/es profissionais quanto a falha sistemática do Estado em garantir condições mínimas para a realização de um trabalho efetivamente educativo, restaurativo e emancipatório.

4.2 As condições de trabalho

As entrevistas em profundidade permitiram a construção de dados mais ligados à dimensão da experiência dos profissionais da rede socioeducativa do estado do Rio de Janeiro. Trata-se de uma abordagem não mais preocupada com uma visão geral e numérica, mas sim com os sentidos e os significados que estes profissionais atribuem às próprias práticas (Geertz, 1978). Em outras palavras, é colocar em primeiro plano a voz da/o profissional da socioeducação fluminense e dar visibilidade aos detalhes.

De certo modo, o principal objetivo deste tópico é compreender como as condições de trabalho aparecem nas falas e relatos das/os entrevistados. Para isso, foi necessário classificar e sistematizar os principais assuntos que tangenciam essa questão: a) infraestrutura da rede de atendimento socioeducativa; b) vitimização das/os profissionais que sofreram algum tipo de vio-



lência no ambiente laboral; c) desvalorização do trabalho desenvolvido no âmbito da socioeducação.

Em um primeiro momento, será abordada a precariedade material da infraestrutura, marcada principalmente pela escassez de recursos destinados a essa política pública, e como isso afeta diretamente a saúde das/os trabalhadoras/es da rede socioeducativa fluminense. Em segundo, será trabalhada a forma como a vitimização dessas/es profissionais aparece nas entrevistas. O intuito é compreender se já foram vítimas de algum tipo de violência física ou moral em seus ambientes de trabalho. Por fim, o terceiro ponto é a desvalorização da/o profissional por parte do poder público. Na terceira parte, serão trabalhadas questões relacionadas à baixa remuneração, à jornada exaustiva de trabalho e à dupla jornada, e à vulnerabilidade dos contratos.



a) Infraestrutura da rede de atendimento socioeducativo do estado do RJ

A infraestrutura das instituições que compõem a rede de atendimento socioeducativo do estado do Rio de Janeiro foi um dos principais pontos trazidos pelas/os profissionais entrevistadas/os pela equipe da EES-RJ. Com base nos relatos, a infraestrutura institucional está ligada diretamente à qualidade dos serviços ofertados na rede socioeducativa. Uma assistente social que atua em meio fechado relatou o seguinte:

Agora tem mais computador para a equipe, mas também não tem o suficiente. A gente tem sala de atendimento dos adolescentes de modo individualizado. Tem mais privacidade, tem uma acústica melhor de som e um ambiente melhor para atender, mas ainda não é o ideal, até porque a sala tem bastante mofo e falta computador (assistente social feminina, meio fechado).

Com relação aos equipamentos, como é o caso dos computadores, além da dificuldade de acesso aos aparelhos devido à baixa quantidade, lidar com o sistema que organiza as informações das/os adolescentes também é um desafio para esses profissionais. Muitas vezes, devido à falta de espaço e de aparelhos, o atendimento é registrado em papel, sendo necessário o preenchimento posterior no computador, o que implica um “retrabalho”. A mesma assistente social completou da seguinte forma:

O sistema que a gente tem que acessar para fazer os registros dos atendimentos é o SEAD. Temos que preencher os dados todos dos adolescentes através dele, mas como não tem computador nas salas de atendimento, ou às vezes nem sala de atendimento tem, a gente faz esse registro de atendimento no papel, depois tem que fazer tudo no computador. Então, assim, a gente tem um retrabalho (assistente social feminina, meio fechado).

A mobilidade dos profissionais e dos usuários dos serviços de socioeducação do estado do Rio de Janeiro, que está inserida na infraestrutura da rede, também se mostrou relevante nas entrevistas realizadas. Segundo um assistente social que atua no meio aberto, foi necessário flexibilizar a periodicidade e a obrigatoriedade dos atendimentos devido à falta de recursos destinados a esse fim. Ou seja, recursos de infraestrutura destinados à mobilidade são fundamentais para que o atendimento socioeducativo em meio aberto seja realizado com regularidade e qualidade, é o que afirma o entrevistado:

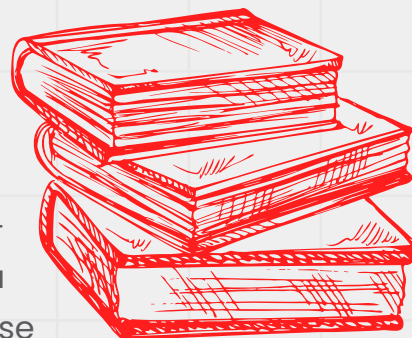
A gente foi flexibilizando os atendimentos, porque não tinha como dar dinheiro para os adolescentes participarem dos encontros nos CREAS, nem para fazermos visita domiciliar. E aí como é que faz? Perguntamos para o adolescente se ele consegue acessar a internet em algum lugar próximo da sua casa ou se ele mesmo tem uma internet bacana para participar do atendimento, mas isso também é uma dificuldade, sabe? Então a pior coisa é a falta de estrutura (assistente social masculino, meio aberto).

Além da qualidade dos serviços, as/os entrevistados apontaram que a infraestrutura física das instituições da rede de atendimento socioeducativa também impacta fortemente à saúde das/os trabalhadoras/es e usuárias/os do serviço. Assim como no primeiro relato apresentado neste tópico, o mofo nas salas é uma queixa recorrente das/os profissionais. Além disso, o controle de pragas também se mostrou uma questão importante no que tange a saúde, é o que mostra o relato de uma assistente social que atua em meio fechado:

Muito mofo. E assim, a gente não recebe adicional por insalubridade. Mas é um local com muito mofo, o que gera muito problema respiratório para a equipe. Frequentemente a gente trabalha junto com as baratas, junto com os ratos. Fora o uso do veneno em spray por parte dos agentes, que geralmente é para conter alguma situação assim. Às vezes acaba esbarrando nesses bichos. Um dia desses eu estava matando um rato. É algo que gera um transtorno enorme, problemas de saúde, a gente passa mal. Eu pessoalmente antes de entrar de férias, passei muito mal, muito mal mesmo por conta do uso do spray (assistente social feminina, meio fechado).



Nos relatos trabalhados neste tópico, a escassez de recursos destinados à infraestrutura das políticas públicas de socioeducação apareceu da seguinte maneira: falta de equipamentos como computadores; problemas relacionados ao sistema de controle dos atendimentos; mal estado de conservação das salas de atendimento; problemas relacionados à mobilidade para realização dos atendimentos em meio aberto; problemas de saúde provocados por mofo e ausência de controle de pragas. Segundo as/os entrevistadas/os, o atendimento fica comprometido por conta da infraestrutura não adequada às ofertas e demandas desse serviço público, seja em meio aberto, seja em meio fechado. Essa também foi a justificativa dada por um pedagogo que atua em meio aberto. Segundo o entrevistado, a precariedade na infraestrutura acontece justamente pela escassez de recursos destinados às políticas públicas de socioeducação. Observa-se no relato a seguir:



Ainda falta muito pra gente caminhar nisso, né? Os municípios esbarram numa questão, que é a questão de falta de recursos, mas também tem outras questões que não fazem com que essa política avance, né? Que é a questão do cofinanciamento que não existe, é muito pouco, né? O que eles alegam sempre é que não tem recursos e é aquela coisa, então a gente pode desenvolver o nosso trabalho na conversa, né? Conversando com os adolescentes, aconselhando, fazendo algum evento, alguma coisa assim, porque na verdade não tem muita coisa mesmo pra oferecer, o município não tem, né? (pedagogo, meio aberto).

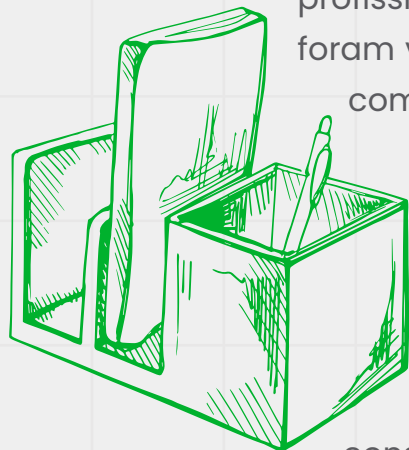
Segundo o pedagogo entrevistado, como os recursos destinados à infraestrutura da política socioeducativa são escassos, o trabalho geralmente é desenvolvido a partir do diálogo, da conversa e do aconselhamento às/aos adolescentes. Tais instrumentos pedagógicos utilizados no trabalho dessas/es profissionais já são previstos durante os atendimentos, entretanto, acabam sendo a única oferta desse serviço público.

Assim, é possível observar como o atendimento socioeducativo fica comprometido devido à infraestrutura precária das instituições destinadas a esse serviço público, seja em meio aberto, seja em meio fechado. A seguir, trabalharemos os dados acerca da relação entre vitimização e as condições de trabalho.

b) Vitimização dos profissionais da rede socioeducativa do estado do RJ que sofreram algum tipo de violência no ambiente laboral

Nesta seção, abordaremos como as condições de trabalho são afetadas

pelos violências físicas e morais (Oliveira, 2008) sofridas pelas/os profissionais durante seu cotidiano laboral. Ou seja, o objetivo é compreender se os profissionais da rede socioeducativa do estado do rio de Janeiro já foram vítimas de algum tipo de violência, seja ela física ou moral, e como lidam, pessoal e institucionalmente, com esses problemas.



Nos relatos das/os entrevistados, o assédio moral apareceu como o principal tipo de violência sofrida pelas/os profissionais na rede socioeducativa fluminense. A relação com as/os colegas de trabalho muitas vezes é marcada por posturas autoritárias e até mesmo transferências compulsórias para outras unidades da rede estadual. Dessa forma, constatou-se, com base nas entrevistas realizadas pela equipe

da EES-RJ, que as relações de trabalho com colegas e usuárias/os dos serviços são fatores determinantes nas condições de trabalho. É o que se pode observar nos relatos de uma técnica administrativa e de uma assistente social que atuam em meio fechado:

Eu acho que o mais difícil é a falta de respeito entre os pares. Esse é o maior desafio. Não é o trabalho, não é o atendimento com o adolescente com a família. É a relação com colegas de trabalho (técnica administrativa, meio fechado).

Não, porque às vezes são violências mais subjetivas que ficam nas entrelinhas. É violência institucional. São ameaças veladas, tanto por parte da instituição, quanto por parte dos adolescentes. Mas dos adolescentes eu sei lidar, eles são adolescentes e eu sou adulta, consigo dialogar e explicar que não é assim que se faz. O difícil é quando isso acontece por parte dos colegas (assistente social feminina, meio fechado).

Além dos riscos para a saúde física que a higiene sanitária pode proporcionar na vida de profissionais e usuárias/os da socioeducação fluminense, foi observada nas entrevistas uma outra esfera da saúde que o trabalho na rede estadual socioeducativa demonstrou impactar: a saúde mental. No relato seguinte, também fica nítido como a relação com as/os colegas de trabalho se mostrou um assunto de grande relevância para as/os entrevistadas/os:

Eu acredito na ressocialização. Porém, eu estou num sistema onde a maioria dos meus colegas não acredita, então é aquela coisa, bandido bom é bandido morto pra um lado, é semente do mal para o outro. E é difícil você fazer uma coisa que você não acredita. É difícil você conseguir um resultado com o que você não acredita. Então todo mundo fica adoecido, quem não acredita na mudança do adolescente, e quem acredita fica doente na relação com quem não acredita (agente de segurança socioeducativo feminino, meio fechado).

Assim como no relato acima, para a agente de segurança socioeducativo, acreditar ou não no trabalho desenvolvido e nos seus resultados é uma questão ligada diretamente à saúde mental das/os profissionais. Uma parte delas/es não está alinhada com os propósitos pedagógicos e institucionais explicitados na política de atendimento socioeducativo através do Sinase (Brasil, 2012), gerando conflitos por conta da divergência nas práticas e condutas laborais, o que afeta as condições de trabalho.

Com base na análise das entrevistas realizadas pela EES-RJ, constatou-se que a relação com colegas de trabalho é um fator fundamental para se compreender as queixas de violência no ambiente profissional. O antropólogo Luís Roberto Cardoso de Oliveira (2008) classifica como “violência” atos de agressão que contém um componente moral. Se assim considerado, violências são atos de agressão física ou psicológica que atingem a dimensão moral dos sujeitos. O assédio moral é um exemplo que ilustra esses argumentos, assim como se pode observar no relato de um agente de apoio socioeducativo:

Precisa trabalhar o assédio moral institucional. O assédio moral é muito grande. Precisamos ter uma postura menos autoritarista, então eu acho que precisa trabalhar essa questão do assédio. O assédio moral é muito grande, as transferências como punição são rotineiras. O servidor desagradou aquele gestor, ele é mandado para outra unidade. Entendeu? (agente de segurança socioeducativa, meio fechado).

Segundo a Cartilha de Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Sexual no Ambiente de Trabalho, publicada em 2024 pelo Governo Federal através do Ministério das Comunicações, o assédio moral pode ser definido como condutas, atitudes, gestos e palavras abusivas que se repetem de maneira proposital e que expõe um indivíduo a situações humilhantes, constrangedoras. De acordo com esse material, o assédio moral fere a dignidade, a autoestima, a autodeterminação, a progressão na carreira e até mesmo a integridade física ou psíquica de uma pessoa trabalhadora. Além disso, segundo a cartilha, o assédio moral pode ser classificado em três principais formas: vertical, ou seja, entre posições hierárquicas diferentes; horizontal, em que não há diferença hierárquica entre vítima e agressor; mista, no qual a vítima sofre assédio moral por superiores e colegas.

Motta (2024) descreve em sua tese de doutorado intitulada “O que vale é a matrícula: o papel da escola na



execução de medidas socioeducativas em meio aberto em Niterói/RJ”, como a transferência compulsória é uma estratégia utilizada pelas escolas para se livrarem de jovens e adolescentes que cumprem essa modalidade de medida e são considerados “alunos problemas” e “futuros traficantes” (Veríssimo, 2016). No relato acima, a transferência compulsória apareceu como uma forma de retaliação ou punição a algum tipo de conduta considerada inadequada ou que não esteja em aprovação com as ordens hierárquicas, mesmo que autoritárias e abusivas. Portanto, as “transferências compulsórias” (Motta, 2024) sofridas por profissionais da rede socioeducativa do RJ podem ser consideradas uma forma de assédio moral e, conseqüentemente, de violência.

Discriminar a trabalhadora ou o trabalhador em virtude de gênero ou orientação sexual também é um ato considerado como assédio moral (Brasil, 2024). Segundo o relato de uma agente de segurança socioeducativa que atua no meio fechado, o sistema socioeducativo age estruturalmente de forma misógina, pois ela sofreu discriminação pelo fato de ser mulher e por passar ocupar um cargo hierarquicamente superior ao das/os demais colegas:

E, quando eu assumo essa coordenação de plantão, é um outro fator que eu queria colocar para você, é porque o sistema é misógino demais. Eles não me aceitam. “Eles”, né? Eles me aturam, eles me engolem, mas eles não me aceitam, porque eu sou mulher (agente de segurança socioeducativo feminino, meio fechado).

Para Oliveira (2008), a agressão moral é definida como um “insulto” que ataca direitos, desvaloriza e/ou nega identidades, portanto a discriminação de gênero presente no cotidiano das/os profissionais de socioeducação do Rio de Janeiro pode ser classificada como violência.

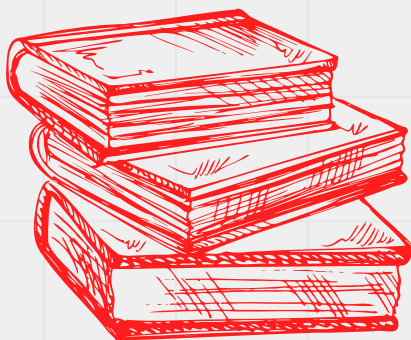
A partir desses relatos, é possível compreender como essas/es profissionais lidam pessoal e institucionalmente com problemas oriundos de atos de violência. Constatou-se que a origem dos conflitos violentos na rede socioeducativa fluminense está principalmente nas relações com colegas de trabalho.

Na próxima seção, será trabalhada a desvalorização dos trabalhos desenvolvidos por profissionais no âmbito da socioeducação no estado do Rio de Janeiro.

c) Desvalorização das/os profissionais socioeducativas/os no estado do Rio de Janeiro

A desvalorização de profissionais da rede socioeduca-





tiva fluminense foi um tema recorrente nas entrevistas realizadas pela EES-RJ em 2025. A última seção deste tópico visa a discutir como esse tema apareceu nas falas das/os entrevistadas/os e como isso impacta diretamente nas condições de trabalho. A estabilidade financeira marcada por cargos concursados, entretanto com baixa remuneração e falta de reajuste salarial; a dupla jornada de trabalho e elevada carga horária; e a fragilidade dos contratos temporários são questões debatidas nesta terceira seção.

A dificuldade de progressão de carreira e a falta de reajuste salarial é uma demanda marcante entre as/os entrevistadas/os pela EES-RJ. Segundo um agente de segurança socioeducativo que trabalha em meio fechado, não há “horizonte” de crescimento profissional no Degase, portanto, para ele, a inserção na rede socioeducativa é vista como uma “passagem”. É o que se pode observar no relato a seguir:

Eu tenho muita vontade de sair, porque eu não vejo horizonte de crescimento no Degase e assim também não vejo o horizonte de crescimento enquanto servidor do Poder Executivo do estado do Rio de Janeiro, sabe? Então, eu estudo para concursos. Já prestei várias provas, tanto na minha área de formação quanto na área administrativa de uma forma geral. Enfim. Então, assim, o socioeducativo para mim é uma passagem (agente de segurança socioeducativo masculino, meio fechado).

Em sua pesquisa de mestrado realizada em um CREAS do município de Niterói-RJ, a antropóloga Alice Ribeiro (2022) descreve a rede de atendimento socioeducativo como uma “colcha de retalhos”, construída de maneira abstrata e confusa, já que não se trata nem de um local físico nem de uma conexão estável. De acordo com a pesquisadora, essa rede é construída através da pessoalização das relações dentro das instituições que lidam com a medida socioeducativa. Essas relações se misturam à burocracia, criando uma pessoalização dos cargos e funções nas instituições.

Mesmo que seja visto como uma passagem, para muitos profissionais, “ser servidor público” significa ter estabilidade financeira. Por outro lado, de acordo com as/os entrevistadas/os, há uma entrega de trabalho maior por parte delas/es do que se recebe da instituição. Como se pode observar a seguir, no relato de uma assistente social que atua em meio aberto, por mais que se tenha estabilidade, o congelamento dos salários das carreiras no interior da rede socioeducativa fluminense também foi uma queixa das/os profissionais:

O lado bom é ser servidor público, né? Porque a gente não tem aumento há um bom tempo, não vou te falar que ganho bem, porque eu produzo muito mais em relação ao que eu recebo. Mas é algo que caminha pelo menos injusto. Comparado ao restante da sociedade, não é o ideal, mas é o menos injusto (assistente social feminina, meio aberto)

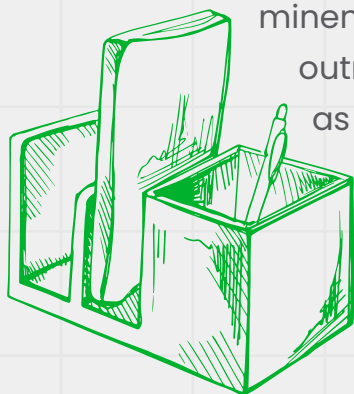
A busca por outras fontes de remuneração é uma prática comum por parte das/os profissionais da rede socioeducativa do estado do Rio de Janeiro. Ou seja, não é raro que profissionais da rede tenham mais um emprego para complementar a renda, é o que disse a psicóloga que atua em meio aberto:

Eu tinha vontade de trabalhar em um lugar só, para poder ter um tempo maior de dedicação aos casos que chegam até mim e maior tempo de lazer pra mim mesma. Logicamente que para isso eu precisava ganhar o suficiente, né? Ninguém quer trabalhar em vários lugares. Você trabalha, porque não tem jeito. Mas eu gosto, né? Eu acho que a minha profissão é bastante privilegiada nesse sentido de você poder fazer o que gosta (psicóloga, meio aberto).

Segundo o relato acima, a dupla jornada não permite que ela realize um trabalho mais detido no que diz respeito ao atendimento das/os adolescentes em cumprimento de medidas em meio aberto. Outro fator que também prejudica o desenvolvimento de um trabalho com mais qualidade é a elevada carga horária imposta às/aos profissionais da socioeducação do estado. Uma psicóloga que trabalha em meio fechado afirmou que se sente dentro do sistema a todo momento devido ao tempo que passa trabalhando na socioeducação durante a semana, assim como é possível observar no seguinte relato:

Olha, uma coisa que tá muito pesada é a carga horária, viu? A gente, quando faz o concurso, até tem noção de que o concurso é para três turnos de 8 horas semanais, mas só recentemente essa prática tá sendo aplicada. E hoje em dia eu te digo sim, fazer três dias é muito pesado. Gera um cansaço, gera assim, uma sensação que você não sai do sistema (psicóloga, meio fechado).

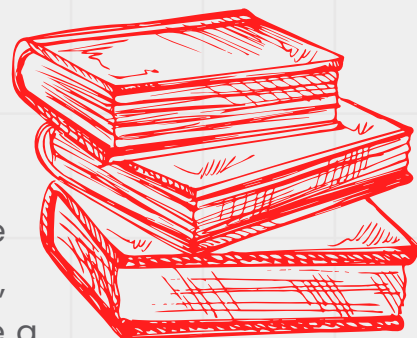
Para algumas e alguns profissionais da socioeducação fluminense, o emprego no setor é visto como uma “passagem”, para outros é “estabilidade”, entretanto, para muitas/os profissionais, as condições de trabalho podem ser definidas como “vulneráveis”, principalmente por conta da fragilidade dos contratos. Segundo o relato de um assistente social que atua no meio aberto, o contrato temporário é um ponto negativo do trabalho na rede socioeducativa estadual, pois não se tem estabili-



dade financeira. Ou seja, não há garantia de direitos trabalhistas que privilegiem o vínculo com as instituições da mesma forma que os contratos daquelas/es profissionais que são concursadas/os.

O ponto negativo é o contrato temporário, então você trabalha até um determinado dia, aí, quando chega o final do contrato, infelizmente você tem que sair. Não é uma coisa que tem estabilidade, entendeu? E isso quebra o vínculo com o adolescente, prejudica o atendimento, porque às vezes nem toda ou nem todo profissional que vai te suceder ele tem a mesma visão que você tem dentro da política pública de assistência social (assistente social masculino, meio aberto).

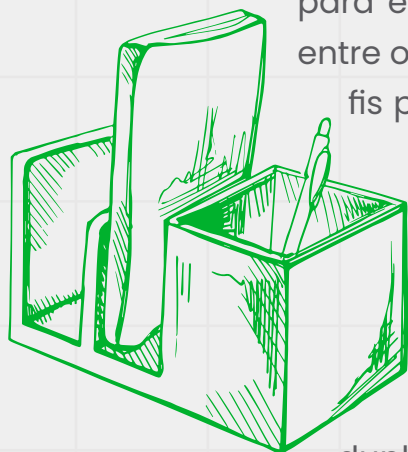
Conforme explicitado anteriormente, a rede de atendimento socioeducativo do estado do Rio de Janeiro é construída de modo a gerar uma pessoalização da burocracia através por meio dos cargos e funções (Ribeiro, 2022). A análise qualitativa empreendida para compreender as condições de trabalho, revelou um cenário de condições laborais precárias que se configuram como um obstáculo estrutural à execução da política. Através da análise das entrevistas, foi possível identificar que a infraestrutura, a vitimização, sobretudo pelo assédio moral institucional, e a desvalorização simbólica e material das/os profissionais não atuam de maneira isolada, mas sim interligadas, criando um cenário que compromete a qualidade do atendimento socioeducativo no estado do Rio de Janeiro.



4.3 Os desafios na execução das medidas socioeducativas

Nesta pesquisa, também se mostrou fundamental compreendermos o cotidiano de trabalho das/os profissionais, pois é na prática que podemos captar como se materializam os desafios na execução das medidas socioeducativas. As experiências, tensões e percepções dessas/es trabalhadoras/es revelam que a política não se realiza apenas via normas e fluxos formais, mas é atravessada por dinâmicas institucionais, disputas, desigualdades e condições concretas de trabalho que moldam o atendimento.

Colocar as narrativas das/os profissionais no centro da análise permite compreender como se constituem seus diferentes perfis, bem como as distinções entre o funcionamento do meio aberto e do meio fechado e as formas como cada uma dessas esferas dialoga com adolescentes, famílias, sociedade civil e demais redes públicas de garantia de direitos. Esse movimento aponta



para elementos estruturantes do funcionamento das instituições, entre os quais se destacam as disputas internas, os diferentes perfis profissionais e as tensões cotidianas que influenciam a maneira como as medidas são executadas.

Um dos pontos de discussão trazidos pelas/os profissionais são as disputas internas entre diferentes perfis de trabalhadoras/es do Degase, que ajudam a entender como se configura, na prática, o trabalho socioeducativo (Vinuto, 2020, perpassado pela dificuldade em equilibrar o duplo objetivo sancionatório-educativo relacionado a uma estrutura organizacional baseada em uma suspeição generalizada. Isso se revela de modo ainda mais explícito na função de agente de segurança socioeducativa que atua no meio fechado, já que há aqui discordâncias mais profundas sobre qual é a identidade profissional ideal para essa/e profissional: enquanto há profissionais que defendem a hierarquia e autoridade, frequentemente evocando discursos alinhados à doutrina da situação irregular e a perspectivas conservadoras, como a defesa da redução da maioria penal (Vinuto, 2020), há outros que reivindicam uma atuação voltada à socioeducação e aos direitos humanos, mas relatam que essa visão é constantemente tensionada por disputas políticas internas:

Entre meus colegas agentes, falta uma identidade profissional que se relacione com o lado da gestão mais humana, mais dos direitos humanos, mais da socioeducação mesmo, mas sempre tem uma outra turma puxando o contrário. A gente tem que definir o que é que faz um agente de segurança na socioeducação, mas é muita briga política também (agente de segurança socioeducativo feminino, meio fechado).

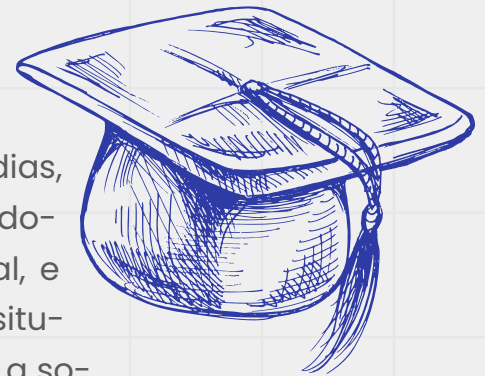
As disputas internas também se inserem em um contexto mais amplo, no qual as/os profissionais enfrentam rotinas marcadas por exigências burocráticas, equipes insuficientes e prazos incompatíveis com a complexidade do trabalho socioeducativo. A sobrecarga não decorre apenas da divergência de perfis, mas também das condições concretas nas quais se espera que essas/es agentes atuem.

É nesse contexto que emergem as críticas sobre como as burocracias do sistema dificultam, limitam e, muitas vezes, inviabilizam a atuação técnica. Como relatam os sujeitos, há uma sobrecarga de formulários, registros e sistemas que consomem o tempo que deveria ser dedicado ao acompanhamento qualificado de adolescentes e de suas famílias. Uma psicóloga do meio fecha-

do traz essa percepção ao dizer que entende a importância dos dados para orientar políticas, mas que a ausência de profissionais dedicadas/os às tarefas administrativas faz com que ela precise “se dividir entre preenchimentos burocráticos e atendimentos”. Diante da escolha, prioriza o atendimento, ainda que isso implique “pecar no registro”:

Uma dificuldade são as questões burocráticas que engessam ainda mais nosso trabalho. Eu entendo a necessidade de preencher formulários para ter os dados porque os dados geram políticas, né? Eu entendo que os números dizem sobre o nosso trabalho também, mas seria importante ter pessoas específicas para fazer isso, não eu ter que me dividir entre preenchimentos burocráticos e atendimentos. Por isso que se eu tiver que fazer um atendimento, um registro, mas tiver atendimentos para fazer, eu vou pecar no registro, mas eu vou garantir o atendimento (psicóloga, meio fechado).

No meio aberto, o problema também apareceu, por exemplo, na construção do PIA²⁰. Por norma, o documento deve ser elaborado pela equipe técnica em 15 dias, um prazo considerado insuficiente para conhecer a/o adolescente, compreender seu contexto familiar e territorial, e definir metas realistas tendo por base sua trajetória. A situação se agrava quando não há equipes exclusivas para a socioeducação, o que fragmenta o trabalho e acentua a sensação de improviso permanente:



A gente tem dificuldade de construir o PIA, porque no caso do meio aberto, ele tem que ser feito em 15 dias, né? É um prazo muito pequeno, não dá tempo de você conhecer esse adolescente, a família dele pra você poder colocar essas questões lá no PIA. Outra coisa também que a gente não tem, não sei se em outros municípios tem, mas onde eu trabalho a gente não tem, por exemplo, a equipe exclusiva para socioeducação (assistente social feminina, meio aberto).

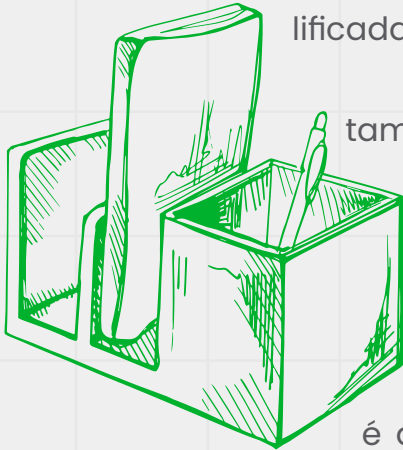
Essa combinação de prazos curtos, ausência de equipes suficientes e responsabilidades acumuladas produz efeitos diretos sobre a saúde das/os profissionais, que relatam níveis crescentes de exaustão, estresse e adoecimento. O depoimento de um agente de segurança socioeducativo do meio fechado expõe a gravidade do quadro:

Em 2012, quando a gente entrou, a gente trabalhava com superlotação em to-

20 O Plano Individual de Atendimento é um instrumento técnico-pedagógico que orienta o planejamento e o acompanhamento das ações voltadas ao desenvolvimento da/o adolescente em medida socioeducativa. Ele garante uma abordagem individualizada, considerando a história, as necessidades e as potencialidades da/o jovem, para apoiar sua reintegração familiar e comunitária e a construção de um projeto de vida autônomo.

das as unidades, aqui era 90 a gente trabalhava com 200. Então a gente cuidava de cerca de 1.500 no máximo a 2.000 adolescentes no estado todo. Hoje a gente cuida de 700, porque as unidades estão trabalhando no limite legal de vagas do Sinase. Então, onde está o recurso para trabalhar com qualidade com 700 adolescentes se antes tinha dinheiro para trabalhar 2.000 adolescentes? Hoje não temos efetivo suficiente para trabalhar com esses adolescentes, aí fizeram o RAS. Antes a gente folgava três dias com plantão 24/72 horas, mas agora o agente pega os dias de folga e vem fazer hora extra. Vem fazer 12 horas para complementar o plantão, então, ele não tem aquela folga de qualidade que ele precisava ter, ele passa 24 horas e depois faz mais dois dias de 12 horas. E isso tem adoecido os colegas (agente de segurança socioeducativo masculino, meio fechado).

A deterioração da saúde mental e física não é apenas um efeito colateral, mas parte estrutural desse modelo de funcionamento com jornadas estendidas, ausência de descanso adequado, plantões exaustivos e acúmulo de tarefas administrativas que reduzem a capacidade de atuar de forma qualificada.



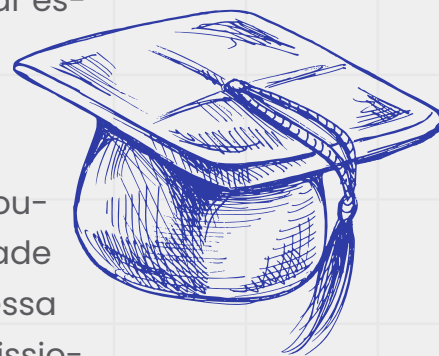
Esses entraves burocráticos e organizacionais se conectam com outra dimensão fundamental: a ausência de espaços institucionais de discussão, estudo e reflexão sobre as próprias medidas socioeducativas. Profissionais relatam que faltam momentos de formação continuada e debates sobre os fundamentos do sistema, suas desigualdades e seus objetivos. Essa ausência de espaços de diálogo e formação é apontada não apenas como um problema organizacional, mas como algo que impacta a maneira como os profissionais compreendem e respondem às/aos adolescentes. Como observa uma assistente social do meio aberto, a ausência de momentos institucionais para estudar, discutir e refletir sobre desigualdades, especialmente raciais, contribui para que discursos punitivistas circulem sem contestação e se naturalizem no cotidiano:

Falta espaços para dialogar, estudar até para a gente entender as consequências das desigualdades, porque quando a gente vê aquele menino ali no sinal que a gente fica com pena. Nossa vou comprar o docinho dele, né, mas se esse mesmo menino daqui um mês chegar no Degase, e você olhar "tem que matar essa criança, esse adolescente, essa sementinha do mal", né? (Assistente social feminina, meio aberto).

A fala evidencia como a ausência de formação crítica pode abrir espaço para que as interpretações sobre os adolescentes oscilem entre a compaixão e a criminalização, uma oscilação profundamente marcada pela raça, pela po-

breza e pelo território. Sem espaços coletivos para analisar essas tensões, o risco é que o cotidiano institucional reforce estigmas e reproduza violências simbólicas e práticas, em vez de enfrentá-las.

É nesse cenário que se torna ainda mais evidente outro obstáculo central identificado pela pesquisa: a fragilidade das redes de atendimento no território. No meio aberto, essa fragilidade aparece de forma explícita quando as/os profissionais relatam não ter para onde encaminhar as/os adolescentes, dada a fragilidade dos vínculos entre as instituições do Sistema de Garantia de Direitos. Embora o Sinase (art. 14) estabeleça que a direção dos programas de Prestação de Serviços à Comunidade deve selecionar e credenciar entidades assistenciais, escolas, hospitais e programas comunitários ou governamentais de acordo com o perfil da/o socioeducanda/o, na prática, essa articulação raramente se concretiza. Como afirma um pedagogo do meio aberto:



No meio aberto temos muito mais dificuldades porque a gente não tem pra onde mandar o adolescente, que isso depende, né, de acordo lá com o Sinase. No artigo 14, diz que a gestão do município, a gestão do programa terá que fazer parceria com as instituições pra receber os adolescentes. E aí eles esbarram nessa questão do preconceito, que as pessoas não querem receber nossos adolescentes, mesmo quando são participantes do Sistema de Garantias, eles recusam (pedagogo, meio aberto).

A contradição é ainda maior quando consideramos que o próprio Sistema de Garantias de Direitos, regulamentado pela Lei nº 13.431/2017, deveria operar como um arranjo articulado entre órgãos públicos e sociedade civil para assegurar, defender e fiscalizar direitos de crianças e adolescentes. No entanto, a pesquisa mostra que essa articulação permanece distante da realidade:

O difícil do nosso trabalho, é essa coisa frágil que existe, né? É a família, a escola e, enfim, todo o Sistema de Garantia mal articulado, e aí nosso trabalho vai ficando assim incompleto, e às vezes até dá desânimo na gente, né? Porque você parece que não, no teu trabalho, não tem sentido o que você tá fazendo (pedagogo, meio aberto).

A ausência também é sentida no meio fechado, onde a execução das medidas depende, igualmente, da existência de serviços no território. Um profissional de gestão resume esse impasse:

Para mim, a maior dificuldade é a falta de uma rede de atendimento de ver-

dade. A semiliberdade e as medidas em meio aberto vão precisar da rede. E aí a gente não tem essa rede, se a política não for afinada, essa rede fica comprometida. Então, sem rede, não dá para ter socioeducação (profissional de gestão, meio fechado).

A fragilidade das redes não impacta apenas a execução das medidas, mas sobrecarrega ainda mais as/os profissionais, que se veem obrigadas/os a ocupar lacunas deixadas pelo Estado, realizando tarefas que extrapolam suas atribuições formais, tentando mediar conflitos que deveriam ser acolhidos por outras políticas públicas e enfrentando sozinhos a responsabilização institucional pelos “resultados” da medida. Ao mesmo tempo, a ausência de serviços públicos adequados e acessíveis aprofunda a vulnerabilidade das famílias, que já lidam com trajetórias marcadas pela desigualdade e falta de oportunidades. Com isso, adolescentes em cumprimento de medida retornam para territórios onde a escola, o atendimento de saúde mental, a assistência social e as políticas de trabalho e cultura não estão articuladas ou não acolhem seus perfis, reforçando ciclos de exclusão que recaem justamente sobre quem mais necessita de proteção e garantia de direitos.

A ausência ou fragilidade das redes de atendimento no território, além de impactarem o trabalho das/os profissionais, também afeta as/os adolescentes.

As/Os entrevistadas/os narram que, muitas vezes, as/os jovens demonstram interesse em realizar cursos, ingressar em programas de jovem aprendiz ou retornar à escola. Contudo, se por um lado faltam ofertas públicas de qualificação; por outro, quando elas existem, surgem obstáculos adicionais decorrentes do estigma de terem passado pelo sistema socioeducativo. Não é incomum que escolas recusem matrículas ou que empregadoras/es fechem portas, reforçando um ciclo de exclusão. Nas palavras de uma assistente social do meio aberto, há uma fragilidade da rede e no sentido atribuído à medida:

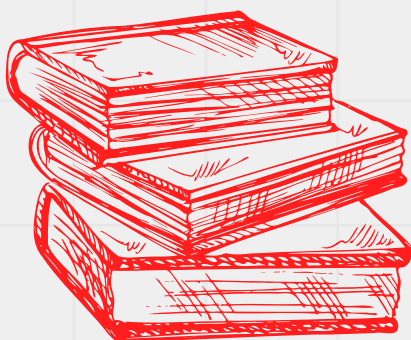


O maior desafio é conseguir estreitar esse laço com adolescente dentro do próprio território. Por que se eu não tenho nada para oferecer para ele, eu tenho uma escola que falha, não tenho aparelhos de cultura, esporte, lazer... Por que eu deveria cobrar ele de vir aos atendimentos? Só pelo controle? Isso não é medida socioeducativa pra mim. Todos eles querem trabalhar, mas se eu não tenho oferta de curso profissionalizante ou jovem aprendiz, o que adianta? (assistente social feminina, meio aberto).

Além disso, a relação entre profissionais e adolescentes é perpassada por uma tensão constante entre reconhecer e legitimar as narrativas juvenis e, ao

mesmo tempo, ensinar sobre o valor da autoridade, em sentido distinto daquela do autoritarismo historicamente presente na gestão da socioeducação. Como afirmou uma terapeuta ocupacional do meio fechado:

Não é só permitir que o adolescente fale. É suportar o que você vai ouvir. E tem muito profissional que não suporta. A realidade que esses meninos vivem ou a opinião deles sobre os serviços. Mas também saber colocar limites. Então um desafio constante é levar a sério o que o adolescente fala e, ao mesmo tempo, demonstrar que disciplina é importante pra vida dele como um todo também (terapeuta ocupacional, meio fechado).



Quando a medida se encerra, esse equilíbrio, já frágil, é rompido quase por completo, pois o trabalho com adolescentes em situação de pós-cumprimento de medida socioeducativa é mínimo ou inexistente. Sem suporte institucional, a/o adolescente retorna a um contexto de vulnerabilidade social que pouco se altera. Em muitos casos, a passagem pelo sistema não promove qualquer fortalecimento das redes, pelo contrário, pode agravá-las. Como relata uma psicóloga do meio fechado: “O trabalho com egressos é quase nenhum. Ele volta pra um contexto vulnerável e a medida não ajudou em nada. Às vezes até atrapalhou porque ele fica mais visado pela polícia, a escola não quer liberar vaga” (psicóloga, meio fechado).

Essas dificuldades se somam a um imaginário social que produz e reproduz um olhar de suspeição racializado e generificado (Vinuto, 2024) dirigido às/ aos jovens negros das periferias, explicitando um estigma que antecede o cumprimento da medida socioeducativa e se prolonga depois dela, afetando desde o acesso à escola até oportunidades de trabalho e circulação no território. São corpos atravessados, cotidianamente, pelas engrenagens da segurança pública com abordagens policiais constantes, vigilância ampliada e barreiras no sistema de justiça. Assim, mesmo quando buscam inserir-se em serviços públicos, essas/es adolescentes carregam uma marca social que os mantém no lugar de suspeitas/os, dificultando seu pertencimento e a própria eficácia da socioeducação.

É nesse panorama que também se insere a atuação da Central de Regulação de Vagas, instituída em 2017 pela Vara de Execução de Medidas Socioeducativas, com operação desde 2019, com a promessa de racionalizar o fluxo de adolescentes e evitar a superlotação das unidades de internação e semiliberdade. Na prática, porém, sua atuação tem produzido impactos significativos no

cotidiano institucional, no trabalho das/os profissionais e na vida das/os adolescentes e suas famílias como mostra uma assistente social entrevistada:

O judiciário, por sua vez, continua numa briga de internar, internar, internar, internar. A gente tá com uma lista de espera aí de quase 200 adolescentes. Eles fazem uma lista de espera, né? Uma pontuação externa agora para internar porque eles têm que respeitar essa central de vagas. Mas essa lista não diminui, porque os juízes não valorizam o meio aberto, não valorizam a semiliberdade, e isso dificulta muito (assistente social feminina, meio fechado).

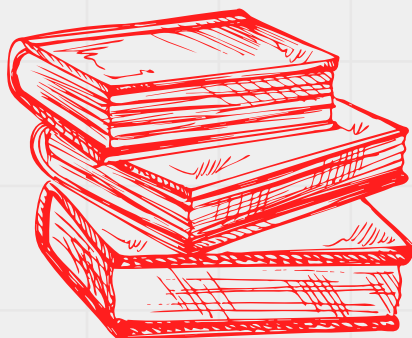
A profissional destaca que a Central de Vagas funciona por meio de uma “fila única” que deveria racionalizar o fluxo do acolhimento de adolescentes que cumprem medida socioeducativa em meio fechado, mas esse modelo centralizado acaba dificultando o respeito ao princípio da proximidade familiar previsto no ECA, já que adolescentes podem ser enviados para qualquer unidade do estado, afastando-as/os de suas redes de apoio. A Central de Vagas funciona através de uma ordem única e centralizada, ou seja, cada nova/o adolescente que recebe uma medida de internação ou semiliberdade é inserida/o numa fila geral que pode direcioná-la/o para qualquer unidade do estado. Esse modelo dificulta a descentralização da distribuição de vagas e impede que as/os jovens cumpram sua medida em unidade próxima de sua residência, princípio valorizado pelo ECA, por favorecer a manutenção dos vínculos familiares e comunitários.

Embora o objetivo formal da Central de Vagas seja reduzir a população internada, sua implementação foi marcada por disputas e só avançou em vários estados por determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Na prática,

ela opera dentro de um sistema que nem sempre respeita que o uso da privação de liberdade deve ser excepcional, de curta duração e orientada pelo respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Essa discrepância entre o que prevê o ECA e o que efetivamente é praticado mostra que muitas internações poderiam ser evitadas²¹. Assim, aquilo que deveria mitigar a superlotação acaba produzindo novas tensões.

Esses efeitos da Central de Vagas não aparecem isoladamente, ao contrário, somam-se a dinâmicas cotidianas que afetam o trabalho socioeducativo e revelam como desigualdades estruturais seguem operando dentro das unidades e como impactam quem está do lado de fora. É

21 O ECA determina que a privação de liberdade só deve ser aplicada nos casos previstos no art. 122, quando envolvem violência ou grave ameaça à pessoa, reincidência em infrações graves ou descumprimento reiterado e injustificado de medidas anteriores.



nesse cenário que emergem, de forma ainda mais nítida, as tensões presentes nas relações entre profissionais, adolescentes e suas famílias.

As relações com mães — majoritariamente mulheres negras — também revelam desigualdades (Varanda, 2023; Santos, 2023). Profissionais relatam que suas colegas, especialmente mulheres negras, são frequentemente confundidas com mães dos adolescentes, revelando estereótipos raciais incorporados ao funcionamento institucional:

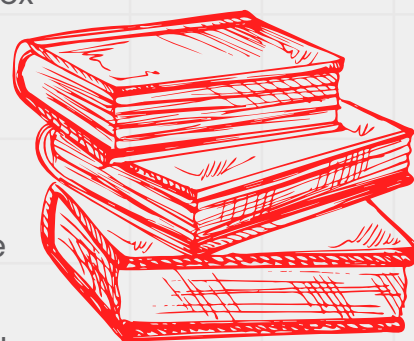
Como é que eu vou falar para explicar para meu colega de trabalho que não é com grosseria que ele tem que falar com a mãe, né? E que eu descubro isso, porque sou uma mulher negra sendo tratada com grosseria porque fui confundida com uma mãe? E aí, para ele, não era um problema, só foi um problema quando eu expliquei. É difícil fazer essa pessoa entender que não precisa ser grosso, basta direcionar ela para um local, o local de atendimento. Perguntar tipo: em que posso ajudar? (psicóloga, meio fechado).

A fala da psicóloga do meio fechado demonstra que o tratamento hostil dirigido às mães não era percebido como inadequado até o momento em que o colega é informado de que a destinatária daquela abordagem era, na verdade, uma profissional do socioeducativo. Assim, vemos que a confusão não recai apenas sobre as mães, mas sobre quem pode ser tratado com respeito no interior da instituição. Essa lógica racializada ultrapassa o vínculo direto entre profissionais e adolescentes e se manifesta também nas relações com organizações da sociedade civil.

O olhar de suspeição direcionado às mães, frequentemente responsabilizadas pelo ato infracional de seus filhos e suas filhas, estende-se às mulheres negras que circulam pelo espaço socioeducativo, sejam elas profissionais, familiares ou integrantes da sociedade civil. Esse padrão evidencia como práticas institucionais racializadas moldam interações, produzem hierarquias e delimitam quem é visto como legítimo dentro da unidade.

Em conjunto, os relatos e análises apresentados mostram que os desafios na execução das medidas socioeducativas expressam uma organização institucional marcada por disputas internas, burocracias excessivas, redes territoriais fragilizadas e práticas racializadas que atravessam o cotidiano. A socioeducação, como aparece nos depoimentos, se realiza na promessa legal de proteção integral e na materialidade das rotinas de trabalho, das relações com adolescentes e famílias e dos limites impostos pelo sistema de justiça.

Nesse sentido, a precariedade das condições de atu-



ação, a insuficiência de equipes, a pressão judicial por internações, o esvaziamento das políticas públicas no território e a persistência de estigmas dirigidos sobretudo às/aos jovens e às mulheres negras mostram que a medida socioeducativa tem que ser compreendida como parte de um sistema marcado por desigualdades estruturais. Assim, mais do que revelar dificuldades operacionais, esta pesquisa ilumina a forma como a socioeducação é produzida cotidianamente por trabalhadoras/es que, apesar das tensões, buscam sustentar práticas protetivas em um campo permanentemente tensionado entre controle e cuidado, e aponta que qualquer projeto de fortalecimento da política exige enfrentar, de forma conjunta, suas dimensões institucionais, intersetoriais e estruturais.

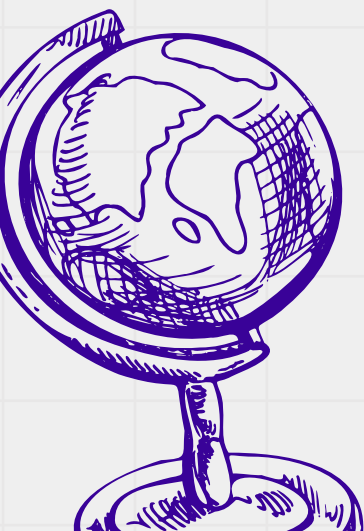
4.4 As razões que motivam a permanência na socioeducação

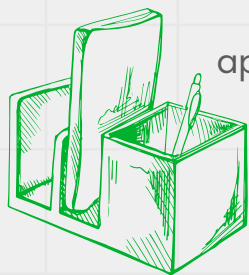
Muitos são os apontamentos que aparecem nas entrevistas a respeito da motivação e permanência na socioeducação, ao mesmo tempo que também expressam a adversidade e a precariedade. Os pontos motivacionais são apresentados sempre em um conjunto de registros das dificuldades no fazer profissional, como aponta o relato abaixo.

São pequenas ações que vocês conseguem desenvolver e possibilita esses jovens, né? Sonhar e pensar em outras possibilidades. A medida não oferece quase nada, mas se eu coloco uma sementinha na cabeça dele para ele sonhar com outra coisa, me sinto um pouco realizado (assistente social masculino, meio aberto).

A aptidão profissional socioeducativa aparece nas entrevistas não como perfil sistematizado, normatizado e orientado por um estatuto. Em um contexto profissional interdisciplinar com profissionais de diversas áreas, apresenta-se como um consenso do fazer profissional em busca da mudança social e transformação social da população atendida. O trecho de entrevista abaixo expressa este aspecto:

E realmente eu gosto porque é uma... é assim um campo em que você trabalha com pessoas vulneráveis e você contribui com o pouco que você sabe, para transformar as vidas das pessoas, eu acho isso muito bacana. Por isso que o que mais gosto mesmo é o atendimento aos adolescentes, eu gosto de conversar com eles, né? Eu gosto de ouvi-los, gosto de instigá-los assim sobre o que ele quer pra vida dele, então quando alguém chega e ele tá com muita vontade de falar, então eu deixo ele falar à vontade, né? (pedagoga, meio aberto).





A transformação e mudança social como ponto motivacional aparece na maioria das entrevistas. Na esfera da individuação profissional é um aspecto importante, mas é preciso ter atenção para a compreensão profissional não ser considerada como atividade filantrópica ou de caridade, como a entrevista de uma assistente social do meio aberto ilustra. Isso preocupa ainda mais quando atividade profissional socioeducativa está inscrita no campo da garantia de direitos e proteção integral da criança e da/o adolescente, constituindo uma ação institucional pública orientada e normatizada por leis, normatizações e resoluções.

Quando percebo que esse jovem saiu muito melhor do que ele entrou e isso também é fruto do meu trabalho. E aí você vê a pessoa se emocionar, né? Você vê a pessoa te agradecer, te abençoar, isso para mim não tem preço, é seu salário emocional. Isso me traz saúde que me traz força para continuar (assistente social feminino, meio aberto).

É através da qualificação continuada e de planejamentos da política pública com os Planos Decenais Socioeducativos nas esferas nacional, estadual e municipal, conforme orienta o Sinase, que as ações institucionais e atividades profissionais das/os servidoras/es socioeducativas/os podem ser fortalecidas, compreendendo tais processos dentro de um planejamento e metas institucionais, construídos, executados, monitorados e supervisionados por diversos entes públicos. Esta participação social é o fortalecimento da política pública da socioeducação. Como política de Estado e institucional, é construída, orientada e fiscalizada com a participação social e a partir das legislações. Essas ações contribuem para dirimir quaisquer ações e atividades na política pública determinadas a partir do arbítrio, ou qualquer relação messiânica das/os servidoras/es socioeducativas/os.

Você ver um adolescente sair melhor do que entrou é muito bom. Tem muitos profissionais engajados que criam projetos, mas não consegue implementar porque tem muitas questões políticas. Então, quando há uma brecha a gente briga por aquele projeto, e quando dá resultado, é satisfatório demais. Então, quando você encontra um adolescente na rua que te cumprimenta, que fala tô bem, tô trabalhando, fiz o Enem. Então, isso motiva isso é gratificante. Quem consegue ter um pouquinho de sensibilidade no trabalho fica feliz com isso (agente de segurança socioeducativa, meio fechado).

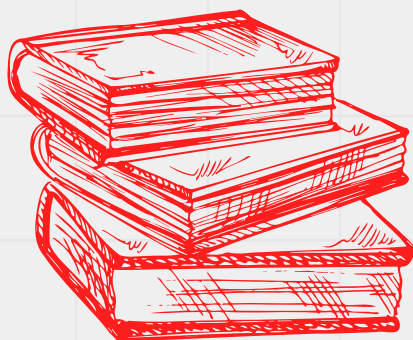
O trecho da entrevista acima registra os pontos motivacionais, ao mesmo tempo que evidencia as adversidades no fazer laboral. A “questão política” institucional é um dos entraves na realização profissional recorrentes nesta pesquisa da EES-RJ, tanto nos dados quantitativos, quanto nas entrevistas. É preciso entender a “questão política” como o próprio espaço institucional, um ambiente no qual a política pública se materializa e se efetiva com todas as suas contradições e incompletudes. É composto por diversos atores institucionais, ordenado por princípios, regras e critérios que envolvam a execução de medidas socioeducativas, conforme preconiza o Sinase.

A “questão política” na socioeducação a transforma em uma arena pública mediada através da participação social. Como política de Estado, é responsabilidade de toda sociedade, não só de governos. A participação de diversos entes públicos distintos configura este espaço como um processo relacional na disputa da política social, configurando um conjunto de sistemas estaduais, distrital e municipais, constituindo o Sinase.

Assim, a socioeducação é um campo social político, em que diversos atores institucionais atuam, medeiam, determinam e constituem essa política pública. O fazer socioeducativo é norteado pelo resultado dessa disputa política, nesse sentido, a execução da medida socioeducativa não é de responsabilidade somente de um ente público Executivo, mas também do Legislativo e Judiciário. A supervisão, o monitoramento e a avaliação são de responsabilidade de toda sociedade civil, organizada em conselhos em todas as esferas, seja o Conanda, os Conselhos Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cedica) ou Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), como determina o Sinase.

A entrevista cujo trecho acima foi transcrito evidencia a contradição da política pública no quais os projetos e os programas específicos de atendimento devem estar inseridos nos planos decenais e institucionais, a fim de garantir o fluxo, continuidade e permanência do atendimento socioeducativo como uma política de Estado e não de gestão de governo. Por sua vez, a orientação do Sinase não desencoraja a criatividade individual, ela qualifica e reforça a importância desta ação como participação social, com intuito de garantir a política como ação eficiente e qualificada.

Por isso, é preciso assegurar os mecanismos e os espaços institucionais da participação social, como um instrumento de reflexão e aprimoramento da política socioeducativa, sobretudo das/os suas/seus servidoras/es como um processo de qualificação e valorização da sua



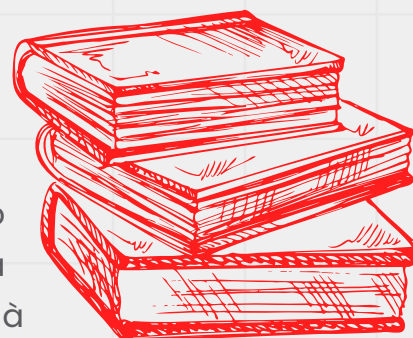
atividade profissional, para que elas/es se sintam como sujeitos e parte integrante na formulação, condução e gestão da política socioeducativa.

A representação participativa das/os servidoras/es socioeducativas/os na construção dos planos decenais nas esferas nacional, estaduais, distritais e municipais, pode ser o fortalecimento da participação social, contribuindo para atenuar a “questão política” como entrave do fazer e a realização profissional na socioeducação, sendo estes espaços institucionais também de escuta, formulação e aprimoramento das/os profissionais. Garante-se, desse modo, a relação de direito de acesso a programas que resultam mobilidade e transformação social para adolescentes atendidas/os pela medida socioeducativa, como trabalho, estudo, qualificação profissional, conforme a entrevista de uma psicóloga do meio fechado.

O que realmente me deixa mais feliz é perceber no olho das famílias, quando me veem, elas entendem que eu vou entender os problemas delas, então elas subentendem que eu também moro em comunidade. Ela super entende que eu também sou filha de uma família de mãe solo, porque os nossos problemas são parecidos de alguma forma pelo nosso fenótipo, então eu sei que a minha presença ali dá a essa família um pouco mais de conforto. Principalmente quando eu falo que eu sou mãe, e falo que também tenho dois filhos jovens. E elas tipo assim: ai, que bom, então, você sabe como é que é difícil. Saber que uma mãe saiu mais tranquila do que chegou me deixa muito feliz (psicóloga, meio fechado).

O trecho da entrevista expressa o quanto o reconhecimento como referência é importante para a criação de vínculo no atendimento socioeducativo, processo relacional que gera empatia e sensibilidade na percepção da/o assistida/o. Dentro da socioeducação, na perspectiva da psicóloga entrevistada, ser atendida/o por uma pessoa servidora com o mesmo pertencimento social pode diminuir a barreira de um sistema historicamente excludente, que ainda tem o desafio de acabar com as práticas punitivas no espaço de restrição e privação de liberdade.

Além disso, a família, como parte importante no atendimento socioeducativo, é evidenciada na fala da psicóloga, mesmo que a medida socioeducativa seja aplicada diretamente à/ao adolescente. Isso porque a família é responsabilizada pela situação na qual a/o adolescente se encontra e o cumprimento da medida, de forma legal e institucional, o que é corroborado pelo senso comum. Nesse contexto, a responsabilidade social da proteção integral à criança e à



adolescência recai de forma mais acentuada na família, ocultando a responsabilidade do Estado. Muitas vezes, quando a ação estatal é realizada, é considerada como filantropia, caridade, favor e não como garantia de direitos, conforme o preceito constitucional e as leis vigentes.

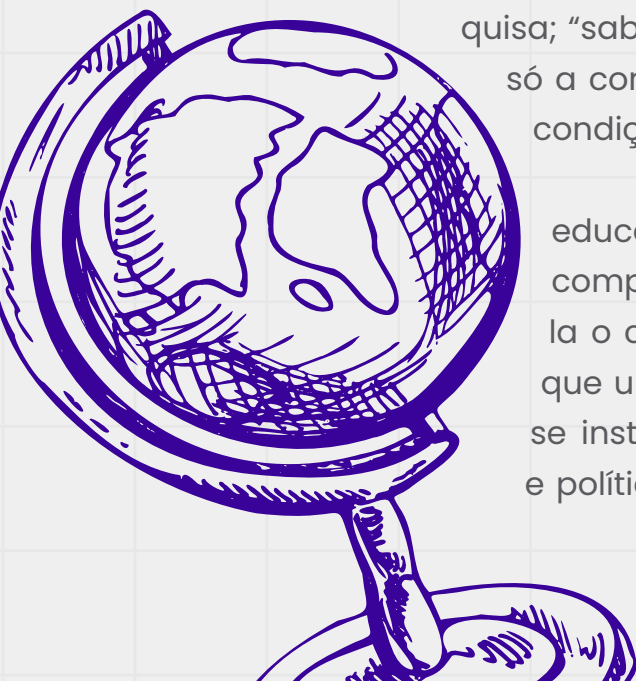
Essa lógica se expressa na perversa estigmatização social das/os adolescentes atendidas/os, assim como de sua família. Em uma sociedade que se estrutura historicamente no racismo, a medida socioeducativa é um espaço racializado e empobrecido, de forma que estamos falando também em maioria de famílias negras no atendimento socioeducativo. Uma das dimensões do racismo brasileiro é o estado de suspeição criminalizante da população negra, herança do racismo científico, determinado pelo biológico expresso pelo pertencimento racial, atrelando raça à criminalidade, como fator de degeneração social, preconceito que nutre o racismo institucional.

O ato infracional praticado pela/o adolescente negra/o muitas vezes não é considerado como fruto de uma fase e um processo transitório, mas sim como resultado de uma condição essencialista devido ao seu pertencimento racial, de forma estatizante. O chamado *homo criminalis* nato é determinado pelo seu pertencimento racial e não pelo ato cometido, esta lógica é extensiva a toda população negra, portanto, também à família negra atendida na socioeducação, frequentemente incorporada pelas instituições, reforçando o estigma social.

Essa relação social racista que estrutura toda a sociedade brasileira evidencia o ponto destacado pela psicóloga do meio fechado, mostrando que o pertencimento social da profissional e da mãe atendida envolve uma identificação mútua e gera vínculo no atendimento socioeducativo. A compreensão da realidade vivenciada por ambas produz um acolhimento que traz um pouco mais de “conforto” e um fazer profissional que passa a ser “os problemas delas”. Tal interação afeta a todas envolvidas nessa relação, por isso é vista como um

dos pontos motivacionais do trabalho apresentado nesta pesquisa; “saber que uma mãe saiu mais tranquila” revela não só a condição da familiar atendida, mas também a sua condição de servidora socioeducativa enquanto mãe.

O afeto como componente emocional na socioeducação é um aspecto que precisa ser mais bem compreendido. A esfera da subjetividade que estimula o comprometimento no fazer institucional, mais do que um artefato que pode ser capturado pela norma institucional, deve ser norteadada pelo princípio ético e político de uma socioeducação crítica, que permite o



atendimento socioeducativo mais humanizado e humanizante, uma vez que a/o profissional é reflexo e se afeta no fazer profissional, conforme a entrevista abaixo.

Mas é bem interessante assim o impacto que tudo isso causa. Eu acredito muito no ser humano, que gente pode mudar sim, eu acredito que a gente pode mudar, e quando eu percebo que eu e minha equipe estamos ajudando o adolescente a mudar, isso me deixa muito feliz, porque isso impacta minha vida também, não apenas a do adolescente (assistente Social feminino, meio aberto).

O trabalho como uma das centralidades da vida social faz ver a motivação e a realização profissional como aspectos fundamentais para uma relação de bem-estar para além da perspectiva individual, remetendo ao espaço e ambiente de trabalho, organizado e vivenciado de forma coletiva, com toda a sua interação social.

A crença no ser humano relatada pela servidora, cujo trecho de entrevista está destacado acima, pode ser extensiva também à sua própria humanidade, pois a sensação de felicidade do adolescente do atendimento socioeducativo impacta diretamente na vida da servidora. A partir desse relato, ressaltamos que o atendimento socioeducativo humanizado à/ao adolescente, também humaniza a servidora e o servidor da socioeducação, posto que a sensação principiada pela garantia de direitos e a proteção integral baseada no bem-estar influencia na qualidade do atendimento socioeducativo, assim como na vida profissional dessa servidora, conseqüentemente em todo ambiente de trabalho e em sua equipe.



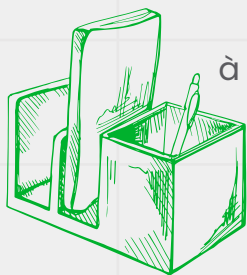
Outro aspecto motivacional para a permanência na socioeducação é o vínculo empregatício e funcional das/os servidoras/es, importante para a continuidade do atendimento socioeducativo. Portanto, como relação de subsistência profissional, traz um desafio para todo o sistema socioeducativo: ter um corpo de funcionárias/os com estabilidade funcional, a fim de garantir o fluxo e constância da política pública da socioeducação, com seus planos, metas e programas.

Quando a estabilidade profissional é apontada como elemento motivacional pela/o servidora/or socioeducativa/o, ressalta-se a especificidade do vínculo profissional do meio fechado do Rio de Janeiro, executado pelo Degase, no qual o quadro de funcionárias/os é composto por servidoras/es concursadas/

os, estatutárias/os, nomeadas/os e empossadas/os nos cargos da administração pública. O vínculo profissional com estabilidade é um importante diferencial em relação ao meio aberto, no qual a relação de trabalho está condicionada, em sua maioria, ao contrato de trabalho temporário. Esta estabilidade funcional contribui para a permanência do servidor no atendimento socioeducativo, assim como para o fluxo e continuidade na execução da política socioeducativa. A remuneração salarial, a partir desta estabilidade, é um ponto motivacional para a socioeducação, conforme o relato do agente de segurança socioeducativa que transcrevemos abaixo:

O que me faz continuar é a estabilidade. Eu não conseguiria dar o padrão de vida que eu dou para os meus filhos, se eu fosse só advogado. Então essas coisas vão segurando os colegas no Degase (agente de segurança socioeducativa, meio fechado).

Analisar os aspectos motivacionais e a permanência na socioeducação envolve perceber a relação com as/os adolescentes em cumprimento socioeducativo e suas/seus servidoras/es, constituindo um espaço socioeducativo interdependente que afeta essas vidas. A nomeação institucional como 'sistema' é a compreensão de um conjunto orientado por leis, normas e resoluções, assim como por relações entre diversos atores socioeducativos, em que adolescentes são sujeitos no cumprimento da medida socioeducativa e servidoras/es são sujeitos da execução das medidas socioeducativas, dois atores importantes do ambiente socioeducativo, que não possuem autonomia.



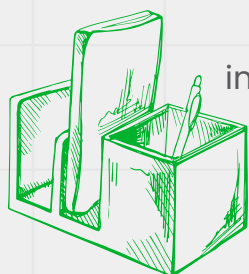
A não compreensão dessa relação direta pode levar à percepção de uma polarização institucional, em que a/o adolescente é considerada/o campo antagônico à/o servidora/or socioeducativa/o, produzindo um trabalho emocional para conformação do status quo institucional. A dificuldade no atendimento socioeducativo da/o agente com adolescentes expressa uma tensão que não está inscrita em nenhuma legislação e resoluções da política socioeducativa, mas faz parte da prática cotidiana, geralmente fomentada pela cultura institucional e reproduzida pelo senso comum, colocando como um grande desafio a ser superado na construção de vínculo no fazer entre a/o profissional e a/o adolescente, conforme o relato do mesmo agente já citado:

Cara, eu, o que eu mais gosto, eu aprendi muito a gostar, é dialogar com os internos e conversar, tentar de um certo de uma certa maneira ser uma refe-

rência positiva. Entendendo que isso é muito limitado, primeiro porque dada a natureza do meu trabalho. A gente já está em campos opostos, né?

A gente acaba sempre estando na linha de frente, colocando os limites para os adolescentes. Mas eu aprendi, eu aprendi muito nesses anos a apreciar isso, a encontrar momentos de ver que o adolescente não tá legal. E conversar com ele pode trazer uma palavra de conforto, ou de instrução ou de orientação, isso é muito legal. Mas é muito difícil de fazer (agente de segurança socioeducativa, meio fechado).

Seu relato nos permite destacar como são árduas as relações no ambiente socioeducativo, porque converte em dois campos opostos dois sujeitos políticos do ambiente, algo que é oriundo da percepção do antagonismo baseado na distinção, diferenciação social, que não leva em conta o processo estigmatizante e desumanizador de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, que também é desumanizante das/dos servidoras/es.



O diálogo é um processo comunicacional e de interação social imanente da condição humana, negá-lo impossibilita mudanças e dificulta a transformação pessoal e do outro, pois é na alteridade que nos construímos como seres sociais. Ressalte-se aqui que a interdição do diálogo também é um processo comunicacional, que pode fortalecer a ação institucional forjada na arbitrariedade e na subjetividade de quem executa a medida socioeducativa, o que dificulta a socioeducação orientada pelo ECA, pelo Sinase e por resoluções apropriadas.

Analisar as razões motivacionais e a permanência na socioeducação, é refletir sobre o aspecto da individuação e o espaço institucional, atendo-se à característica do meio fechado e do meio aberto, suas diferenças e semelhanças como programa de atendimento socioeducativo.

Esta relação é interacional e dependente, envolvendo servidoras/es socioeducativas/os e seu ambiente de trabalho. A especificidade da política pública da socioeducação insere mais uma/um integrante nessa relação, a/o adolescente e sua família no cumprimento da medida socioeducativa. Portanto, o ambiente socioeducativo é um espaço institucional com legislação específica que orienta todos que estão no campo da socioeducação: servidoras/es, adolescentes, famílias, pesquisadoras/es e outras/os mais. O atendimento humanizado é a garantia da humanização desse espaço.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Eduarda Lorena de; SOUZA, Letícia Godinho de; GIVISIEZ, Fernanda Machado. A central de vagas versus o “punitivismo” infracional?: O processo de implementação do serviço nos sistemas estaduais de atendimento socioeducativo. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 203, n. 203, p. 81-108, 2024. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.11094652>. Disponível em: <https://publicacoes.ibccrim.org.br/index.php/RBCCRIM/article/view/1135>. Acesso em: 25 nov. 2025.

ALMEIDA, Sílvio. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.

BARRETO, Paula; LIMA, Márcia; LOPES, Andrea; SOTERO, Edilza. Entre o isolamento e a dispersão: a temática racial nos estudos sociológicos no Brasil. *Revista Brasileira de Sociologia*, Porto Alegre, v. 5, n. 11, p. 113-141, set./dez. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.20336/rbs.223>. Disponível em: <https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/320/178>. Acesso em: 20 out. 2025.

BELANDI, Caio; GOMES Irene. Censo 2022: pela primeira vez, desde 1991, a maior parte da população do Brasil se declara parda. *Agência de Notícias IBGE*, Rio de Janeiro, 22 dez. 2023 [atualizado em 26 jan. 2024]. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38719-censo-2022-pela-primeira-vez-desde-1991-a-maior-parte-da-populacao-do-brasil-se-declara-parda>. Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Brasil em números: painel de monitoramento e indicadores: 2024. Brasília, DF: CAPES, 2025. Disponível em: <https://app.powerbi.com/w?r=eyJrIjoieYjVjMzc2NjAtN2QyMi00MzZlLWZhYjgtMTMxZmMlZGRkZDQxliwidCI6IjJmNGRlYmI4LTY0M2EtNGRiZS05MjdiLTlIINTYyZWY3MDBiOSJ9>. Acesso em: 13 out. 2025.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943*. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1943. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5452-1-maio-1943-415500-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22 out. 2025.

BRASIL. *Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012*. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm. Acesso em: 6 nov. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. *Caderno de orientações técnicas: serviço de medidas socioeducativas em meio aberto*. Social. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Assistência, 2016. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/caderno_MSE_0712.pdf. Acesso em: 6 nov. 2025.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. *Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo: diretrizes e eixos operativos para o Sinase*. Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR, 2013. Disponível em: https://www.mpggo.mp.br/portal/arquivos/2017/03/03/17_49_45_295_Plano_NACIONAL_Socioeducativo.pdf. Acesso em: 30 out. 2025.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS (CGEE). *Brasil: mestres e doutores 2024*. Brasília, DF: CGEE, 2024. Disponível em: <https://mestresdoutores2024.cgee.org.br>. Acesso em: 30 out. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Resolução CNJ nº 367, de 19 de janeiro de 2021*. Dispõe sobre diretrizes e normas gerais para a criação da Central de Vagas no Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo, no âmbito do Poder Judiciário. Brasília, DF: CNJ, 2019. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/original19543320210125600f21f9370a1.pdf>. Acesso em: 10 out. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Manual Resolução CNJ 367/2021: a central de vagas do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo*. Brasília, DF: CNJ, 2021. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/09/manual-central-vagas-socioeducativo.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Centrais de vagas do socioeducativo: relatório anual*. Brasília, DF: CNJ, 2023. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/relatorio-centrais-vagas-socio>. Acesso em: 25 nov. 2025.

DANCEY, Christine P.; REIDY, John. *Estatística sem matemática para psicologia: usando SPSS para Windows*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

FREIRE, Fábio; RAMOS, Roseli. *Mapa do ensino superior no Brasil*. 15. ed. São Paulo: Instituto Semesp, 2025. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2025/02/mapa-do-ensino-superior-no-brasil-2025.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2025.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Como trabalhar com “raça” em sociologia. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 93-107, jan./jun. 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022003000100008>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/DYxSGJgkwVyFJ8jft8wxWxC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2025.

REFERÊNCIAS

HASENBALG, Carlos Alfredo. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

IBGE. *Pesquisa Nacional de Saúde 2019: orientação sexual autoidentificada da população adulta*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. 24 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101934.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2025.

IBGE. Coordenação Técnica do Censo Demográfico. *Religiões: resultados preliminares da amostra*. Rio de Janeiro: IBGE-CTD, 2025. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/3f1708b5d315aca50d5a7d8764469c45.pdf. Acesso em: 27 out. 2025.

INEP. *Censo da Educação Superior 2024: resultados*. Brasília, DF: INEP, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 6 nov. 2025.

LEVIN, Jack; FOX, James Alan; FORDE, David R.. *Estatística para ciências humanas*. 11. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Violência e saúde*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2006.

MOTTA, Yuri José de Paula. *“O que vale é a matrícula”: o papel da escola na execução de medidas socioeducativas em meio aberto em Niterói/RJ*. 2024. Tese (Doutorado em Ciências Jurídicas e Sociais) – Faculdade de Direito, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2024. Disponível em: https://www.academia.edu/145125432/_O_que_vale_%C3%A9_a_matr%C3%ADcula_o_papel_da_escola_na_execu%C3%A7%C3%A3o_de_medidas_socioeducativas_em_meio_aberto_em_Niter%C3%B3i_RJ. Acesso em: 10 out. 2025.

RE FE RÊ NC IAS

OLIVEIRA JUNIOR, Almir de; ALENCAR, Rafael Augusto da Costa. A predisposição para chamar a polícia: um estudo sobre a percepção do desempenho e da confiabilidade das instituições policiais. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 158-170, fev./mar. 2015. DOI: <https://doi.org/10.31060/rbsp.2015.v9.n1.447>. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/rbsp/article/view/447/197>. Acesso em: 7 out. 2025.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. O sistema classificatório de “cor ou raça” do IBGE. *Texto para Discussão*: IPEA, Brasília, DF, n. 996, p. 7-50, nov. 2003. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/e09cc868-669f-4064-b396-693e22e0ce07/content>. Acesso em: 17 out. 2025.

PEREIRA, Maria Érica Ribeiro; TASSIGNY, Mônica Mota; BIZARRIA, Fabiana Pinto de Almeida. Terceirização e Precarização do Trabalho na Política Pública de Assistência Social. *Administração Pública e Gestão Social*, Viçosa, v. 9, n. 3, p. 171-183, jul./set. 2017. DOI: <https://doi.org/10.21118/apgs.v1i3.5138>. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/5138/pdf>. Acesso em: 3 dez. 2025.

RIBEIRO, Alice Magalhães. *Por dentro da “rede”*: uma etnografia sobre a execução de medidas socioeducativas em meio aberto. 2022. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022. Disponível em: <https://anpocs.org.br/wp-content/uploads/2023/07/51AM.pdf>. Acesso em: 10 out. 2025.

SANTOS, Flávia Silva Lopes dos. *“Amor, só de mãe”*: um estudo sobre as estratégias de sobrevivência das mães de menino do DEGASE. 2023. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas em Direitos Humanos) – Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos Suely Souza de Almeida, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.sophia.com.br/terminal/6681/VisualizadorPdf?codigoArquivo=444&tipoMidia=0>. Acesso em: 1 nov. 2025.

SILVA, Nilza Nunes da. *Amostragem probabilística*: um curso introdutório. 2. ed., rev. São Paulo: EDUSP, 2001.

RE FE RÊNCIAS

SILVA, Cristiane; GODOY, Márcia Regina. Avaliando a (des)igualdade de gênero e a vitimização. *Revista de Estudos Sociais*, Cuiabá, v. 18, n. 37, p. 96-113, 2017. DOI: <https://doi.org/10.19093/res.v18i37.3712>. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/3712/pdf>. Acesso em: 7 out. 2025.

THEODORO, Mário (org.). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição*. Brasília, DF: Ipea, 2008. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/Livro_desigualdadesraciais.pdf. Acesso em: 17 out. 2025.

VARANDA, Isabelle. *Desaguando afetos: as relações entre maternidades negras*, Casa Mãe Mulher e Degase. 2023. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto da Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/34502/Dissertação%20Isabelle%20Cardoso%20Varanda.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 5 nov. 2025.

VINUTO, Juliana. “Sementes do mal”: Essencialização e agência na sustentação do racismo em unidades socioeducativas do Rio de Janeiro. *Tempo Social*, v. 36, n. 2, p. 123-145, maio/ago. 2024. DOI: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2024.221036>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/W36CRJ6c5LJHr5kmY7jJHdc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 nov. 2025.

VINUTO, Juliana. “O outro lado da moeda”: o trabalho de agentes socioeducativos no estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Autografia, 2020.

VINUTO, Juliana. “Todo mundo aqui é tratado do jeito que merece”: suspeição generalizada e naturalização da privação de liberdade de adolescentes negros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 39, p. 1-18, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/39002/2024>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/kPQyMcTMwB5xGT4JFqFh7Wz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 7 nov. 2025.

RE FE RE NC IAS

VINUTO, Juliana. Tudo é questão de postura: o trabalho emocional realizado por agentes socioeducativos em centros de internação do Rio de Janeiro. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 61, p. 1-16, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/18094449202100610015>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/tvMjjvPPcbCwgMDXJRysTtN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 8 nov. 2025.